

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

GRASIELA DE SOUZA THOMSEN GIORGI

A noção de "Monarquia Universal" segundo o historiador Serge Gruzinski: aspectos metodológicos, simbólicos e institucionais no período hispano-colonial

Porto Alegre

2014

GRASIELA DE SOUZA THOMSEN GIORGI

A noção de "Monarquia Universal" segundo o historiador Serge Gruzinski: aspectos metodológicos, simbólicos e institucionais no período hispano-colonial

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, como requisito para a obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores

Porto Alegre

2014

G498n Giorgi, Grasiela de Souza Thomsen, 1971-
A noção de "Monarquia Universal" segundo o historiador Serge
Gruzinski: aspectos metodológicos, simbólicos e institucionais
no período hispano colonial
Serge Gruzinski / Grasiela de Souza Thomsen Giorgi- 2014. 133f.

Orientador: Prof. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito,
Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Monarquia Universal. 2. Instituições. 3. Simbolismo. 4. Miscigenação.
5. Mestiçagem. 6. *Connected Histories*. 7. América Espanhola.
8. Civilizações Pré-Colombianas. 9. História do Direito.
10. Ocidentalização. I. Flores, Alfredo de Jesus Dal Molin, orient.
II. Título

CDD: 34(54)(091)

A noção de "Monarquia Universal" segundo o historiador Serge Gruzinski: aspectos metodológicos, simbólicos e institucionais no período hispano colonial

Dissertação defendida por Grasiela de Souza Thomsen Giorgi em 18 de agosto de 2014 perante o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de Fundamentos Teórico-Filosóficos da Experiência Jurídica, ênfase História do Direito, como requisito para a obtenção do grau de mestre. Foi submetida à banca examinadora, que lhe atribuiu a nota: _____, considerando, portanto:

() aprovada, com o grau correspondente: _____.

() reprovada, com o grau correspondente: _____.

Observações:

Aprovado em: 18 de agosto de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Alfredo de Jesus Dal Molin Flores

Examinador: Prof. Dr. Cezar Saldanha Souza Júnior

Examinador: Prof. Dr. Eduardo S. Neumann

Examinador: Prof. Dr. Ezequiel Abásolo

Dedico esta dissertação ao meu pai Celso Teixeira Thomsen, *in memoriam* e à minha avó Jandira Oliveira de Souza, *in memoriam*, a minha mãe, Maria Regina de Souza Thomsen e aos meus amores Romulo Ponticelli Giorgi Jr e Paulo Thomsen Giorgi

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Professor Orientador Alfredo de Jesus Dal Molin Flores pelos ensinamentos recebidos e dedicação ao longo destes últimos anos

Agradeço ao meu marido, Romulo Ponticelli Giorgi Jr., por toda inspiração para me aventurar no Mestrado e pelo companheirismo na busca da sabedoria.

Agradeço a minha mãe, Maria Regina de Souza Thomsen, por ter me auxiliado cuidando do meu filho bem como à Isolde Eckhardt e ao Sr. Romulo Ponticelli Giorgi.

Agradeço a minha tia Lia Kirst pela revisão de português na fase de qualificação, bem como pelas orações.

Agradeço aos colegas e amigos que encontrei nesta universidade, desde antes do ingresso no mestrado a Ângela Vidal da Silva Martins, pelo acolhimento e integração com os demais colegas, à Débora Grivot pelo empurrão e otimismo, à Bruna Siciliani, à Patrícia Kelly e ao Wagner Felloniuk.

Agradeço à Sidinara Amorim pela disponibilidade do seu trabalho em prol de nossa família organizando nosso lar.

Agradeço a Deus pela chispa divina.

SERGE GRUZINSKI

Os “descobrimientos” dos portugueses e dos espanhóis, seja qual for o significado que se dê a este termo, projetam a Europa para fora de seu quadro continental e revolucionam os conhecimentos que os sábios europeus acreditavam ter sobre o globo desde a Antiguidade. Mas centrar-se na expansão ibérica é, mais um vez, reproduzir uma história carregada de eurocentrismo, no sentido em que a história dos outros continentes só existiria em relação à que é construída pelos povos da Europa. Nesta toada, o México ou o Brasil só emergiriam à tona da História quando descobertos e conquistados pelos europeus¹.

OS SERRANOS

Minha América tão linda
para muitos diferente
somos povo imaginado
por um outro continente
primitivos, despilchados
índios, pelados, pingentes
América é cantiga
fruto, raiz e semente
minha América do Sul
com filhos de sol nascente
por der coração do mundo
teu sangue é muito mais quente!
[...]
Diga ao Tio que nos visita
que somos todos parentes
somos negros, índios, brancos
federais, inconfidentes
somos a força do mundo
arrastando uma corrente
se as vezes nos faltam armas
temos a força da mente
só Deus pode calar
a voz de um povo valente
mas diga,
que antes de tudo
não temos cor, somos gente!²

¹ GRUZINSKI, Serge. **A Passagem do Século: 1480-1520: As origens da globalização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a, p. 97.

² OS SERRANOS. **América Coração**. Porto Alegre: Letras, [s.d.]. Disponível em <<http://letras.mus.br/os-serranos/317856/>>. Acesso em 31 mar. 2014.

RESUMO

O presente trabalho investiga os métodos utilizados pelo etno-historiador Serge Gruzinski – as *Connected Histories* e a História das Sensibilidades – com a finalidade de compreender como foram construídas as instituições jurídico-políticas pela monarquia católica na América Espanhola até o final da dinastia dos Habsburgos, a partir de uma realidade hegemônica preexistente nos povos pré-colombianos. Não foi possível a simples implantação do sistema institucional hispânico e também não se perpetuaram as instituições pré-colombianas, criando-se instituições mescladas. Trata-se de uma realidade complexa, na qual não podem ser considerados apenas indígenas e espanhóis, pois através deste contato surgiram os mestiços e na América nasceram os *criollos*. Aportaram no Novo Mundo negros, povos de outras raças que se misturaram. Esta mistura não ocorreu apenas no aspecto biológico, mas antes na religião, na escrita e nas instituições. O método das *connected histories* foi criado por Sanjay Subrahmanyam e adotado por Gruzinski. Os principais desencadeadores deste método, quando aplicado à América Espanhola, são: a função mediadora dos *passeurs culturels* a descentralização da história e as mestiçagens. Os *passeurs* são quem realiza os processos de ocidentalização e de globalização. A descentralização da história substitui o polo único europeu ou ibérico por uma pluralidade de centros localizados na periferia, buscando a elaboração da história de forma global e não reducionista. A Monarquia Católica é o campo de observação e aplicação deste método porque está para além dos limites do Estado-nacional. Os elementos mestiços tem sido ignorados ou desvalorizados ao longo da história, mas são importantes porque aprofundam a história e apresentam as realidades complexas, para além de espanhóis e indígenas. Destaca-se também a importância das imagens e do imaginário, que podem expressar uma ideia diretamente, cujas reações são difíceis de traduzir em palavras. É importante captar a história para além das expressões intelectuais ou técnicas, sob pena de haver um reducionismo na apreensão do passado. Trata-se do método da história das sensibilidades. Por fim, é importante destacar a visão de Matthew Restall em relação aos mitos da conquista espanhola, com sua crítica ao mito da superioridade dos espanhóis, pois não podemos partir da premissa de que os espanhóis eram em algum sentido melhores do que os nativos americanos, sob pena de não compreendermos a complexidade da história gerada a partir do contato entre estes dois mundos.

Palavras-chave: Monarquia Universal, Instituições, Simbolismo, Miscigenação, Mestiçagem, *Connected Histories*, América Espanhola, Civilizações Pré-Colombianas, História do Direito, Ocidentalização

ABSTRACT

The present work searches the methods used by the etno historian Serge Gruzinski – *The Connected Histories and the Sensibilities' History* – to understand how the Catholic Monarchy built the political and juridical institutions of the Spanish America until the end of the Habsburg Dynasty, upon a hegemonic reality pre-existent in the pre-Columbian peoples. The simple implantation of the Spanish institutional system was impossible, as was the perpetuation of the pre-Columbian institutions, originating mixed institutions. It was a complex reality, in which we cannot just consider Indians and Spaniards, because from this very contact emerged mestizos and in America, *creoles* were born. Negroes and other races docked in America and mixed. This mix don't happen only in the biologic sense, but also and above all in the religion, in the writings and in the institutions. The connected histories method was created by Sanjay Subrahmanyam and adopted by Gruzinski. The main elements of this method, when applied to the Spanish America, are the mediator paper of the *passeurs culturels*, the history's decentralization and the miscegenation. The *passeurs* are the actors who made the processes of the westernization and globalization. The history's decentralization replaces the only European pole by a plurality of centers situated in the periphery, seeking to elaborate a global history and not a reductionist version of it. The Catholic Monarchy is the field of observation and application of this method, because it is beyond the limits of the State Nation. The mestizos has been ignored or devaluated through the history, but they are important because they deepen the history and show complex realities, beyond Spaniards and Indians. Noteworthy is also the importance of the images and the imaginary, that can express an idea directly, whose reactions are difficult to translate in words. It's important to understand the history beyond the intellectual and technical expressions, otherwise we generate a reductionist view and comprehension of the past. This is the method of the Sensibilities' History. Finally, it's important to highlight Matthew Restall's view towards the myths of the Spanish Conquer, with his critic to the myth of the Spanish superiority, because we cannot start by the premise that the Spaniards were in either way better than the native Americans, otherwise we will be unable to understand the complexity of the history generated by the contact between this two worlds.

Keywords: Universal Monarchy, Institutions, Symbolism, Miscegenation, Mestizaje, *Connected Histories*, Spanish America, Pre-Columbian Civilizations, Law History, Westernization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Objeto	12
1.2 Importância e finalidade	12
1.3 Plano de exposição	13
1.4 Serge Gruzinski	14
2 MÉTODO: <i>CONNECTED HISTORIES</i> E HISTÓRIA DAS SENSIBILIDADES	17
2.1 Origem do método das <i>Connected Histories</i>	17
2.2 Distinção entre as concepções de <i>Connected Histories</i> conforme Gruzinski e Sanjay	18
2.3 Principais elementos das <i>Connected Histories</i> conforme Gruzinski	21
2.4 Principais elementos das <i>Connected Histories</i> conforme Sanjay Subrahmanyam .	29
2.5 Imagens e Imaginário – fonte para história das sensibilidades	31
2.6 O mito da superioridade dos espanhóis	34
3 NOÇÃO DE MONARQUIA CATÓLICA	36
3.1 Significado	36
3.2 Outras denominações	41
3.3 Período e dinastias	42
3.4 Sentido de unidade (origem)	43
3.5 A América na “Monarquia católica”	47
3.6 Como a Espanha administrou a América	52
3.7 A “Monarquia católica” como campo de observação para o estudo das instituições jurídicas na América conforme Gruzinski	56
4 FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICO-SOCIAIS E A QUESTÃO DO SIMBOLISMO E MISCIGENAÇÃO NA AMÉRICA ESPANHOLA	61
4.1 Visão antropológica da ordem jurídica nas sociedades Inca e Asteca	61
4.1.1. Incas	61
4.1.2. Astecas	63
4.2 A escrita, seu simbolismo e impacto social	64
4.2.1 A escrita mexicana	64
4.2.2 A escrita andina	66
4.2.3 A escrita guarani	67
4.3 A Educação: o domínio da leitura e da escrita	68

4.4 A estrutura das sociedades.....	70
4.4.1 As classes sociais	70
4.4.2 <i>Barrios, Pueblos e Cidades</i>	72
4.4.3 Alianças entre índios e espanhóis.....	74
4.5 As Mestiçagens	75
4.6 Os <i>Passeurs Culturels</i>	77
4.6.1 Ideia e função dos <i>passeurs culturels</i>	77
4.6.2 Alguns exemplos de <i>passeurs culturels</i>	80
FREI MARTÍN IGNACIO DE LOYOLA	80
RODRIGO DE VIVERO	81
SALVADOR CORREIA DE SÁ	82
HENRIQUE GARCÉS	83
BERNARDO DE BALBUENA	83
4.7 A Ocidentalização	83
4.8 Identidades Étnicas.....	87
4.9 Adaptações indígenas aos empréstimos culturais hispânicos	87
4.10 Fatores que elucidam o resultado da Conquista	88
5 INSTITUIÇÕES JURÍDICO-POLÍTICAS HISPANO-COLONIAIS.....	91
5.1 Os <i>Adelantados</i>	91
5.2 Os <i>Cabildos</i>	92
5.3 Os <i>Repartimientos</i> e as <i>Encomiendas</i>	94
5.4 As Audiências	97
5.5 Os Vice-Reinados	99
5.6 A Inquisição.....	100
5.7 As Confrarias	102
5.8 As Uniões: Concubinato e Casamento	104
5.9 Os <i>Codices</i>	105
Codex Tlatelolco	105
Codex Sierra	106
Codex Chavero	108
Codex Mendonza	108
Codex Colombino	109
Codex de Florença.....	109

5.10 A Propriedade Privada e os Mapas Pictográficos	109
5.10.1 Questionários e <i>relaciones</i> gráficas	110
5.10.2 Títulos <i>primordiales</i>	112
5.11 O Processo para a Defesa da Propriedade	120
5.12 Os Testamentos e as Notas Testamentárias	122
6 CONCLUSÃO	124
REFERÊNCIAS	128

1. INTRODUÇÃO

1.1 Objeto

A América teve um sistema jurídico construído de forma bastante complexa, pautado em base a uma realidade indígena pré-existente, não ocorrendo simplesmente a imposição do sistema que já havia na Espanha.

Quando os Espanhóis chegaram ao Novo Mundo, no final do século XV e no início do século XVI, se depararam com uma hegemonia de povos, alguns tecnológica, jurídica e economicamente avançados, enquanto outros careciam de muitos dos conhecimentos e desenvolvimentos, ao menos enquanto avaliados sob o prisma europeu. Havia indígenas estruturados em forma de Império, como os Incas no Peru, com as suas instituições organizadas nos âmbitos político, jurídico, social, cultural e religioso.

O objeto da presente dissertação é a análise da noção da “monarquia católica” e dos seus aspectos metodológicos e institucionais em Serge Gruzinski, estudando o simbolismo e a miscigenação nas instituições jus-políticas coloniais na América espanhola. Essa pesquisa tem por finalidade estudar a mescla institucional gerada pelo governo espanhol nas índias e pela inter-relação entre os espanhóis e os indígenas na América espanhola. São analisadas as instituições que foram geradas pela fusão do Direito Espanhol com as instituições jurídicas e a cultura indígena pré-existente, sendo que para isso se emprega a metodologia de estudo extraída das obras do etno-historiador Serge Gruzinski.

O foco geográfico limita-se na América colonizada pela Coroa espanhola, e a época investigada compreende o período dos descobrimentos até 1700, tempo que coincide com a duração do governo da dinastia dos Habsburgos (1516-1700).

A obra do autor Serge Gruzinski, que serve como fonte principal para esse trabalho, não é a obra de um jurista, mas sim de um historiador. Além dessa fonte, também são utilizadas obras de outros autores, especialmente aqueles cuja *expertise* em vários tópicos são essenciais para a compreensão do tema em estudo, como é o caso de John Elliot, de José Antonio Maravall, Manuel Péres-Prendez de Muñoz y Arraco, no que é pertinente à Monarquia católica, entre outros.

1.2 Importância e finalidade

Este trabalho visa demonstrar que o sistema jurídico espanhol não foi simplesmente transplantado para o solo americano, mas que, ao contrário, existiu uma América hegemônica, porém com algumas civilizações indígenas estruturadas até em forma de império, antes da descoberta e da conquista pelos espanhóis. Os Incas e os Astecas são exemplos dessas civilizações.

Mesmo no sul da América havia povos indígenas, como os Guaranis, que embora não tivessem a constituição de um império, eram organizados, tinham domínio da escrita e a utilizaram até mesmo para fins políticos.

Essa análise do papel do indígena na história - no qual este não se apresenta de forma passiva e sofredora, mas sim como sujeito ativo, protagonista dos seus interesses e dos seus direitos – conduz à descoberta de uma terceira via, da existência de instituições não meramente espanholas ou indígenas, mas mescladas, pois o processo de construção desta nova sociedade acontecia de forma complexa.

1.3 Plano de exposição

O trabalho é dividido em cinco capítulos, com a finalidade de atender aos objetivos já expostos anteriormente.

Após o capítulo introdutório, no segundo capítulo é apresentado o **método** das *connected histories*, investigando sua criação através de Sanjay Subrahmanyam e a posterior adaptação realizada por Serge Gruzinski. Dentro dessa perspectiva, explanam-se algumas diferenças entre os enfoques abordados por estes dois historiadores, bem como o direcionamento do método em tela para o estudo da América espanhola. Expõe-se também a importância das imagens e do imaginário na visão de Serge Gruzinski, pois sem estudo da “história das sensibilidades”, limitando-se a investigação às manifestações técnicas e intelectuais do processo da descoberta, teríamos uma visão reducionista da história.

Por fim, este capítulo expõe a visão metodológica na obra de Matthew Restall, que complementa a análise de Gruzinski, centrando-se, entretanto, na exposição dos mitos da conquista espanhola, sem propiciar a visão abrangente e integrada da obra de Serge Gruzinski, que é fundamental por mostrar o caminho para a compreensão da monarquia católica, explanando o papel dos *passseurs culturels* e da mestiçagem, descentralização, entre vários outros pontos.

O terceiro capítulo estuda a noção de monarquia católica por Gruzinski, comparando-o com outros autores - e suas instituições, **a dimensão axiológica**, buscando compreender tanto o sentido como a orientação geral do sistema que se implementou na América espanhola.

O quarto capítulo estuda os fundamentos antropológico-sociais e a questão do simbolismo e a miscigenação na América espanhola, analisando as estruturas mistas desenvolvidas na América espanhola, **a dimensão fática**. Nele são abordados os tópicos que estão relacionados com a organização da vida civil a partir do contato dos povos pré-colombianos com os espanhóis e as mestiçagens que surgiram em decorrência desse contato. Ressalta-se o papel que os *passseurs culturels* - mediadores culturais - tiveram conectando mundos, bem como as imagens e o imaginário, os processos de ocidentalização, de educação e de construção das cidades para melhor estruturação dessa nova sociedade.

O quinto capítulo estuda as instituições jurídico-políticas indiano-coloniais, **a dimensão normativa**, demonstrando a mescla entre as estruturas e as instituições espanholas e as indígenas. Com a chegada dos *Adelantados*, fundam-se os *Cabildos*, e criam-se, na América, as Audiências e os Vice-Reinados. Há também uma forte participação da Igreja como elo entre o Novo Mundo e a Península Ibérica. São examinadas as principais instituições jurídicas mescladas – os *Codices* e os Mapas Pictográficos – e as ferramentas utilizadas pelos espanhóis para compreender a sociedade nativa, ferramentas essas responsáveis pela adaptação de parte do sistema anterior: os questionários, as *relaciones* gráficas, o processo, os títulos *primordiales* e os testamentos, na tentativa de esclarecer e compreender o sistema jurídico vigente nas Índias.

1.4 Serge Gruzinski

Serge Gruzinski é um renomado historiador e arquivista-paleógrafo nascido na França em 1949. Atualmente, é o Diretor da *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS), em Paris.

Dentre suas áreas de pesquisa destaca-se o estudo das relações culturais entre a América Espanhola e a Europa durante o período dos descobrimentos, bem como os processos de mestiçagem, realizando sua reflexão a partir de uma perspectiva interdisciplinar, que envolve história, arqueologia, antropologia, sociologia, artes, paleografia, crítica cultural.

É francês mas não é um historiador eurocentrista, uma vez que passou mais de oito anos vivendo no México, onde tinha campo fértil para aplicação de seus estudos, buscando assim, ser considerado um historiador Americanista.

Despertou interesse pela realidade latino americana em meados da década de 60, quando estava estudando história das mentalidades, através de palestras proferidas pelos professores Le Roy Ladurie e Paul Ricoeur.

Formou-se em 1973, na *École Nationale de Chartres (Escuela Nacional de Archiveros Paleografos)*, escola com especialização na conservação do patrimônio escrito, gráfico e monumental, que preparava para comissões de conservatório.

A tese de Gruzinski versava, inicialmente, sobre problemas econômicos, sociais e culturais dos Países Baixos no século XVI, mas após uma viagem para o México, diante do encantamento que teve com esse País, mudou a direção da sua pesquisa para “O Processo de Aculturação no México Colonial”, sob a orientação do Professor de Paris I, François Chevalier³; mais tarde sua pesquisa resultou na publicação do livro *A Colonização do Imaginário. Sociedades Indígenas e Ocidentalização no México Espanhol, Séculos XVI-XVIII*⁴.

Antes de dedicar-se a esse projeto, estudou durante dois anos na Escola Francesa de Roma, onde realizou pesquisas sobre o México em arquivos romanos. Posteriormente, de 1975 até 1976, realizou pesquisas na Casa de Velázquez de Madrid.

Logo após ter deixado a Casa Velázquez, mudou-se um ano depois para o México, na qualidade de cooperador do Instituto Francês da América Latina. Entre 1978 e 1982 trabalhou como investigador destacado pelo Ministério de Assuntos Exteriores no Instituto Nacional de Antropologia e Historia (INAH) do México. No seu retorno a Paris continuou seu trabalho no Centro Nacional de Investigação Científica (CNRS), instituição na qual foi diretor de investigação entre os anos de 1989 e 1996.

³ Conforme Gruzinski o Professor François Chevalier (1914-2012) foi muito importante para o desenvolvimento de sua pesquisa por ter sido pioneiro na história econômica do México Colonial com uma tese magnífica sobre os latifúndios da região no período colonial. Chevalier dedicou-se exclusivamente ao estudo da história da América Latina e ocupa um lugar atípico na corporação dos historiadores franceses de sua geração. Foi estudante de geografia, tendo recebido influências do geógrafo Raoul Blanchard bem como do historiador medieval Marc Bloch (1ª Geração da Escola dos Annales). Sua formação está bem próxima à *École des Annales*, que apoia uma história econômica e social embasada na geografia humana ou na sociologia. Também foi bibliotecário (1946-1949) e diretor (1949-1962) do *Institut Français d'Amérique Latine de Mexico (IFAL)*. Defendeu a tese: *La formation des grands domaines au Mexique (terre et société aux XVIe et XVIIIe siècles)* publicado em 1952 pelo *Institut d'ethnologie de Paris*, o que lhe abriu as portas para organizar as relações culturais franco-mexicanas entre estes dois países. (NEUMANN, Eduardo S. & CÉZAR, Themistocles. Entrevista com o historiador Serge Gruzinski. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 18, p. 155-160, especialmente p. 155, dez. 2003). Dados biográficos complementados conforme François Chevalier. In: WIKIPEDIA: la enciclopedia libre. 22 ago. 2013. Disponível em http://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Fran%C3%A7ois_Chevalier&oldid=69160640. Acesso em: 05 ago. 2014.

⁴ *A Colonização do Imaginário* é um resumo, elaborado pelo próprio Gruzinski, de sua tese sobre o processo de aculturação no México colonial. O título original da obra, publicada na França em 1988, pela editora Gallimard, é *La Colonisation de l'imaginaire – Société indigènes et occidentalization dans le Mexique espagnol, XVIe – XVIIIe siècles*. Foram feitas traduções para o italiano (Einaudi), inglês (Polity Press), espanhol (Fondo de Cultura Económica) e português (Cia. das Letras).

Ocupou a direção adjunta do Centro de Investigações sobre o México, a América Central e os Andes (CERCAMA). Foi responsável por conferências e diretor de estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), cargo que ocupa até hoje.

Em 1999 assumiu a direção da UMR "Impérios, Sociedades, Nações" do Centro de Investigações sobre os Mundos Americanos (CERMA).

Atualmente, Gruzinski dirige a EHESS Francesa, além de lecionar nos Estados Unidos, na Universidade de Princeton.

A formação de Serge Gruzinski, tanto na França quanto na Itália e na Espanha, nas áreas de conservação de patrimônio e arquivística, influenciou diretamente o seu método de trabalho, que consiste na abordagem das fontes documentais, não se limitando às escritas, mas incluindo as iconográficas, colocadas como elementos centrais na formulação conceitual em torno das ideias da mestiçagem e da mediação cultural.

A obra de Gruzinski tem inspirado muitos pesquisadores na Europa e nas Américas a desenvolverem estudos focados nas dinâmicas culturais e sociais nas áreas de colonização ibérica, onde se deu o encontro das culturas indígenas, africanas e europeias. Diante desse contato é um duro crítico do eurocentrismo e da tradição historiográfica ocidental que se apega aos limites das histórias nacionais e locais.

Ressalta que a incipiência dos estudos comparados estimulam essas perspectivas nacionalistas e locais, reforçando dualismos e visões etnocêntricas. Adverte que o estudo da micro-história, ao priorizar o particular, negligencia o contexto geral. Para solucionar estas questões, Gruzinski propõe a realização de pesquisas através das *connected histories*, por ser um método que rejeita a comparação de forma simplista e dualista, permitindo que o pesquisador reconheça que as histórias são múltiplas e que se comunicam.

Na perspectiva das *connected histories*, Gruzinski dá grande importância ao período em que as duas monarquias ibéricas estiveram unidas (1580-1640) juntamente com grande parte do mundo – Europa, Ásia e América – e estavam entrelaçadas. Ele denomina esse período e esse extenso espaço geográfico como a Monarquia Católica. Católica no sentido de universal. Para analisar esse contato mundial entre os distintos continentes ele se vale de duas ideias centrais: as mestiçagens e os mediadores culturais, também chamados de *passeurs culturels*.

2 MÉTODO: *CONNECTED HISTORIES* E HISTÓRIA DAS SENSIBILIDADES

2.1 Origem do método das *Connected Histories*

O presente trabalho utiliza o método das histórias conectadas, “*Connected Histories*”, buscando demonstrar a inter-relação entre a monarquia espanhola – denominada católica por Gruzinski - com as instituições nativas. Os principais desencadeadores desse método são a função mediadora dos *passeurs culturels* e a descentralização da história, juntamente com a mestiçagem.

Antes de desenvolver a análise, entretanto, é necessário esclarecer o sentido da expressão *connected histories* e a orientação metodológica que será utilizada ao longo desse trabalho, pois há nuances distintas acerca deste método quando comparamos a aplicação por Serge Gruzinski e em relação à aplicação por Sanjay Subrahmanyam, seus principais expositores.

A expressão “*connected histories*” foi originalmente adotada pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam. Trata-se de um método historiográfico para realização do estudo das inter-relações entre os agentes da história, os espaços pelos quais circulavam, como se desenvolviam as relações culturais, a economia, as conexões políticas entre os povos, independentemente de estarem ou não estruturados através de um império. O método se aplica também entre os pequenos Estados, ultrapassando fronteiras, se opondo a uma historiografia nacionalista.

Através das histórias interconectadas podemos observar um novo sentido e um enriquecimento da compreensão da história, porque o historiador tem a possibilidade de visualizar as conexões através de uma continuidade. As conexões não são apenas comparações através da análise de diferenças ou de semelhanças, ao contrário, possuem uma visão mais integral da história.

Serge Gruzinski utiliza esse método como uma ferramenta para estudar os impérios no início da época moderna, suas complexas relações com as colônias, como também para explorar o surgimento da modernidade a partir das transformações que ocorriam no mundo.

Roger Chartier ressalta que Gruzinski e Sanjay buscam, com o método de estudo, quando aplicado, por exemplo, na compreensão da realidade histórica dos séculos XV e XVI, buscar a elaboração de uma história global não reducionista, **além dos limites do Estado-nacional**, até para evitar transpor conceitos para épocas anteriores ao seu surgimento histórico;

além dos limites tradicionais das monografias históricas voltadas à análise de um “país” ou de uma cidade; afastando-se da perspectiva micro histórica cuja negligência é apontada por Gruzinski. Gruzinski e Sanjay defenderam o método no 19º Congresso Internacional de Ciências Históricas, em Oslo, em agosto de 2000, como podemos ver no trecho abaixo.

Os dois ensaios de Serge Gruzinski e de Sanjay Subrahmanyam encontrados neste número dos *Annales* tal como foram expostos em forma oral na Jornada de Estudos “*Pensando o mundo, séculos XV-XVI*”, organizada em maio de 2000, inscrevem-se em uma dupla trama de interrogações e proposições. A primeira é dada pelos debates travados no 19º Congresso Internacional de Ciências Históricas, ocorrido em Oslo no último mês de agosto [08/2000], no qual o primeiro grande tema foi consagrado à história global. Uma tal proposição seria fundada em uma série de recusas, que encontramos na obra de Serge Gruzinski e de Sanjay Subrahmanyam: a recusa do quadro do Estado-nacional, como se pudéssemos delimitar, retrospectivamente, uma entidade social e cultural já presente antes mesmo do seu advento político; a recusa das limitações tradicionais da monografia histórica na exploração de uma província, de um “país” ou de uma cidade; a recusa, enfim, da perspectiva micro histórica que, segundo Serge Gruzinski, gerou grande negligência⁵.

2.2 Distinção entre as concepções de *Connected Histories* conforme Gruzinski e Sanjay

Embora ambos os historiadores utilizem o mesmo método historiográfico denominado *Connected Histories*, Sanjay Subrahmanyam, em uma entrevista dada à Anne-Julie Etter & Thomas Grillot, em 27-01-2012, esclarece a diferença que existe entre eles, principalmente o fato de que Serge Gruzinski tende a voltar-se para a história vinculada aos impérios, utilizando-se das fontes ibero-americanas, enquanto que Subrahmanyam é mais eclético, voltando-se para fontes asiáticas e para histórias que não possuem o tema predominantemente vinculado aos impérios. Subrahmanyam está mais focado nas conexões como um todo, inclusive entre pequenos Estados.

Serge Gruzinski e eu fizemos um seminário juntos no EHESS, que foi chamado de *Amérique Asie*. Nathan Wachtel e outros também participaram dele, mas Serge e eu fomos os principais motores por trás do seminário. De certa forma, ele o conduziu em uma direção distinta da minha, utilizando mais fontes ibéricas sobre a Ásia. É isto que os seus três últimos livros, incluindo aquele que ele recém terminou, *A Águia e o Dragão*, estão tentando fazer. Eu nunca utilizei os materiais sobre a América Latina

⁵ CHARTIER, Roger. La Conscience de la Globalité (commentaire). *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris, ano 56, n. 1, p. 119-123, especialmente p. 119, 2001. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_2001_num_56_1_279936. Acesso em: 4 jul. 2013, tradução nossa: Les deux essais de Serge Gruzinski et Sanjay Subrahmanyam, rapprochés dans ce numéro des Annales comme ils l'ont été dans leur forme orale lors de la Journée d'études « Penser le monde, xve-xvne siècle » organisée en mai 2000, sont inscrits sur une double trame d'interrogations et de propositions. La première est donnée par les débats menés lors du xixe Congrès International des Sciences Historiques tenu en août dernier à Oslo et dont le premier grand thème était consacré à la global history. Une telle proposition était fondée sur une série de refus, que l'on retrouve chez S. Gruzinski et S. Subrahmanyam : refus du cadre de l'État-nation comme si celui-ci pouvait délimiter, rétrospectivement, une entité sociale et culturelle déjà présente avant même son avènement politique ; refus des découpages traditionnels de la monographie historique explorant les spécificités d'une province, d'un « pays », d'une ville; refus, enfin, de l'approche micro-historique qui, selon S. Gruzinski, a fait « négliger le lointain ».

tão diretamente, embora eu tenha escrito um conjunto de artigos que tocam esta questão. Eu também fiz recentemente alguns trabalhos com Anthony Pagden sobre a relação entre o império Britânico e os impérios Espanhol e Português⁶.

A diferença entre o que estou fazendo e o que Serge está fazendo pode também residir no fato de que sou um pouco mais eclético do que ele, tanto na estruturação do meu pensamento como nas questões que eu escolho. Serge tende a dirigir o pensamento mais na direção do problema do império. Ele está interessado na circulação dos textos e das imagens dentro destes impérios e de suas periferias. O império está presente no meu trabalho, mas não é sempre o esquema dominante dentro do qual estou trabalhando. Também estou interessado em histórias que não ocorrem no nível de império ou que não são articuladas por meio dele. Uma grande parte da história do Sul do Índia não é de todo imperial. Os Mughals, por exemplo, estiveram lá por um tempo relativamente curto. A obra *Símbolos da Substância*, que escrevi com David Shulman e Velcheru Naryana Rao, trata de Estados muito pequenos⁷.

O Império não é a questão que estou respondendo todo o tempo. Nem tampouco estou tentando substituir a nação pelo império como o paradigma dentro do qual se faz a história. Estou muito mais interessado na intersecção. Isto também pode derivar do fato de que eu venho do mundo do Oceano Índico, enquanto Gruzinski vem do mundo Americano, no qual após 1500 você tem dois fatos massivos na vida política, primeiro o Império Espanhol e então o Império Britânico. O Oceano Índico é um lugar muito mais desorganizado, mesmo até o final do século XVIII. Quanto do Oceano Índico o Império Britânico realmente controla em 1800? Nós temos, portanto, diferentes gostos, preferências objetos, apesar de tudo isto emergir da mesma conversa⁸.

Sanjay Subrahmanyam busca uma compreensão geral sobre a Eurásia e a África, no início da Era moderna, admitindo que o entendimento da América pré-colombiana é um desafio mais complexo do que a relação entre a Eurásia e a África⁹.

⁶ ETTER, Anne-Julie & GRILLOT, Thomas. History Speaks Many Languages. An interview with Sanjay Subrahmanyam. *La Vie des idées*, 27 January 2012. ISSN: 2105-3030. Disponível em: <<http://www.booksandideas.net/History-Speaks-Many-Languages.html>>. Acesso em: 1 out. 2013, tradução nossa: Serge Gruzinski and I had a seminar together at the EHESS, which was called Amérique Asie. Nathan Wachtel and others also took part in it, but Serge and I were the main motors behind it. In a way, he took it in a different direction from me, using more Iberian sources on Asia. That is what his last three books, including the one he has just finished, *L'Aigle et le Dragon*, are trying to do. I have never got into the Latin American materials that much directly, though I have written a couple of articles that touch on this question. I have also recently done some work with Anthony Pagden on the relationship between the British Empire, the Spanish and the Portuguese Empire.

⁷ ETTER & GRILLOT, 2012, tradução nossa: The difference between what I am doing and what Serge is doing may also lie in the fact that I am a bit more eclectic than he is, in my framework, and in the questions I choose. Serge has tended to take it more in a direction of thinking of this as a problem of empire. He is interested in the circulation of texts and images within these empires and their peripheries. Empire is present in my work, but it is not always the dominant scheme within which I am working. I am also interested in histories which do not take place at the level of empire or are not articulated through it. A large part of South Indian history is not imperial at all. The Mughals, for example, were there for a relatively short time. *Symbols of Substance*, which I wrote with David Shulman and Velcheru Narayana Rao, deals with very small states.

⁸ ETTER & GRILLOT, 2012, tradução nossa: Empire is not the question to which I am responding all the time. Neither am I trying to replace the nation with the empire as the paradigm within which one does history. I am much more interested in the intersection. This may also derive from the fact that I am coming out of the Indian Ocean world, whereas Gruzinski is coming out of the American world, where after 1500 you have these two massive facts of political life, first the Spanish Empire and then the British Empire. The Indian Ocean is a much messier place, even until the end of the 18th century. How much of the Indian Ocean does the British Empire really control even in 1800? We thus have different tastes, preferences and objects, even though it all emerged from the same conversation.

⁹ SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, Cambridge, U.K., v. 31, n. 3: Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800, p. 753-762, especialmente p. 736, jul. 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/312798>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

Gruzinski adota este método das histórias conectadas tendo em vista que o mesmo supera o método da história comparada, pois nesse último as perspectivas propostas podem ser enganosas. Esclarece que, dependendo da seleção dos objetos a serem comparados e das perguntas que o historiador faz, o mesmo já encontra respostas prontas, podendo aparecer como uma ressurgência insidiosa do etnocentrismo¹⁰.

Não se trata meramente de realizar comparações, como por exemplo, entre o macaco Ozomatli e a centaura Ocyroe, que foram pintados em um afresco num convento localizado no México, relacionando a mitologia ameríndia com a greco-romana, mas sim de refletir sobre o enigma da ligação que a pintura representa entre esses dois mundos¹¹.

Também afirma que é difícil realizar comparações entre as diversas regiões da América por ser hegemônica, sendo então mais fácil comparar os processos, como por exemplo, os processos de mestiçagem entre os indígenas mexicanos e indígenas andinos, ou comparar os processos de integração dos índios nas nações do século XIX.

Constata-se que é melhor comparar situações e processos do que casos, zonas, etnias¹². Quando Gruzinski defende que existe uma possibilidade de articulação entre a história indígena e a história globalizante através das “*connected histories*”, esclarece que o termo indígena não pode ser compreendido apenas no sentido ameríndio, mas também deve ser entendido como o africano, o filipino, o marroquino, todos aqueles que tiveram que reagir às ofensivas comerciais, de cristianização, e de dominação política dos ibéricos¹³.

Um ponto em comum a todos esses grupos tem a ver com o processo de ocidentalização e com as múltiplas formas de responder a isso, porque as modalidades de cristianização dos índios do Brasil ocorreram, do mesmo modo, com os nativos das Índias. São processos sincrônicos que incluem a colonização política e religiosa. Os mesmos jesuítas circulavam em todas as partes do império português e fora dele¹⁴.

¹⁰ GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 321-342, set-dez 2003a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300020>. Acesso em: 12 jun. 2013, p. 321.

¹¹ *Ibidem*, p. 323.

¹² GRUZINSKI, Serge. História dos índios na América: abordagens interdisciplinares e comparativas. **Tempo**: Revista digital de História do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, ano 11, p. 196-198, 2007a. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/v12n23a11.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013. Entrevista com Serge Gruzinski realizada por Maria Regina Celestino de Almeida.

¹³ *Ibidem*, pp. 196-198.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 196-198.

A tarefa do historiador é a de explorar as histórias conectadas, o que implica que essas histórias são múltiplas e não se pode falar de uma história com “h” maiúsculo¹⁵.

Diante de realidades que convém estudar sob diversos aspectos, o historiador tem de converter-se numa espécie de electricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais e as histórias culturais desligaram ou esconderam, entaipando as suas respectivas fronteiras. As que dividem Portugal da Espanha, por exemplo, ou as que separam a América espanhola da portuguesa são típicas deste bloqueio¹⁶.

Através desta perspectiva, os circuitos pelos quais circulavam a economia, as relações culturais e as conexões políticas entre os povos, pode-se observar um novo sentido e um enriquecimento da compreensão da história. Este enriquecimento, entretanto, não pode ocorrer sem o abandono da limitação geográfica que deriva partir de uma historiografia nacionalista.

O historiador, ao ver as conexões sob o prisma de uma continuidade mais que comparações através da análise das diferenças, possui uma visão mais integral da história e mais condizente com a realidade da época.

Cabe ao historiador encontrar, sob as diferenças cultivadas pelas tradições locais e pelas visões de inspiração antropológica, continuidades, conexões ou simples passagens, muitas vezes minimizadas, quando não radicalmente excluídas da análise¹⁷.

Em uma publicação assinada pelo editorial da conceituada revista dos *Annales*, as concepções de Gruzinski e de Sanjay são comparadas no trecho abaixo.

[...] Pelo estudo do cristianismo e islamismo milenares no século XVI, Sanjay Subrahmanyam não pretende atacar esta ou aquela concepção de globalização presente no coração dos processos históricos passados. Para superar os riscos e os limites que oferecem esta “*história mundial*” atual, Sanjay baseia-se em uma conjuntura subjacente ao seu projeto de análise da espera do milênio do Tejo ao Gânges, passando por Istambul e Isfahan. Com o estudo dos fenômenos da circulação no interior da Monarquia Católica, Serge Gruzinski não visa apenas a ocidentalização do mundo na época moderna, com os fenômenos da mestiçagem ou da hibridização que lhe são ligados e que este autor estudou anteriormente. O projeto de Gruzinski é validado pela existência de um império que, durante a união das duas coroas (a de Castela e a de Portugal entre 1580 e 1640), se estendia com efeito de Madri ao México e Manilha, de Lisboa a Goa e a Macao. Estes vínculos espaço-temporais fornecem aos autores os contextos e os quadros que legitimam o seu empreendimento. Daí sua atenção ao que eles denominam de “*conexões*” e as circulações, porque a história global que eles propõem não é apenas um programa de análise em um certo nível de generalidade, ele é, sobretudo, uma tentativa de ultrapassar os limites habituais das perguntas, circunscritas a um ambiente cultural ou a uma entidade política particular¹⁸.

2.3 Principais elementos das *Connected Histories* conforme Gruzinski

¹⁵ GRUZINSKI, 2003a, p. 323.

¹⁶ Ibidem, p. 323.

¹⁷ Ibidem, p. 323.

¹⁸ LES ANNALES. Une Histoire À L’Echelle Globale. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, Paris, ano 56, n. 1, p. 3-4, especialmente p. 3, 2001. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_2001_num_56_1_279930. Acesso em: 4 jul. 2013, tradução nossa.

Gruzinski expõe sua visão do método das *connected histories* em um artigo publicado nos *Annales* em 2001, onde inicia questionando-se se poderíamos alargar os horizontes eurocêntricos sem utilizar os métodos da história comparada nem os da *World History*¹⁹, como se pode ver no trecho abaixo.

O estudo dos fenômenos de aculturação no México espanhol, nos confrontou com processos que pertencem a vários mundos ao mesmo tempo. A análise das imagens e das mestiçagens nos sensibilizou para as configurações que conjugavam de modo frequentemente muito complexo as características de origem europeia e estrangeira. Estes mundos se reuniam em frentes onde não se tinha muita esperança. Longe das visões dualistas – o Ocidente e os outros, Espanhóis e Índios, vencedores e vencidos – ou das análises sistematicamente concebidas em termos de alteridade, as fontes nos revelam paisagens mistas, muitas vezes confusas, sempre imprevisíveis²⁰.

Gruzinski critica os paralelos forçados entre civilizações americanas e europeias, bem como as explicações simplistas para os traços assemelhados, subestimando vínculos inseridos nas primeiras décadas de contato²¹.

A importância do estudo conjunto e conexo de culturas distintas é sobremaneira ressaltado quando nos deparamos com a análise de elementos de uma civilização transpostos para outra, como podemos observar no trecho que segue.

A exumação destas “conexões” históricas nos fez cruzar os traços de Sanjay Subrahmanyam, quando ele se propôs a preferir a pesquisa e o engajamento das “*connected histories*” a uma história comparativa, aproximativa, redundante e repleta de *aprioris*. Isto implica tanto que as histórias sejam múltiplas – plural e minúsculas não tem nada de trivial aqui – como que sejam ligadas entre si, que possuam comunicação entre si. A presença de um altar barroco na parte inferior de uma capela hopi levanta efetivamente problemas de interpretação que ultrapassam amplamente o estudo de uma comunidade, de uma região ou de um tipo de objeto. Diante de realidades que apreendem obrigatoriamente múltiplas escalas, o historiador deveria transformar-se em uma espécie de electricista, capaz de restabelecer as conexões continentais e intercontinentais que as historiografias nacionais buscam desligar ou escamotear para impermeabilizar suas fronteiras. Os que separam Portugal da Espanha constituem um exemplo destes bloqueios.²²

¹⁹ GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres «connected histories». **Annales. Histoire, Sciences, Sociales**, Paris, ano 56, n. 1, p. 85-117, especialmente p. 86, 2001c. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_2001_num_56_1_279935>. Acesso em: 10 jan. 2013.

²⁰ Ibidem, pp. 86-87, tradução nossa: L'étude des phénomènes d'acculturation dans le Mexique espagnol nous a confronté à des processus qui appartenaient à plusieurs mondes à la fois. L'analyse des images et des métissages nous a sensibilisé à des configurations qui conjuguèrent de manière souvent fort complexe des traits venus d'Europe et d'ailleurs. Ces mondes se rejoignaient sur des fronts où on ne les attendait guère. Loin des visions dualistes — l'Occident et les autres, Espagnols et Indiens, vainqueurs et vaincus — et des analyses systématiquement conçues en terme d'altérité, les sources nous dévoilaient des paysages mélangés, souvent déroutants, toujours imprévisibles.

²¹ Ibidem, p. 87.

²² Ibidem, p. 87, tradução nossa: L'exhumation de ces « connexions » historiques nous a fait croiser les traces de Sanjay Subrahmanyam, quand il propose de préférer à une histoire comparée, approximative, redondante et truffée d'a priori, la recherche et le dégagement de « connected histories ». Ce qui implique à la fois que les histoires soient multiples — pluriel et minuscule n'ont rien ici d'anodin — et qu'elles soient liées entre elles ou encore qu'elles puissent communiquer de l'une à l'autre. La présence d'un retable baroque au fond d'une chapelle hopi soulève en effet des problèmes d'interprétation qui dépassent largement l'étude d'une communauté, d'une région ou d'un type d'objet. Face à des réalités à saisir obligatoirement sur des échelles multiples, l'historien devrait se

Gruzinski refere que os elementos mestiços tem sido ignorados ou desvalorizados historicamente em função de uma visão limitada – e limitante – da micro-história, que origina uma micro-etno-história. **As três principais visões limitadoras seriam as historiografias nacionais, a atitude de ignorar as populações mestiças e a micro-história**, como se vê a seguir.

O silêncio mantido por tanto tempo sobre as populações mestiças da América, em prol de sociedades indígenas vistas como puras ou autênticas diz muito sobre estes “esquecimentos”. Aduzimos que o interesse pela micro-história – ou pela micro-etno-história – tão bem treinados os nossos olhos para observar o próximo que alguns pesquisadores terminaram negligenciando o distante. Em suma, em diversos graus, estas três abordagens [a historiografia nacional, o esquecimento das populações mestiças e o interesse pela micro-história] contribuíram, para o melhor e para o pior, para afastar os seus objetos de estudo daqueles aos quais eles se ligavam historicamente. Onde encontrar o antídoto? Talvez tão simplesmente através daqueles velhos clássicos que não receberam a posteridade que merecem: *La Méditerranée*, de Fernand Braudel; dois volumes da coleção “*Nouvelle Clio*”, devidos à Pierre Chaunu etc. Desde o final dos anos 60, levantando-se contra as deformações impostas pelas histórias nacionais, Pierre Chaunu intimava: “*Deve-se romper com os Estados*”²³.

Por fim, Gruzinski salienta a importância da globalização enquanto processo que modifica o nosso modo de pensar e de revisitar o passado. Nossos contatos diários com situações e coisas oriundas de várias partes do mundo leva a refletir não somente sobre estes contatos, como também sobre a centralidade do nosso velho mundo e sobre as suas concepções. A produção cinematográfica chinesa seria um exemplo suficiente para nos percebermos disto, pois ela continua a desafiar as nossas noções de tradição e de modernidade²⁴.

Aplicando o método das *connected histories* ao estudo da monarquia católica, Gruzinski inicia traçando os quatro **parâmetros que parecem reger as interações que se desenvolvem**. Estes parâmetros seriam: **a dilatação planetária dos espaços europeus, a compressão das distâncias, a confrontação das informações e os choques e concórdias do tempo**.

O primeiro parâmetro observado é **a dilatação planetária dos espaços europeus**, pois a monarquia católica estaria presente em lugares tão distantes histórica e geograficamente como o México, Lima, Salvador da Bahia, Manilha, Macao, Goa ou Luanda. Tanto na expansão

transformer en une sorte d'électricien capable de rétablir les connexions continentales et intercontinentales que les historiographies nationales se sont longtemps ingénies à débrancher ou à escamoter en imperméabilisant leurs frontières. Celles qui séparent le Portugal de l'Espagne constituent un exemple de ces blocages.

²³ GRUZINSKI, 2001c, p. 88, tradução nossa: Le silence longtemps maintenu sur les populations métisses de l'Amérique au profit de sociétés indigènes réputées pures et authentiques en dit long sur ces « oublis ». Ajoutons que l'intérêt pour la micro-histoire — ou la micro-ethno-histoire — a si bien dressé notre œil à observer le proche que certains chercheurs ont fini par négliger le lointain. En somme, à des degrés divers, ces trois approches ont contribué, pour le meilleur mais aussi pour le pire, à détacher leurs objets des ensembles auxquels ils se reliaient historiquement. Où trouver l'antidote ? Tout simplement peut-être dans ces vieux classiques qui n'ont pas toujours eu la postérité qu'ils méritaient : La Méditerranée de Fernand Braudel, deux volumes de la collection « Nouvelle Clio » dus à Pierre Chaunu, etc. Dès la fin des années soixante, s'élevant contre les déformations imposées par les histoires nationales, Pierre Chaunu intimait : « Il faut rompre avec les États. »

²⁴ GRUZINSKI, 2001c, p. 89.

portuguesa como na conquista castelhana esta dominação planetária expandiu o horizonte europeu, enviando obras e arquitetura europeia para várias partes do mundo²⁵.

Em decorrência desta **dilatação planetária dos espaços europeus**, o direito europeu também experimentou esta expansão e as *leyes de Indias* oferecem um exemplo da rápida propagação das categorias e dos valores vindos de Castela, gerando adaptações americanas, como a *Politica Indiana*, de Solorzano y Pereira²⁶.

A difusão dos saberes e do imaginário europeus não constituem, entretanto, senão uma das facetas das transformações que ocorreram no seio da monarquia, sob pena de pensarmos exclusivamente em termos de ocidentalização. A dilatação dos espaços europeus é um processo complexo, pois era acompanhado simultaneamente da descoberta de outras sociedades e saberes²⁷.

O segundo parâmetro observado é **a compressão das distâncias**, pois ao dilatar-se, a esfera ocidental se esforça por captar outros espaços, mas nem sempre os absorve. Daí uma compressão sem precedentes das distâncias: o desconhecido se torna familiar, o inacessível disponível e o longínquo relativamente próximo. Assim, como exemplo, citamos a expansão para a Europa ocidental de zonas de consumo extra europeus, a expansão comércio de tabaco, a integração à farmacopeia europeia de remédios “exóticos”²⁸.

A redução das distâncias nos impérios ibéricos é tanto por rentabilidade quanto pelo interesse científico ou pela curiosidade. Ela não aparece claramente senão na circulação das mercadorias e das plantas²⁹.

O terceiro parâmetro observado é **a confrontação das informações**, pois por toda parte os homens da monarquia católica encontravam sociedades sem vínculos algum, ou sem vínculo direto, com aquelas da Europa ocidental, deparando-se com pessoas, leis, crenças, governos e costumes completamente diversos dos deles. Os europeus reconhecem o pioneirismo chinês na descoberta da imprensa e da artilharia. É uma época propícia para comparações planetárias³⁰.

Por fim, o quarto parâmetro observado são os **choques e concórdias do tempo**, pois a presença hispânica resulta também na imposição sistemática à referência ao tempo ocidental e cristão. Esta unificação do tempo passa mesmo a ser uma das características da monarquia, vinculada à celebração das missas todas as horas. Entrementes, o tempo europeu recebe, na

²⁵ GRUZINSKI, 2001c, pp. 92-93.

²⁶ Ibidem, pp. 92-93.

²⁷ Ibidem, pp. 93-94.

²⁸ Ibidem, pp. 94-95.

²⁹ Ibidem, pp. 95-96.

³⁰ Ibidem, pp. 96-99.

América, um sentido muito diferente daquele que tem no velho mundo, mas a diferença de fuso-horário e os cálculos a partir do horário europeu fazem com que este se transforme em tempo ocidental. Tempos e espaços se encontram, interferem e se enfrentam no seio da monarquia e mesmo fora dela, pois a China impenetrável tem curiosidade sobre os relógios europeus³¹.

Dilatação dos espaços europeus, compressão das distâncias, confluências dos saberes e dos tempos, estas transformações definem alguns dos parâmetros próprios à monarquia. Dois mundos, duas histórias nunca antes conectadas entram em contato. O panorama aparece como uma complexidade que não se limita a visualizar a perspectiva de uma ocidentalização conquistadora ou de uma “visão dos vencidos” impermeável à mudança. **Gruzinski pergunta-se como perceber os homens que a habitam**³².

Para perceber este homem precisaríamos alterar nosso método de estudo da história nos cinco pontos seguintes: **alterar nossa visão da “pátria” para o “mundo” e daí retornar, visualizar a realidade do global para o local, circular entre os mundos** e, por fim, buscar **compreender como o homem daquela época buscava vincular-se à América e à Europa**.

A primeira adaptação metodológica consiste em **alterar nossa visão da “pátria” para o “mundo” e daí retornar**. O local e o global não são fáceis de identificar, não mais do que os laços que os unem. As regiões da Espanha perdem importância relativa diante da oposição e das distâncias entre a Europa e a América, enquanto simultaneamente se esboça um espaço “global”, entendido como tendo escala planetária. As cartas de Cortés, por exemplo, não são endereçadas ao rei de Castela, mas ao imperador. O “global” é grafado enfim sobre uma visualização mais acurada do globo terrestre: aparecem as esferas armilares e as tapeçarias com o mapa *mundi*³³.

A segunda adaptação metodológica consiste em **visualizar a realidade do global para o local**. Os vastos espaços dominados pela monarquia católica incitam a perseguir o questionamento sobre como se insere o local no global tal como pode ser percebido na segunda metade do século XVI. Como se pode entender o “local” no seio de uma dominação mundializada como a monarquia? Como se traduz o “global”, ou será ele percebido localmente, em grande escala, no seio de um espaço concreto, vivido diariamente? Várias pistas se oferecem ao pesquisador³⁴.

³¹ GRUZINSKI, 2001c, pp. 99-100.

³² Ibidem, p. 100.

³³ Ibidem, pp. 101-103.

³⁴ Ibidem, p. 103.

Gruzinski diz que podemos nos contentar com aqueles que nos inspira a leitura de três autores que, em princípio, nada deveriam dizer a respeito: Bernardo de Balbuena, Juan de Torquemada e Tommaso Campanella. O primeiro escreve um poema de circunstância, editado no México em 1604, o segundo uma obra apologética publicada em Sevilha em 1615 e o terceiro um pequeno tratado filosófico redigido no reino de Nápoles em 1602. Balbuena exalta o México, colocando-o no eixo do mundo, colocando-o em paralelo com a Espanha³⁵.

A *Monarquia Indiana* de Torquemada faz uma apologia da evangelização franciscana, jogando com as perspectivas planetária e global. A monarquia indiana é apresentada como a variante “americana” da monarquia católica. Campanella passa de uma visão política do global, a *Monarquia di Spagna*, à descrição filosófica de uma ilha asiática situada sobre o equador, sobre a qual se abriria uma cidade maravilhosa, uma utopia, vendo a cidade do sol como um célula especial do globo. Percebe-se que na periferia da monarquia, seja napolitana, portuguesa, peruana ou mexicana, africana ou asiática, nascem simultaneamente representações onde a cada vez “global” e “local” são vistos de forma singular³⁶.

A terceira adaptação metodológica consiste em **circular entre os mundos**. As pistas acima esboçadas não são senão construções intelectuais isoladas, mesmo se sua pertença a um quadro comum revele parentescos insuspeitados ou ainda pouco estudados. É a própria história dos homens que nos revela como o “global” e “local” são constantemente rearranjados. São vários os homens que cruzam grandes distâncias, fazendo deslocamentos que não se operam em um sentido único. Se a visão de mundo deixa de ser estritamente eurocêntrica, é porque ela se recompõe a partir da terra de adoção. As Índias não são uma peça de geografia antiga, mas também destilam um imaginário inesgotável³⁷.

A quarta adaptação metodológica consiste em **estudar como o homem da época buscava se vincular à América**, pois para viver ou para sobreviver é necessário que haja adaptação à terra que nos acolheu ou àquela em que fomos exilados. A mudança temporária ou definitiva na África, na Ásia ou na América modifica os comportamentos e os imaginários. Com a chegada dos europeus na América surge uma neolocalidade. Alguns a faziam buscando situar-se em relação ao mundo antes mesmo de vincular-se a um espaço preciso distinto da Europa³⁸.

³⁵ GRUZINSKI, 2001c, p. 104.

³⁶ Ibidem, pp. 104-106.

³⁷ Ibidem, pp. 106-108.

³⁸ Ibidem, pp. 108-109.

Como já dito, a visão de mundo deixou de ser europocêntrica se recompondo a partir da terra de adoção. Mas como pensar e construir o vínculo com a nova “pátria”? Muitos caminhos se anteviam. Uma via é a exploração da história natural, passando para a defesa e a ilustração do espaço não europeu, como a *Sumaria Relação* do crioulo mexicano Dorantes de Carranza. Onde deveria haver apenas uma lista dos conquistadores do México e a dos seus descendentes ressurgiu o velho tema das Índias. As Índias – “a nossa Índia” – não seria senão uma extensão da Índia dos antigos, que compartilhariam todas as virtudes, recuperando na passagem a sabedoria dos antigos e de seus continuadores, fazendo com que as Índias pareçam menos novas do que eram³⁹.

As Índias não são apenas uma área geográfica antiga, pois destilam um imaginário inesgotável. Estrabão, Diodoro e Plínio, relidos por Dorantes de Carranza, colocam as Índias como a mais bela das regiões. O novo mundo dos castelhanos herda riquezas fabulosas⁴⁰.

Confrontando-se com este viés geográfico, se esboça outra via, a de forjar uma memória histórica que pudesse integrar a conquista espanhola e as épocas pré-hispânicas ao passado ocidental. O sentido e o conteúdo desta memória histórica dependem da origem do autor. No caso dos crioulos mexicanos, a tarefa se reduz prioritariamente ao relato dos eventos da Conquista. Dorantes de Carranza, por exemplo, vincula a Conquista ao passado pré-hispânico até remontar à origem mitológica que se atribuía às Índias. Traçam-se paralelos entre os Mexicas e os Judeus do Antigo Testamento. A escolha da Cidade do México como capital da Nova Espanha é justificada tanto por sua antiguidade como por sua fundação maravilhosa. Todo capital simbólico parece valer a pena⁴¹.

Matthew Restal ilustra este aspecto ao explicar que por todas as colônias da Mesoamérica e dos Andes, peças, danças e batalhas simuladas eram representadas pelas comunidades indígenas, que aplicavam complexos desdobramentos locais a um misto de representações nativas tradicionais com elementos da tradição teatral hispânica. A finalidade destes festivais

³⁹ GRUZINSKI, 2001c, p. 109.

⁴⁰ Ibidem, pp. 109-110.

⁴¹ Ibidem, pp. 109-110. No mesmo sentido, RESTALL, Matthew. **Sete mitos da conquista espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 208-9: Apresentações teatrais, especialmente a realizada para celebração de Corpus Christi de 1539, na nova praça de Tlaxcala intitulada “A Conquista de Jerusalém” encenava uma batalha em que os exércitos vitoriosos eram liderados pelo monarca hispânico, o vice-rei da colônia mexicana e um conde espanhol representando a Conquista Espanhola. Todavia para os atores que a representavam, índios de Tlaxcala, estava longe de ser a celebração da Conquista pelos espanhóis, pois o indígena que interpretava Cortes não era o vencedor do drama, e sim o Sultão fadado a derrota. O capitão geral dos mouros era a representação de Pedro de Alvarado e ambos perdedores suplicavam mercê e batismo perante Carlos V, admitindo serem seus vassalos naturais. Essa representação contesta a tese de que os nativos seriam súditos naturais dos espanhóis. [...]A “Conquista de Jerusalém” foi, portanto, uma criação tlaxcalana que tencionava glorificar os recentes triunfos de Tlaxcala e sua condição de importante (senão o mais importante) *altepelt* ou cidade-Estado do México Central.

era reconstruir a Conquista não como um momento histórico de derrota ou trauma, mas como um fenômeno que transcenderia as adversidades, sendo superado pela comunidade nativa local⁴².

Por fim, a quinta adaptação metodológica consiste em **estudar como o homem da época buscava se vincular à Europa**. Na primavera da monarquia católica, os autores não são os ibéricos e os demais europeus. Os letrados indígenas e os mestiços do México seguem estratégias distintas, mesmo que pareçam, às vezes, se sobreporem àquelas dos invasores. Os primeiros vinculam seu passe local e regional e mesmo sua ideia de mundo, ao universo dos cristãos e dos espanhóis⁴³.

Para os mestiços, a tarefa é mais complexa, digamos acrobática. Estes devem, ao mesmo tempo, vincularem-se ao passado indiano e com a história cristã e europeia. A passagem entre os mundos não é uma tarefa simples nem sempre factível. A multiplicação das referências e dos vínculos, os efeitos do afastamento e o nomadismo não param de criar situações imprevistas e sem precedentes⁴⁴.

No final do século XVI, não era mais suficiente nascer para dizer-se filho. Por toda parte na monarquia católica, os homens e as mulheres se deparam com condições de vida que impõem uma redefinição das origens, das raízes e das identidades. Várias condições exigem soluções diversas e não necessariamente irreversíveis⁴⁵.

Por toda a América espanhola aparecem igualmente elites que são mestiças tanto física quanto culturalmente. A aplicação do novo método de estudo da história é ainda mais sugestivo se, além do inventário dos indivíduos e dos grupos intermediários, nos interrogarmos sobre a própria dinâmica das sociedades que se desenvolvem em quadros tão diferentes como o México, os Andes, o Brasil, a costa africana, a Índia, o Japão ou as Filipinas. A colocação do adjetivo colonial tem sido um modo de fugir desta análise⁴⁶.

Mas como todas estas mesclas se desenvolvem simultaneamente sobre as mudanças da grande monarquia, elas nos incitam a refletir sobre o modo onde o político, no sentido mais amplo, abordado em uma perspectiva global, age sobre as manifestações locais da mestiçagem. Para a sua própria existência, a monarquia relaciona espaços de circulação, de mudanças e de enfrentamentos, e estas ligações escapam a toda estratégia de união, por mais ambiciosa que

⁴² RESTALL, 2006, p. 210. Tais festivais não eram uma comemoração de algo perdido, mas celebrações da sobrevivência comunitária, da integridade micro patriótica e de vigor cultural.

⁴³ GRUZINSKI, 2001c, pp. 110-111.

⁴⁴ Ibidem, pp. 111-113.

⁴⁵ Ibidem, pp. 111-113.

⁴⁶ Ibidem, pp. 115-116.

seja. Embora a Igreja, a Coroa e as administrações ibéricas tenham intervindo sem cessar nos mais diversos domínios, o global que se desenvolve no seio da monarquia não se confunde com qualquer planejamento global (“*global design*”) ao qual se oporiam um conjunto de histórias locais⁴⁷.

Daí a necessidade de percorrer este espesso tecido, cujas dimensões individuais e coletivas se parecem com a dos especialistas anglo-saxões da *World History* quando estes buscam tratar as partes do mundo como interconectadas e interativas. A monarquia católica e os seus mundos misturados mostram um interessante exemplo destas miríades de interações que nos remetem às múltiplas e móveis formas de dominação no seio de um primeiro esboço de globalização. Mas não se trata de escrever uma história com pretensão universal, uma *World History*, de ver uma história global à maneira anglo-saxã⁴⁸.

A perspectiva global com que Gruzinski se engaja é imposta pelas circunstâncias que envolvem a Monarquia Católica. O estudo deste império fica subordinado ao objetivo que o autor traçou em sua obra *Pensamento Mestiço*: explorar a proliferação das mestiçagens nas sociedades submissas a uma dominação com implicações planetárias. Trata-se de um projeto dúplice: teórico e metodológico, pois nos obriga não apenas a buscar os limites das esferas culturais como a enfrentar o estudo dos complexos sistemas, tomando emprestadas de outras ciências as ferramentas necessárias para este empreendimento⁴⁹.

2.4 Principais elementos das *Connected Histories* conforme Sanjay Subrahmanyam

O texto de Gruzinski acerca das *connected histories* é mais rico do que o de Subrahmanyam, em parte, pelo fato de Gruzinski não se limitar à exposição do método em tese, mas avançar indicando as adaptações necessárias para o estudo da monarquia católica.

Sanjay Subrahmanyam, ao tratar do método em abstrato, aplicável ao estudo de quaisquer épocas e realidades históricas, aponta o que entende serem os três principais elementos do método das *connected histories*: **a necessidade de atenção às divergências de efeitos dentro do Estado, decorrente de diferenças regionais; a atenção aos erros decorrentes do nacionalismo e de outros preconceitos e a necessidade de uma postura mental aberta.**

⁴⁷ GRUZINSKI, 2001c, p. 116.

⁴⁸ Ibidem, pp. 116-117.

⁴⁹ Ibidem, p. 117.

A necessidade de atenção às divergência de efeitos dentro do Estado, decorrente de diferenças regionais faz com que se leve em conta a conexão entre a realidade regional e o grau de geração de efeitos decorrentes de uma determinada causa história, ou até mesmo a existência de quaisquer efeitos. Diferenças sociais e regionais afetam a resposta à várias mudanças, como a circulação do ouro, os efeitos da inflação sobre a economia, a distribuição da riqueza, como mostra o trecho abaixo.

Tomando como nosso ponto de partida a noção de conexidade esta pode presumivelmente nos levar a um diferente caminho. Afinal, mesmo dentro de uma ‘sociedade’, seja como for que queiramos definir, as subunidades que a compõem evoluem diferentemente ao longo do tempo histórico, não apenas no sentido de melhor e pior, mas no sentido de sobrevivência e eliminação, ou mais simplesmente de diferença. Assim, quando a inflação atingiu a Espanha na parte final do século XVI, nem todas as partes da sociedade espanhola foram igualmente afetadas pelos seus efeitos negativos; algumas partes podem até ter melhorado como consequência. **Diferenças sociais e regionais podem afetar a resposta, e o surgimento, deste fenômeno.** Em um nível, o fenômeno global dos fluxos de ouro, tanto amplia como torna mais complexo o que podemos ver na Ibéria. A extensão das variantes regionais e sociais torna-se então muito mais complexa, e as consequências em termos de redistribuição da riqueza também tem sua compreensão dificultada, sem alterar completamente a natureza do fenômeno⁵⁰.

A atenção aos erros decorrentes do nacionalismo e de outros preconceitos, uma vez que estes nos cegam para as possibilidades de conexão e para as influências recíprocas entre as civilizações, criando uma artificial transmissão unilateral e ignorando as mudanças efetuadas no processo de internalização de valores pelo observador ‘colonizado’.

O nacionalismo nos cegou para a possibilidade da conexão, e a etnografia histórica, seja em uma de suas variantes ocidentais de alto Orientalismo, seja praticada no Oriente, **auxiliou e instigou este processo infortunado. O impulso desta etnografia sempre foi no sentido de enfatizar a diferença, e normalmente a superioridade da posição do observador sobre o observado** (exceto em circunstâncias particulares nas quais o observador ‘colonizado’ internalizou os valores de outros, e mede os desejos seus e de sua própria sociedade por aquelas medidas). Ao mesmo tempo, esta mesma etnografia foi o produto de certos fenômenos característicos do início do Era Moderna: a intensificação das viagens, o desejo de ser capaz de mapear o mundo inteiro e de alocar cada ‘espécie’ humana no seu nicho e, portanto, de separar o civilizado do incivilizado, bem como de distinguir diferentes níveis de civilização⁵¹.

⁵⁰ SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, Cambridge U.K., v. 31, n. 3, edição especial: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800, p. 735-762, especialmente p.760-761, jul. 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/312798>>. Acesso em: 23 abr. 2013. Tradução e grifos nossos. Texto original: Taking as our point of departure the notion of connectedness may conceivably lead us down a different path. After all, even within a 'society', however we choose to define it, the constituent sub-units fare differently over historical time, not only in the sense of better and worse, but in the sense of survival and elimination, or more simply difference. Thus, when inflation struck Spain in the later part of the sixteenth century, not all parts of Spanish society were equally affected by its negative effects; some sections may even have been better off as a consequence. Regional and social differences are likely to have affected the response to, and the making of, this phenomenon. At one level, the global phenomenon of bullion flows both magnifies and renders complex what we can see in Iberia. The extent of regional and social variants becomes that much more complex, and the consequences in terms of the redistribution of wealth are also rendered so, without wholly altering the nature of the phenomenon.

⁵¹ SUBRAHMANYAM, 1997, p. 761, tradução e grifos nossos. Texto original: Nationalism has blinded us to the possibility of connection, and historical ethnography, whether in one of its western variants of high Orientalism,

Por fim, a **necessidade de uma postura mental aberta** atenta para a dificuldade de afastar visões que, ainda que decorrentes de preconceitos, está de tal forma amalgamada à nossa visão de mundo que se torna excepcionalmente difícil de superar, até porque parte do problema deriva da própria especialização do conhecimento, como explica Sanjay no trecho abaixo.

Quase todos os processos de construção dos impérios no início da Era Moderna também foram um processo de classificação, de identificação de diferenças seja para preservá-las (como no caso do sistema *millet* no império Otomano), seja para desenvolver uma missão civilizadora de aculturação. A onda pós-modernista nas ciências sociais persiste no erro ao identificar esta compulsão por definir, descrever e classificar (e eventualmente por diferenciar) com o Iluminismo Europeu, pois esta compulsão existe, de fato, fora da Europa, e até mesmo antes do assim denominado Iluminismo. **Somos, ainda hoje, parcialmente vítimas disto, e seria absurdo sugerir que pudéssemos nos livrar desta pesada herança por um mero ato de vontade.** Dada a natureza fragmentada do acesso ao conhecimento, cada um de nós está mais ou menos condenado, em maior ou menor medida, a um Campo de Estudo. **Deixe-me concluir, portanto, com o apelo, mais uma vez, de que nós não apenas comparemos dentro de nosso campo e visão, mas que dediquemos algum tempo e esforço para transcendê-los, não apenas pela comparação isolada, mas buscando de tempo em tempo os frágeis fios que conectam o globo, mesmo os que definem o globo enquanto tal**⁵².

2.5 Imagens e Imaginário – fonte para história das sensibilidades

Existem reações que são muito difíceis de colocar em palavras, ao passo que uma imagem e a criação do imaginário podem expressar uma ideia de forma direta.

A história das sensibilidades diz respeito a zonas ainda pouco estudadas, que se estendem à margem da história das ideias, das representações, dos corpos ou das imagens. “*Ela*

or whether practised in the East, has aided and abetted this unfortunate process. The thrust of such ethnography has Always been to emphasize difference, and more usually the positional superiority of the observer over the observed (save in particular situations where the 'colonized' observer had internalized someone else's values, and found himself and his own society wanting by those measures). At the same time, this ethnography itself was the product of certain characteristically early modern phenomena, the intensification of travel, the desire to be able to map the world in its entirety and locate each human 'species' in its niche, and thus, to separate the civilized from the uncivilized, as well as to distinguish different degrees of civilization.

⁵² SUBRAHMANYAM, 1997, p. 761-2, tradução e grifos nossos. Texto original: Nevertheless, almost any process of early modern empire building was also a process of classification, of identifying difference either in order to preserve it (as in the case of the Ottoman millet system), or in order to further a civilizing mission of acculturation. The post-modernist wave in social science persists in the error of identifying this urge to define, describe and classify (and eventually to differentiate) with the European Enlightenment, but in fact it exists outside of Europe, and earlier than the so-called Enlightenment. We find ourselves, in part, its victims even today, and it would be absurd to suggest that we could throw off this heavy heritage by a mere act of will. Given the fragmentary nature of access to knowledge, each of us is more or less condemned in greater or lesser measure to Area Studies. Let me end, therefore, with the plea, once more, that we not only compare from within our boxes, but spend some time and effort to transcend them, not by comparison alone but by seeking out the at times fragile threads that connected the globe, even as the globe came to be defined as such.

*toca o que se situa além da elaboração intelectual, mas nunca se separa dela. Ela coincide com os territórios do imaginário, mas tampouco se confunde com ele*⁵³.

Essa história interessa-se pelo indivíduo, por suas reações íntimas, por suas contradições abertas ou encobertas, exuma afetos, mas sempre para reinseri-los em conjuntos significativos mais vastos, grupos, clãs, facções, classes, conjuntos, que eles iluminam a seu modo, restituindo-lhes uma complexidade quase sempre escamoteada ou negada. Ela fustiga a história das imagens trazendo para o primeiro plano os mecanismos da recepção e da absorção⁵⁴.

Conforme Gruzinski, a História das Sensibilidades prospera entre a Europa e a América, porque a experiência colonial ibérica e a globalização que a subentende não cessam de entrecruzar patrimônios étnicos e culturais, de misturar sensações, desejos, gostos e desgostos, de dar nascimento a novas maneiras de sentir e de perceber.

Paradoxalmente, trazendo mais complexidade às coisas, o cenário americano oferece mais uma vez ao pesquisador a possibilidade de superar seu etnocentrismo e de afiar seus instrumentos nas realidades de além-mar⁵⁵.

Lucien Febvre alertava que o historiador não poderia compreender uma época sem levar em conta o aspecto psicológico, que é o de ligar os sentidos dados pelos homens ao mundo com o conjunto das condições de existência de uma determinada época⁵⁶.

Quando Febvre defendia a necessidade de recuperar a vida afetiva e as emoções, introduzindo a noção das mentalidades, quer parecer que se voltava justamente para o processo mediante ao qual se socializavam os sentimentos, desde os indivíduos à codificação e institucionalização das emoções coletivas. Desde os primórdios da École des Annales às mais recentes abordagens sobre as práticas culturais dos sentimentos – como o faz Arlette Farge, com as emoções –, as sensibilidades passaram a ser buscadas no seio de um conjunto de representações sociais a que se dá o nome de imaginário⁵⁷.

Na introdução de sua História do Novo Mundo, Gruzinski e Carmen Bernard ressaltam esta preocupação de captar a história para além das impressões intelectuais ou técnicas, sob pena de haver um reducionismo na apreensão do passado. Para tanto, a fonte das imagens e do imaginário criado à época é de suma importância para o historiador.

Do mesmo modo, não poderíamos reduzir o processo da descoberta a suas manifestações intelectuais ou técnicas. Para sugerir as reações afetivas e as sensações provocadas por este mundo novo, fixamos imagens e momentos, emoções e silêncios: uma tempestade de neve nas encostas do Popocatepelt, o pânico que toma conta de um conquistador, o sabor de uma fruta exótica, o silêncio dos manguezais do Pacífico... Por que essas dimensões do imaginário deveriam escapar ao historiador

⁵³ GRUZINSKI, Serge. Por uma história das sensibilidades. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy & LANGUE, Frédérique (orgs). **Sensibilidades na História**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007b, p. 7-8, especialmente p. 7.

⁵⁴ GRUZINSKI, 2007b, pp. 7-8.

⁵⁵ Ibidem, p. 8.

⁵⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy & LANGUE, Frédérique (orgs). **Sensibilidades na História**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 14.

⁵⁷ PESAVENTO, 2007, p. 14.

quando as fontes nos oferecem esses instantâneos que muitas vezes basta transcrever?
E não será, paradoxalmente, seu caráter subjetivo que faz seu valor histórico? ⁵⁸

A imagem exerceu, no século XVI, um papel notável na experiência americana considerada na sua chave tríplice: descoberta, conquista e colonização, face aos seguintes motivos: 1) espirituais, decorrentes da proposta de evangelização; 2) linguísticos, diante da dificuldade de comunicação em face das várias línguas indígenas, em grande parte desconhecidas; 3) técnicos, em face da difusão da imprensa e da expansão da gravura ⁵⁹.

Para evangelizar os índios, os religiosos criam catecismos que visualizam, em forma de história em quadrinhos, os rudimentos da doutrina cristã. Mas a invasão das imagens é mais que uma revolução das formas: ela dissimula o fato de que uma nova ordem visual está sendo inculcada, desorganizando os hábitos dos indígenas. A imagem cristã justapõe dois registros, o terrestre e o sobrenatural ⁶⁰.

Os conquistadores parecem ter abordado o México com um carregamento de imagens gravadas, pintadas e talhadas, pois as distribuíram generosamente aos índios à medida que foram avançando. Uns após outros, os índios de Cozumel, os caciques de Tabasco, os enviados de Montezuma, os sacerdotes pagãos de Cempoala receberam de presente imagens da Virgem ⁶¹.

Os indígenas aliados de Tlaxcala – sem os quais a Conquista não teria ocorrido – receberam uma Nossa Senhora que, com o nome de Conquistadora, obteve grande prestígio no México colonial. O fato de ser ao mesmo tempo Nossa Senhora e uma imagem, a Conquistadora apoia, legitima e conclui o projeto militar terrestre dos conquistadores ⁶².

Por outro lado, os Espanhóis também tiveram que se deparar, desde que pisaram nas praias do Novo Mundo, com imagens indígenas que lhes fizeram questionar sobre a natureza dessas imagens.

Segundo o cronista-conquistador Bernal Díaz de Castillo, Cortés exigiu que os ídolos fossem derrubados antes de despedaçá-los e jogá-los ao pé da pirâmide. Os índios “consentiram” em destruir seus *zemes* ⁶³ e instalaram no seu lugar um quadro da Virgem que os espanhóis lhe deram ⁶⁴.

No rastro de Cortés, os conquistadores, e mais tarde os missionários que os substituem, eliminam, queimam e quebram as pinturas e estátuas mexicanas ⁶⁵.

A proposta de destacar um papel fundamental para a imagem deve-se ao fato de que tanto quanto a palavra e o texto, a imagem também pode ser um veículo de todos os poderes e

⁵⁸ GRUZINSKI & BERNAND, 1997, p. 15.

⁵⁹ GRUZINSKI, Serge. **A Guerra das Imagens**: de Cristóvão Colombo a *Blade Runner* (1492-2019). São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 15.

⁶⁰ Ibidem, p. 166.

⁶¹ Ibidem, p. 59.

⁶² Ibidem, p. 60.

⁶³ Conforme Gruzinski, *zemes* são estranhas “figurinhas sentadas”, logo assimiladas a espectros. Os *zemes* que escapam ao aniquilamento vão encontrar refúgio nos museus europeus (GRUZINSKI, 2006, p. 162).

⁶⁴ GRUZINSKI, 2006, p. 56.

⁶⁵ Ibidem, p. 163.

de todas as resistências. O pensamento que ela desenvolve é tão denso quanto o texto, mas difícil porque o historiador fica obrigado a dizer palavras aos indizíveis⁶⁶.

Pode-se citar como um dos exemplos mais surpreendentes o culto à Virgem de Guadalupe, sua efígie milagrosa que apareceu a um índio em 1531 e ainda é o ímã que une as multidões, sendo o seu culto um fenômeno de massa até os dias de hoje⁶⁷.

Também podemos trazer como exemplo as imagens das gravuras de Theodor De Bry que contribuíram na elaboração da “lenda negra”⁶⁸.

Torna-se evidente a utilização da imagem como uma ferramenta de poder político. As ilustrações mais famosas de De Bry foram as que acompanharam a edição alemã, publicada em 1597, intitulada “*Brevíssima relación de la destrucción de las Indias*”. Os primeiros tomos de sua obra ilustram a pacífica colonização dos índios a cargo dos puritanos ingleses e dos huguenotes franceses. O terceiro tomo ilustra a violência canibal com a chegada dos espanhóis. Na realidade, as lâminas de suas gravuras com pretensões antropológicas pretendiam desprestigiar as atividades espanholas na América⁶⁹.

As acusações de canibalismo dos índios eram contraditadas com gravuras que representavam os “civilizados” e “piedosos” espanhóis praticando o canibalismo⁷⁰.

2.6 O mito da superioridade dos espanhóis

Matthew Restall demonstra as falhas do mito da superioridade dos espanhóis, utilizando a visão metodológica preconizada tanto por Sanjay, que demonstra a necessidade de evitarmos os erros decorrentes do nacionalismo, como por Gruzinski, que insiste na alteração da visão da “pátria” para o “mundo” e daí retornar, em estudar como o homem da época buscava se vincular à América e principalmente na consideração dos elementos mestiços, que têm sido ignorados pela perspectiva micro-histórica.

A concepção de superioridade dos espanhóis, que é desenvolvida ao longo dos séculos, reduzindo o indígena a um bárbaro, é uma falácia utilizada pelos europeus para justificar a exploração das civilizações descobertas e a escravização dos nativos da África Ocidental⁷¹.

⁶⁶ GRUZINSKI, 2006, p. 17.

⁶⁷ Ibidem, p. 17.

⁶⁸ GRUZINSKI & BERNAND, 2006, p. 633.

⁶⁹ PLANAS, Javier Alvarado. La polémica de los justos títulos en la iconografía americana. In. SCHOLZ, Johannes-Michael & HERZOG, Tamar. **Observation and Communication: the construction of realities in the hispanic world.** Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1997, p. 219-251.

⁷⁰ Ibidem, p. 219-251.

⁷¹ RESTALL, 2006, p. 225.

Os Espanhóis buscaram valer-se das intervenções divinas para defender a ideia de sua superioridade sobre os demais povos, pois se Deus tivesse intervindo em favor dos espanhóis, seus atos contavam com a sanção divina⁷²

As viagens de Ilarione da Bergamo, pelo México, na década de 1760, o levaram a entender que o momento crucial da intervenção divina na campanha de Cortes foi a ocasião da descoberta de “salitre” na boca do vulcão Orizaba, com o que se poderia fabricar pólvora. Se não houvesse pólvora não poderiam ter dizimado os indígenas⁷³.

Matthew Restall critica a tese defendida por vários historiadores, dentre eles John Elliott, de que as culturas nativas seriam inaptas para combater a invasão espanhola, porque apenas a tecnologia bélica não bastava para garantir a conquista. Elliott defende esta concepção acerca da tecnologia militar, afirmando que a Conquista teria sido levada a cabo por um punhado de homens excepcionais e ávidos por ouro; que os impérios nativos teriam soçobrado rapidamente; que os indígenas teriam sido prejudicados por seu fatalismo e pela falta de confiança e que os espanhóis usufruiriam de uma dupla “superioridade”, de ordem técnica e civilizacional⁷⁴.

Analisando a visão de Elliot, Matthew Restall enfatiza que este autor, ainda que não culpe claramente a religião nativa, supõe problemas decorrentes da superstição, através de expressões como “mundo fatalista”, que correspondem à versão moderna da característica “superstição” atribuída aos nativos pelos espanhóis da era colonial⁷⁵.

A questão mais problemática, para que se possa ter um melhor entendimento da Conquista, não está no foco das armas, das palavras, das ideias ou da intervenção divina, mas sim no fato de que, se partirmos da premissa de que os espanhóis eram, em algum sentido, melhores do que os nativos americanos, **não teremos alcance para compreender a complexidade da história gerada a partir do contato destes dois mundos que eram até então desconhecidos um do outro**⁷⁶.

⁷² A Conquista tinha uma “boa razão” por constituir uma missão civilizadora contra os bárbaros – e foi bem-sucedida por contar com o auxílio da vontade de Deus e do “hábito de vencer” espanhol. (RESTALL, 2006, p. 228)

⁷³ RESTALL, 2006, p. 233.

⁷⁴ Ibidem, pp. 229-230.

⁷⁵ Ibidem, p. 230.

⁷⁶ Ibidem, pp. 234-235.

3 NOÇÃO DE MONARQUIA CATÓLICA

3.1 Significado

Os fundamentos do monarquismo no século XVII estão sedimentados na crença de que o governo de um povo está ligado a princípios imutáveis da natureza, em harmonia com os quais existem postulados de arte ou de engenho político. Há os desejos de paz interior, quietude civil e estima-se que a moderação mantenha a ordem civil⁷⁷.

Como a história dos povos está marcada pelas divisões, inimizades, tumultos, guerras, que as diferenças religiosas têm gerado, o homem se vê obrigado a buscar um governo que possa superá-las, sendo a Monarquia considerada, na época, o melhor instrumento para conquistar os fins almejados de quietude e ordem civil⁷⁸.

Monarquia se origina de *Monos*, que em grego significa um, e de *Archos*, que é o mesmo que Príncipe, como se disséssemos um principado ou reino onde há só um que manda e os demais obedecem⁷⁹. Para o augustinismo dos primeiros séculos, a realeza é um *ministerium*, um serviço ou, segundo dirão com grande frequência nossos escritores do século XVII, um ofício. O Rei tem que cumprir seu ministério da mesma maneira e com igual dependência que um artesão o seu ofício, que não pode sair das regras precisas do seu trabalho.

Isso significa *El regale ministerium est populum Dei gubernare et regere cum equitate et iustitia, ut pacem et concordiam habeat studere*. Daí se depreende o conceito daquilo sobre o que se reina: *el populus Dei*; daquilo com que se reina: a Justiça; e daquilo para que se reina: a paz. Assim, a realeza é um mistério para conduzir os homens até Deus e, portanto, tem uma evidente condição de ministério eclesiástico.

O estudo da “Monarquia Católica”, por diversas vezes referida nas obras de Gruzinski, é de fundamental importância para o entendimento da metodologia desenvolvida pelo autor, tendo em vista que serve de base para as suas pesquisas por ser o seu campo de observação.

A Monarquia Católica trata de um sistema político mediante a associação de regiões e reinos Europeus com outros Continentes, como as Américas, a África, a Ásia, com uma visão dinástica governada por um imperador que confere unidade entre a península e os territórios conquistados além mar. Esse método contrapõe o estudo da história de forma nacionalista,

⁷⁷ MARAVALL, José Antonio. *Teoría del Estado en España en el siglo XVII*. 2. ed. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1997, p. 169.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 169.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 176.

isolada por Países. “As coisas tornam-se distintas se fazemos da Monarquia católica, e não da Europa ocidental, a nossa base de pesquisa e de observação”⁸⁰.

Elliot analisa o funcionamento da monarquia espanhola nos séculos XV-XVIII, que coincide com o período em que a Espanha foi governada pela dinastia dos Habsburgos.

O projeto de Elliot, em seu estudo da Espanha imperial nos séculos XV-XVIII, inicia na era de Ferdinando e Isabella, busca compreender a criação da ‘Espanha’, pelos reis católicos, até o final da dinastia dos Habsburgos e sua substituição pelos Bourbons. A partir de 1716, ano no qual os Bourbons terminaram abruptamente com o *status* semi-autônomo de que os Catalães gozavam até então, analisa a relação entre o centro e a periferia na Espanha imperial⁸¹.

Na América britânica, os colonizadores negavam qualquer influência do meio – do clima, por exemplo – sobre a psique, e alegavam que o espírito inglês se desenvolvia na América, porém tinham frequente necessidade de construir fortes para se protegerem dos ataques dos índios, o que fazia, ainda no final do século XVII, com que os colonos britânicos se sentissem excluídos tanto na Inglaterra como na América⁸².

Na América espanhola, por outro lado, esse sentimento de exclusão ocorreu ao longo do século XVI, acompanhado de uma discriminação dos *criollos* no século XVII, porque os *criollos* espanhóis não tinham a necessidade de fortificar suas cidades dos contra-ataques dos índios, podendo se distanciar, de certo modo, da pátria e desenvolver uma identidade cultural. Enquanto os britânicos achavam que o convívio com os índios somente seria seguro após a morte destes, os espanhóis conseguiam incorporar uma dimensão indígena em suas culturas, originando as mestiçagens⁸³.

A mudança da dinastia espanhola dos Habsburgos para os Bourbons, com a nomeação de Felipe V - sucessor de Carlos II, falecido em 1700 e neto de Luís XIV - , alterou a situação dos *criollos*. Embora na América a fidelidade à nova dinastia não tenha gerado a guerra civil em que a Espanha mergulhou, pelo conflito de lealdades entre arquiduque austríaco Carlos III e Felipe V, os *criollos* sofreram com a nova dinastia⁸⁴.

Ainda que os *criollos* reclamassem do modo como eram tratados pelos espanhóis, sob o reinado dos Habsburgos, eles geralmente se saíam bem em relação a esse governo, mesmo sob os erros da Casa da Áustria. A partir do momento em que os Bourbons assumiram o governo,

⁸⁰ GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. **Topoi**. Rio de Janeiro, mar. 2001a, p. 175-195, especialmente p. 191.

⁸¹ ELLIOT, J. H. **Imperial Spain**: 1469-1716. 2. ed. London: Penguin Books, 2002a, pp. xiii-xiv.

⁸² ELLIOT, J. H. **Empires of the Atlantic World**: Britain and Spain America 1492-1830. New Haven and London: Yale University Press, 2006, pp. 236, 239, 240 e 242.

⁸³ ELLIOT, 2006, pp. 237 e 242.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 229.

tanto *criollos* quanto os próprios espanhóis temiam tornar-se um mero apêndice do tradicional inimigo francês. Na Espanha, por exemplo, os Habsburgos tinham respeitado, em seus quase duzentos anos de governo, as diversidades regionais. Felipe V, o primeiro monarca Bourbon, utilizou sua vitória na guerra civil sobre os territórios revoltosos de Aragão para eliminar suas leis, liberdades e instituições fundamentais, buscando criar uma Espanha ‘vertical’⁸⁵.

Anthony Pagden diz que:

o imperio espanhol de ultramar entrou na existência como uma parte do Sacro Império Romano, e ainda que em 1558 o próprio império tenha passado aos Habsburgos austríacos, o universalismo que marcou o reinado de Carlos V persistiu, de uma forma ou de outra, até o final da dinastia⁸⁶.

Para manter o título imperial em suas mãos, havia interesse na estreita união dos dois ramos da dinastia dos Habsburgos, que buscavam cumprir com **os ideais através dos quais a Casa da Áustria se tinha consagrado: a defesa da Igreja e o sustento da fé**. Ademais, o rei da Espanha, em sua condição de Duque de Milão e Borgonha, era duas vezes vassalo do imperador, de forma que eventuais atritos enfraqueceriam a posição espanhola na Itália e em Flandres⁸⁷.

A manutenção de estreitas relações entre Viena e Madrid tinha-se convertido, no século XVII, na pedra angular da política internacional espanhola sob a dinastia dos Habsburgos. O rei da Espanha e o imperador necessitavam um do outro. Embora o ramo austríaco da família fosse secundário, a posse do título de imperador conferia uma autoridade ímpar. Felipe II e seus sucessores, entretanto, viam como natural sua superioridade frente ao imperador, em função da extensão territorial e dos recursos por eles dominados. Do ponto de vista dos espanhóis, os primos austríacos eram quase tutelados⁸⁸.

Os Bourbons levariam meio século para introduzir na América o processo de domínio vertical que buscaram aplicar na Espanha no início do século XVIII, pois, a princípio, estavam muito ocupados com a reforma doméstica. A opinião dominante na Espanha, entretanto, era a de que a recuperação Espanhola passava pelo domínio completo sobre o comércio e a mineração

⁸⁵ ELLIOT, 2006, pp. 229-230.

⁸⁶ PAGDEN, Anthony. Heeding Heraclides: empire and its discontents, 1619-1812. In: KAGAN, Richard L. & PARKER, Geoffrey (editores). **Spain, Europe and the Atlantic World**: Essays in honour of John H. Elliot. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1995, p. 316-333, especialmente p. 317, tradução nossa: The Spanish overseas empire had come into being as a part of the Holy Roman Empire, and although in 1558 the empire itself had passed to the Austrian Habsburgs, the universalism that which had marked Charles V's reign persisted, in one form or another, until the final demise of the dynasty.

⁸⁷ ELLIOT, J. H. **El Conde-Duque de Olivares**: El político en una época de decadencia. Barcelona: Crítica, 2004, p. 82.

⁸⁸ Ibidem, p. 82.

da América espanhola. Os estudos para a reformulação da América espanhola iniciaram em 1743, com a nomeação de José del Campillo como ministro para a marinha e as Índias⁸⁹.

A imposição de novas regras comerciais pela metrópole espanhola agravou a tensão existente entre as colônias e a Espanha, fazendo com que as comunidades americanas fossem vistas e se vissem como colônias, alterando os complexos laços e contrapesos entre a fidelidade e os interesses⁹⁰.

Interessante observar que a crise e a decadência espanhola geraram uma enorme pressão fiscal, devido às peculiaridades existentes no sistema jurídico espanhol.

A decadência espanhola no século XVII, deveu-se a uma série de razões, entre as quais se sobressaem as crises econômicas, decorrentes, em parte, da corrupção e de gastos militares, como se pode ver no trecho abaixo.

Los grandes gastos militares y navales que se hicieron necesarios a causa de la vuelta de España a la guerra en 1620-1621, llegaron en un momento delicado. Al igual que en Francia durante el período de la regencia, las finanzas reales de España habían sido mal llevadas por una administración corrupta e incompetente, y la corona había contraído enormes deudas. Ahora se necesitaba urgentemente más dinero, y precisamente cuando las remesas de plata procedentes de América habían reducido drásticamente. La penuria debía solucionar-se con los impuestos, y eso significaba en primer lugar la presión fiscal sobre Castilla, el tradicional sostén de la Corona. [...] Tanto en Francia como en España en la década de 1620, la guerra iba a ser precipitando del cambio. En ambos países, la guerra agravó viejos problemas – especialmente los problemas financieros – y creó nuevas necesidades agobiantes⁹¹.

A pressão fiscal gerada pela crise financeira agravava-se em decorrência de peculiaridades políticas, pois não era possível aumentar os impostos em Portugal, Navarra, Aragão, Valência, Catalunha, Nápoles, Sicília, pois esses territórios gozavam de leis tradicionais próprias, bem como de assembleias representativas, que inviabilizavam tanto o aumento dos tributos como o aumento dos serviços militares sem mudança constitucional arriscada, de forma que a pressão acabava recaindo, unicamente, sobre Castela⁹². Lembramos que a América era considerada uma possessão de Castela e os moradores de Navarra ou de Aragão eram considerados estrangeiros⁹³, de modo que a pressão fiscal poderia, igualmente, recair sobre as possessões espanholas na América.

A instituição da monarquia espanhola na segunda metade do século XVI, representou a maturidade derivada da evolução anterior, tendo determinado os séculos vindouros⁹⁴.

⁸⁹ ELLIOT, 2006, pp. 231-232.

⁹⁰ Ibidem, pp. 234-235.

⁹¹ ELLIOT, J. H. **Richelieu y Olivares**. Barcelona: Crítica, 2002b, pp. 86-87.

⁹² ELLIOT, 2002b, p. 87.

⁹³ ELLIOT, 2002a, p. 62-63.

⁹⁴ PÉREZ-PRENDES, José Manuel. Algo más acerca de los perfiles conceptuales de la Monarquía Hispánica. **Foro. Revista de Ciencias Jurídicas y Sociales, Nueva Época**, Madri, n. 10, p. 13-32, especialmente p. 14, abr. 2010a. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/FORO/article/view/FORO0909220013A>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

A monarquia espanhola, quanto ao seu desenho estático, tinha em sua cúspide sete grandes fatores institucionais: 1) o *monarca*; 2) a *casa do rei*; 3) a corte, modelada pelo rei e onde são sediadas 4) as *secretarias*; 5) os *vice-reis*, que atuam como duplicações da personalidade do rei; 6) as *delegações várias* (governadores, corregedores etc.), agindo todas elas com força excludente no seu âmbito respectivo, enquanto 7) os *validos* ou *privados*, figuras obscuras no Direito Público, fundamentam meras *delegações transitórias* das funções régias. Com exceção dos *validos*, todos estes elementos representam uma presença contínua de funções institucionalizadas⁹⁵.

Ao lado desses sete elementos estruturais acima relacionados aparecem quatro elementos permanentes: 1) os *conselhos*; 2) a *burocracia*; 3) os *exércitos permanentes*; e 4) a *diplomacia*⁹⁶.

A monarquia hispânica não foi simplesmente um conjunto de reinos ou entidades políticas justapostas, mas teve consciência de ser um único Estado. Dois eixos fundamentais regem o sentido da ação institucional do governo espanhol do século XIII ao século XVIII: a continuidade na atitude e a explícita menção do Estado enquanto veículo institucional dos conteúdos presentes na legislação e na doutrina política que lhe era contemporânea⁹⁷.

A palavra *Estado* era usada pelo Rei no sentido de busca do bem comum. A monarquia e os diferentes espaços políticos internos (tais como os reinos, os senhorios, os ducados, os condados), mencionados na titulação do monarca, integravam uma concepção política dos monarcas e dos seus colaboradores⁹⁸.

O grande estudioso da monarquia hispânica no século XIX, Leopold von Ranke, em trecho onde analisa o Império da Espanha, entende que o novo Estado espanhol, criado a partir do Reino de Castela, repousava em três pilares, todos eles, inclusive a obediência do exército, dependentes da atenção do Estado para com os seus deveres, como podemos ver no trecho abaixo:

O novo Estado é essencialmente baseado em três coisas: os exércitos permanentes, a manutenção da justiça e os deveres do Estado. O primeiro confere à autoridade central do governo todo o poder contra as resistências internas e externas, o segundo mantém o povo passível de repreensão e através do terceiro é o primeiro feito possível, mas a obediência evidentemente segue às obras⁹⁹.

⁹⁵ PÉREZ-PRENDES, 2010a, p. 15.

⁹⁶ Ibidem, p. 15.

⁹⁷ Ibidem, pp. 17-18.

⁹⁸ Ibidem, p. 18.

⁹⁹ RANKE, Leopold. **Fürsten und Völker von Süd-Europa im sechszenten und siebenzehnten Jahrhundert**: Vornehmlich aus ungedruckten Gesandtschaft Berichten von Leopold Ranke. Hamburgo: Friedrich Perthes, 1827, v. I, p. 239. Disponível em <[http://books.google.com.br/books?id=TcZTAAAcAAJ&printsec=frontcover&dq=Leopold+von+Ranke+F%](http://books.google.com.br/books?id=TcZTAAAcAAJ&printsec=frontcover&dq=Leopold+von+Ranke+F%20)

3.2 Outras denominações

A Monarquia Católica também foi denominada de Monarquia Hispânica, Monarquia Vicária por J. Manuel Pérez-Prendes Munhoz Araco e Monarquia Compósita por J. Elliott.

Pérez-Prendes, por exemplo, prefere a denominação de *monarquia vigária*¹⁰⁰, pois

concibo la «Monarquía vicaria» como el discurso político-normativo que legitima a una forma teológica (la mantenida como verdadera por la Iglesia católica romana) para quedar incrustada en el ápice de conformación estatal. [...] Se trata de la presencia de «lo religioso» en la actuación institucional suprema de la Administración pública española a lo largo de la historia¹⁰¹.

A fronteira entre o Estado e a Religião não eram definidas na monarquia vigária, fazendo com que as ações estatais por meio da legislação, do governo e da justiça tivessem seu elemento ou caráter vicarial¹⁰². O Estado se estruturava e se defendia com base nas ideias religiosas, utilizando a religião como pretexto para fundamentar os seus atos. Pérez-Prendes chega a dizer que o aspecto religioso era a coluna vertebral do corpo político espanhol¹⁰³.

A monarquia lusa é denominada de *monarquia pluricontinental* por João Fragoso e Maria de Fátima Silva Gouveia¹⁰⁴. Estes, seguindo Nuno Gonçalo Monteiro, diferenciam a monarquia lusa tanto da monarquia compósita, denominação utilizada por Elliot para a monarquia espanhola, como dos princípios que orientavam a monarquia católica espanhola, tal como estudada por Gruzinski. A monarquia portuguesa seguia os princípios do catolicismo e do corporativismo, mas carecia do sistema de organização familiar e de transmissão do patrimônio existente na monarquia católica. A monarquia portuguesa era caracterizada também por certo grau de desorganização, o que contrasta com a organizada burocracia espanhola¹⁰⁵.

[C3%BCrsten+und+V% C3%B6lker+von+S% C3%BCd+Europa&hl=pt-BR&sa=X&ei=73AFU-OAKaXb0wHQIYDgCw&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false](http://www.rcumariacristina.net:8080/ojs/index.php/AJEE/article/view/1). Acesso em: 2 fev. 2014, tradução nossa: (Título: **Príncipes e Povos da Europa Meridional nos séculos XVI e XVII**: Principalmente a partir de relatórios inéditos da embaixada por Leopold Ranke). Die neue Staat beruht wesentlich auf drei Dingen: dem Stehenden Heere, der Pflege der Gerechtigkeit und den Auflagen. Das Erste gibt der centralen Staatsgewalt alle Macht wider ihre Widerfacher von Ihnen und Aussen; das Zweite hält das Volk in einer unwertlichen Abhängigkeit; durch das Dritte wird das Erste möglich gemacht, der Gehorsam aber augenscheinlich und bethätigt.

¹⁰⁰ PÉREZ-PRENDES, José Manuel. Sobre las instituciones de gobierno de la Monarquía Hispánica en la segunda mitad del siglo XVI. **Anuario Jurídico y Económico Escurialense**, Madri, n. XLIII, p. 23-40, 2010b. Disponível em: <<http://www.rcumariacristina.net:8080/ojs/index.php/AJEE/article/view/1>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

¹⁰¹ PÉREZ-PRENDES, 2010a, p. 22.

¹⁰² Ibidem, p. 22.

¹⁰³ PÉREZ-PRENDES, 2010b, p. 30.

¹⁰⁴ FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 36-50, especialmente pp. 38-40, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a04v1427.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.

¹⁰⁵ FRAGOSO & GOUVÊA, 2009, p. 38-40.

3.3 Período e dinastias

A monarquia católica coincide com o período da dinastia dos Habsburgos, na Espanha (1516-1700). Entretanto, a inter-relação entre o catolicismo e o governo parece ter sido antecedida pela avó de Carlos I da Espanha, a rainha Isabel I (1474-1504). De fato, parte significativa das reformas que configurariam a monarquia católica dos Habsburgos, como a administração eficiente e burocrática, ocorreu antes da posse de Carlos I, sob o reinado de Isabel I, entre 1470 e 1480¹⁰⁶. A reforma do *Consejo Real* foi a mais importante das reformas da Corte de Toledo, iniciada em 1480. Ferdinando e Isabella queriam que este Conselho fosse o órgão central do governo de Castela, o eixo central do seu sistema de governo. Aconselhava nas indicações e nos favores, além de atuar como a Corte Suprema de Justiça em Castela e de supervisionar o governo local.

Era essencial que o Conselho fosse composto por pessoas de confiança dos soberanos e que se evitasse que caísse nas mãos de magnatas, como ocorreu com o velho Conselho de Castela. Para evitar isso, determinou-se que o Conselho fosse composto por um prelado, por três *Caballeros* e por oito ou nove juristas (*letrados*). Os antigos dignitários tradicionais podiam participar das sessões, mas não tinham direito de voto. A exclusão dos votos dos magnatas, pertencentes às mais poderosas famílias de Castela, nas decisões das matérias de Estado, enfraqueceu essas famílias, afastando-as do exercício do poder político.

O comando militar e diplomático, assim como os principais postos administrativos, foram conferidos a novos homens, membros da nobreza menor, moradores das cidades e judeus conversos. A necessidade de conhecimento do direito era sintomática das necessidades da nova era. Para Castela, ao contrário de Aragão, estes procedimentos eram relativamente novos.

A Administração do Reino de Aragão, desde o século XIV, se caracterizava por uma chancelaria altamente burocratizada.¹⁰⁷

A escolha de funcionários capazes era essencial para que as reformas de 1470 e 1480 se enraizassem. Tanto Fernando quanto Isabela tinham clara consciência dessa necessidade, por isso eram cuidadosos nas suas nomeações, escolhendo as pessoas certas¹⁰⁸.

A organização do império espanhol sob Carlos V e Felipe II se caracterizava pela burocracia. Eram necessários muitos funcionários para administrar as posses de além-mar. Embora Carlos V fosse um governante de velho estilo, que gostava de liderar os exércitos nas

¹⁰⁶ ELLIOT, 2002a, p. 90.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 90.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 91.

batalhas e de governar pessoalmente os seus assuntos, mantendo até o fim de sua vida um elemento de amadorismo, improvisando em assuntos de governo, a administração de vastos territórios impunha métodos burocráticos e procedimentos administrativos. Esta gradualmente substituiu o governo da palavra falada pelo governo da palavra escrita em papéis. A substituição do guerreiro Carlos V pelo sedentário Felipe II, que passava o dia em uma escrivaninha cercado de pilhas de documentos, simboliza a transformação da Espanha imperial, que passou da era do conquistador para a do servidor civil¹⁰⁹.

3.4 Sentido de unidade (origem)

Carlos V foi eleito imperador do Sacro Império Romano-Germânico a partir de 1519. O título tinha reminiscências do Império Romano, de Carlos Magno adotando a doutrina da *translatio imperii* ao reunir extensos domínios em direção a construção da monarquia universal¹¹⁰.

Não há que tomar em um sentido demasiado liberal a expressão da monarquia universal. A utiliza Gattinara e a usam também um grande número de espanhóis. Se a emprega Hernando de Acuña em seu tão citado soneto, aparece também, precisamente como equivalente a Império, em Antônio de Guevara. A raíz de Pavía, Juan de Oznaya a chama “Emperador Monarca do Mundo”. Se serve da mesma expressão em 1530 García de Loayssa, em relação com Carlos. E também Fernández de Oviedo e tantos outros. São legião os que utilizam, sem que em todos esses casos possa dar-se-les mais que um valor exaltatório e ditirâmico. E mais, é fato que Ruiz de la Mota relaciona esse Império de Carlos com o de Roma demonstra que não se separada da idéia de Monarquia universal, da qual se estima exemplo eminente a dos romanos¹¹¹.

A expressão *monarquia universal*, se tem algum sentido doutrinal, é tão somente hipotético, como última referência, praticamente inalcançável no desenvolvimento da preeminência política de um príncipe dentro de um âmbito que, hiperbolicamente, se chama universo, mas que há que entender segundo um processo de relativização do conceito político de orbe (globo) que se vem acentuando desde a Baixa Idade Média. Daí sua posterior aplicação tópica a Felipe II.

O mesmo estado de espírito ocorre na França em relação ao seu rei onde alguns autores, como por exemplo Grassaille, sustentam que o Rei da França é o verdadeiro Vicário de Cristo e o segundo sol a quem corresponde o Império.

¹⁰⁹ ELLIOT, 2002a, p. 170.

¹¹⁰ MARAVALL, José Antonio. **Carlos V y el pensamiento político del Renacimiento**. Madrid: Boletín Oficial del Estado: Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 1999, p. 67.

¹¹¹ Ibidem, p. 68.

Essa comparação é interessante para reduzir a justos termos o peculiar da figura e do momento de Carlos V e para ver as consequências insustentáveis e errôneas defendidas por alguns historiadores, dentre eles Américo Castro.

Há por todas as partes, no povo Castelhana de cidadãos e pequenos fidalgos, um afã de universalismo cultural e político que se expressa, com o exagero próprio da época, em forma de retórica cujo convencionalismo fica muito distante da realidade. Sobre o terreno dessa consciência comum de universalidade a que antes nos referimos ocorrem as extremadas ambições políticas do momento. A de Carlos V será a de considerar-se o atual representante da única e legítima instituição universal, quando esta já havia perdido a sua vigência, e pretender que o exercício de uma jurisdição, ou pelo menos uma autoridade de governo sobre a orbe, não seria mais do que conservar sua devida posição e gozar do que lhe pertence¹¹².

Carlos V busca fortalecer a ideia de Império. Ele não pretende ser monarca da Itália ou de terras que não lhe pertencem, mas aceita que se fale da governação universal do Império. Disso se chega a dar uma versão oficial na forma abaixo exposta.

O conteúdo da política que Carlos enuncia responde a um pensamento que se encontra por todas as partes. É nas pessoas cultas europeias que a cultura humanista criou ou renovou uma consciência universal. Já o vimos formulado no Concílio de Latrão com caráter geral para todos os príncipes. Cada um destes, por sua vez, afirma como tarefa própria e encomendam em particular aos letrados e humanistas que estejam com ele. Veja-se por exemplo o cônego de Toledo, Alonso Ortiz, que comenta o atentado contra Fernando, o católico, para que este encontre a paz entre os príncipes cristãos, para reparação dos danos existentes na república cristã e extirpe o poder dos infiéis.

Também os humanistas da Corte Francesa já em 1517 sustentavam o projeto das cruzadas e reforçavam o papel dos franceses como soldados da Cristandade. Os Ideais das cruzadas são defendidos fervorosamente por Sadolet, Guillermo Postel, Loys de Roy e por vários outros, até bem avançado do século XVI¹¹³.

Não é isso o que diferencia e define a postura de Carlos V, em relação a outros príncipes. **O novo nele está na anunciação, nem tanto de um conteúdo político, como da peculiar solução “imperial” que postula para alcançá-lo.**

Nas Cortes de Santiago-Coruña de 1520 declara haver aceito o Império no bem de todos para o bom governo dos seus reinos, com o fim de desviar grandes males da religião e levar a cabo a empresa contra os infiéis.

¹¹² MARAVALL, 1999, p. 69.

¹¹³ Ibidem, p. 70.

No âmbito do império, o governo é comum com a função real: “administrar a justiça para a qual os reis nasceram e pela qual os reis reinam e os imperadores possuem Império”.

Mas histórica e juridicamente o Império é muito mais. Por isso Carlos é mais Rei do que nenhum outro, disse o Bispo Ruiz de la Mata nas Cortes; mais Rei porque é herdeiro de mais de setenta reis; mais Rei porque tem mais e maiores reinos que nenhum outro; “mais Rei – e isto é o que agora, sobretudo nos interessa – **porque só na terra ele é Rei dos reis**”¹¹⁴.

Sua postura é singular e irrepetível no universo político. Tem mais alta dignidade que ninguém porque há muitos reis e príncipes, mas imperadores não há mais que um. O Imperador é imperador do mundo: **o Império é uma instituição universal**¹¹⁵.

Essa doutrina, defendida pelo bispo de Badajoz, consiste em acentuar a universalização do título, desvinculando-o de qualquer referência germânica e unificando a fonte comum e universal na qual todos os países Cristãos podem reconhecer sua origem: Roma¹¹⁶.

Se por questões políticas Carlos V é obrigado a apagar qualquer referência à Alemanha, para evitar suspeitas em outros reinos e assegurar a colaboração de todos os reinos, junto a esses fatores há outros: a influência da tradição medieval conservada pela herança de Borgonha e com isso a cultura humanista de seus conselheiros espanhóis e italianos que renovam o universalismo cristão intensificando-o à época. Em tudo isso se embasa essa renovada e fortalecida universalização do título imperial que Carlos V planeja quando assume o cargo de Imperador¹¹⁷.

Todas as nações participam desse Império cujo Imperador pode proceder de qualquer uma delas. Carlos V procedera da Espanha e todas as nações devem aceitar o seu papel. Para tanto, o Imperador eleito deve abandonar os reinos hispânicos para ser coroado Imperador.

As cidades se preparavam com motivos clássicos para receber Carlos V, e o comparavam a Alexandre, César, Carlos Magno, o que era um laço de união com a tradição imperial de Roma. Em sua origem há as influências humanistas e a ideia política concreta de universalizar o seu novo Império cuja fusão das nações não se dará por uma amálgama jurídica, mas antes por uma ideia cuja força foi capaz de mantê-la em união¹¹⁸.

A recordação do Império romano; a autoridade de Carlos Magno, que consegue que se renove no título imperial e a tendência à unidade, tão intensa em toda doutrina da Idade Média,

¹¹⁴ MARAVALL, 1999, pp. 70-71, grifamos.

¹¹⁵ Ibidem, pp. 70-71.

¹¹⁶ Ibidem, p. 71.

¹¹⁷ Ibidem, p. 71.

¹¹⁸ Ibidem, p. 76.

fazem com que a dignidade real seja absorvida por um só, um novo imperador, que desde então passa a existir com a nova ideia de sentido religioso¹¹⁹.

Igreja como reunião ou congregação e dentro dela o Império que é a potestade da pessoa do Imperador, exercendo-se sobre esta mesma comunidade – *populus Dei, populus christianus* – e como aquela ecumênico, universal, atendendo a sua extensão e a condição de seus membros, se não a sua duração¹²⁰.

As lutas doutrinárias entre imperialistas e papistas dos séculos anteriores não permitiram dar um passo a mais na direção do pensamento moderno do Estado. Foi o renascimento filosófico do século XIII o que deu impulso para renovação política dos séculos seguintes¹²¹.

A Igreja – o *status Ecclesiae* – foi o primeiro exemplo desse novo tipo de organização política, pois ainda que de forma incipiente, nela encontramos as primeiras manifestações de um pensamento de Estado¹²².

A monarquia católica buscava um sentido de unidade, de integração, que não se encontrava nas demais expressões políticas da época. Esta integração atingia, dentro de certos limites, até mesmo os indígenas.

Enquanto na América Espanhola parte da elite indígena incorporou-se à sociedade espanhola, ingressando em universidades como a de Santa Cruz, fundada em 1536, na América britânica houve maior dificuldade de integração. Embora Harvard tivesse um *Indian College*, a sua situação era completamente distinta da Universidade de Santa Cruz, porque poucos índios frequentaram, e dificilmente um deles sobreviveu à exposição da vida na Universidade norte-americana. O *Indian College* foi demolido em 1693¹²³.

Em toda a América Espanhola coabitavam índios e espanhóis, tornando imprecisas as linhas divisórias entre as autoridades espanholas na Igreja e no Estado e as diferentes comunidades. Na visão dos espanhóis uma sociedade ordenada envolvia duas repúblicas paralelas: uma “república dos espanhóis” e uma “república dos índios”. Os mestiços colocavam a separação entre essas comunidades em risco, gerando contatos íntimos e diários¹²⁴.

Vários *criollos* integravam a elite, tendo influência crescente após a decadência da metrópole. Enquanto as economias dos vice-reinados ficavam mais diversificadas, a aplicação da tributação se tornava mais difícil. As dificuldades da coroa incrementavam a venda de cargos, mas a corrupção decorrente paralisou os vice-reinados. Os beneficiários naturais deste processo eram as elites criolas, cujas oligarquias se fortaleceram na América espanhola¹²⁵.

¹¹⁹ MARAVALL, 1997, p. 77.

¹²⁰ Ibidem, p. 78, tradução nossa.

¹²¹ Ibidem, p. 79.

¹²² Ibidem, p. 79.

¹²³ ELLIOT, 2006, p. 69 e 75.

¹²⁴ Ibidem, p. 83.

¹²⁵ Ibidem, p. 228-229.

Em teoria, a cor da pele e a origem étnica não constituíam obstáculo para a convivência política entre europeus e não europeus, desde que fosse compartilhada a fé católica. O batismo gerava consequências jurídicas, pois os indígenas americanos, reconhecendo a soberania de Castela, e por sua vez a fé cristã, tornavam-se súditos do imperador, gerando-se direitos e obrigações para ambas as partes. Dos súditos: lealdade e obediência, do rei: justiça e misericórdia¹²⁶.

3.5 A América na “Monarquia católica”

A América Espanhola integrava a grande monarquia católica, que sob o reinado dos Habsburgos, tinha como ideais a defesa da Igreja e o sustento da fé¹²⁷, utilizando o aspecto religioso como fundamento da estrutura política do império¹²⁸.

A posse da terra foi, desde o início, um problema de jurisdição sobre o povo que nela trabalhava, tanto de ordem moral quanto de ordem material. Os espanhóis apenas podiam sobreviver no novo mundo, explorando o trabalho nativo, nos campos e nas minas, mas se discutiam as bases para justificar esta exploração¹²⁹.

As bulas do papa Alexandre VI, que em 1493, delimitaram as esferas de influências portuguesa e espanhola, eram origem de considerável disputa hermenêutica. Não era claro se elas conferiam direitos políticos e territoriais incondicionais à coroa espanhola ou se estes direitos eram subordinados aos fins religiosos.

As obrigações da coroa diante dos vassallos pagãos rapidamente entraram em conflito com as pretensões econômicas dos colonizadores. As experiências da *reconquista* tinham levado à elaboração de um código da guerra justa e dos direitos dos vitoriosos sobre a população conquistada, incluindo o direito de escravizá-la¹³⁰.

Cristóvão Colombo trouxe ao continente europeu alguns carregamentos de índios para serem vendidos como escravos, mas houve protesto dos teólogos e a consciência da rainha não o admitiu, sendo a escravidão dos indígenas proibida em 1500.

Havia, entretanto, exceções à regra, permitindo a escravidão de índios que atacassem os espanhóis ou que praticassem atos atrozes como o canibalismo, de forma que Cortés não teve

¹²⁶ ALENCAR, Flávio Lemos. A unidade católica como fundamento da monarquia hispânica: algumas reflexões sobre as relações interétnicas e a diversidade cultural na formação das espanhas ultramarinas. **AQUINATE**, Niterói/RJ, n. 15, p. 03-15, especialmente p. 8 e 9, 2011.

¹²⁷ ELLIOT, 2004, p. 82.

¹²⁸ PEREZ-PRENDES, 2010b, p. 30.

¹²⁹ ELLIOT, 2002a, p. 68-69.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 69.

dificuldades para encontrar pretextos para escravizar vários deles, homens, mulheres e crianças¹³¹.

A solução jurídica encontrada para superar as restrições à escravidão indígena e viabilizar a utilização da força de trabalho dos nativos foi a instituição da *encomienda*. A *encomienda* pertencia às grandes ordens militares da Castela medieval e consistia em favores concedidos pela coroa a indivíduos privados, que recebiam a jurisdição sobre o território recapturado dos mouros.

A forma americana da *encomienda* representava uma forma limitada de senhorio ou de nobreza, que iniciou em Hispaniola (Haiti), quando Colombo designou aos colonizadores um número de índios, dos quais se esperava a realização de tarefas¹³².

O sucessor de Colombo, Nicolás de Ovando, que foi governador de Hispaniola desde 1502, institucionalizou o *repartimiento* ou distribuição dos índios com base no sistema da *encomienda*. Neste sistema, o *encomendero* recebia, de forma temporária e, ao menos em tese, não hereditária, uma concessão de senhorio sobre alguns índios.

A *encomienda* no novo mundo não era um direito real, nem tinha relação alguma com a propriedade da terra, pois os direitos de propriedade dos índios eram formalmente respeitados. O *encomendero* tinha a obrigação de proteger alguns índios, bem como de instruí-los nos modos da civilização e da cristandade, serviços pelos quais recebia dos índios serviços e tributos¹³³.

O sistema da *encomienda* assumiu inevitavelmente características que às vezes tornavam difícil sua distinção da escravidão pura e simples. Com o crescimento da população hispânica, e o conseqüente incremento das necessidades de trabalho, a demanda pelo trabalho nativo aumentou, e as taxas nas *encomiendas* foram comutadas em serviços.

Nos meados do século XVII, portanto, a exploração econômica no novo mundo dependia de duas instituições gêmeas: a escravidão e os serviços propiciados pelas *encomiendas*. Destas instituições cresceu uma sociedade de espanhóis e *mestizos*, evoluindo gradualmente as suas elites, das famílias dos *conquistadores* e dos *encomenderos*¹³⁴.

O desenvolvimento de uma nova aristocracia feudal transatlântica era limitado pela oposição combinada da Igreja e do Estado. Os frades e as ordens mendicantes tinham um papel importante na limitação da exploração dos índios. Os Franciscanos apareceram no México em 1523, os Dominicanos em 1526 e os Agostinianos em 1533. Havia 800 frades mendicantes no

¹³¹ ELLIOT, 2002a, p. 70.

¹³² Ibidem, p. 70.

¹³³ Ibidem, p. 70.

¹³⁴ Ibidem, p. 70-71.

México em 1559, contra apenas 500 do clero secular. Nos primeiros quarenta anos após a conquista, antes da ofensiva do clero secular, temos o que se pode considerar os anos dourados da atividade evangélica mendicante¹³⁵.

Os missionários eram escolhidos entre a elite das ordens religiosas, tinham formação humanista e compunham a elite intelectual europeia no início do século XVI. O primeiro bispo do México é um exemplo claro desta formação humanista, pois o Frade Franciscano Juan de Zumárraga era um proeminente Erasmiano, cujas ideias políticas eram inspiradas pela *'Filosofia de Cristo'* de Erasmo e pela *Utopia* de Thomas Morus.

Zumárraga e seus colegas viam na primitiva sociedade agrária indígena a realização da comunidade cristã perfeita, esforçando-se para agrupar os índios em cidades, construir missões e igrejas com um esforço heróico. Em meio século as técnicas superiores dos conquistadores tinham sido assimiladas pelos indígenas mexicanos, que mostravam uma receptividade para a cultura europeia que não tinha paralelo nas demais partes do império espanhol¹³⁶.

A rapidez do sucesso obtido pelas ordens mendicantes deveu-se, em parte, à ocupação, pelos frades, do vazio deixado pelo abandono do complexo cerimonial utilizado antes da chegada dos espanhóis. Seu sucesso, entretanto, foi muito menor na erradicação das velhas crenças pagãs e na promoção de um verdadeiro entendimento do significado da fé cristã. O fracasso foi completo, por exemplo, na promoção de padres nativos.

Passada a era heroica das ordens mendicantes, e verificando que se tinha superestimado a atitude espiritual dos índios, a desilusão dos frades provocou uma mudança de visão, gerando uma desvalorização dos nativos¹³⁷.

O frade dominicano António de Montesinos, em seu famoso sermão em Hispaniola (Haiti) em 1511, defendeu os direitos dos índios com base em sua dignidade enquanto seres humanos. Essas questões geraram ampla polêmica, que ficou associada, por toda a posteridade, na forma com que estes argumentos foram defendidos por Bartolomé de las Casas, que se havia convertido à visão de Montesinos em 1514.

Las Casas dedicou sua vida à busca de um tratamento justo para os índios, repetindo, no velho e no novo mundo, o mesmo tema, de que os índios, enquanto sujeitos da coroa espanhola, deviam gozar dos mesmos direitos dos espanhóis, pois eram intelectualmente capazes e podiam ser instruídos¹³⁸.

¹³⁵ ELLIOT, 2002a, p. 71.

¹³⁶ Ibidem, p. 71.

¹³⁷ Ibidem, p. 71-72.

¹³⁸ Ibidem, p. 72-73.

O grande estudioso de Aristóteles, Juan Ginés de Sepúlveda, defendia a visão oposta, a de que a escravidão natural era aplicável aos índios devido a sua inferioridade, defendendo que a guerra e a conquista eram antecedentes necessários da evangelização destes povos, com base no direito natural que os obrigava a obedecer.

O grande debate entre Las Casas e Sepúlveda, travado em 1550, acabou de forma inconclusiva, sem conceder a Las Casas uma vitória completa, mas continuou impulsionando a legislação espanhola, aos poucos, na direção da concessão de direitos aos indígenas, com o reconhecimento da posição de Las Casas.

Em 1530, um decreto real proibiu toda e qualquer escravidão indígena sob qualquer argumento, o que foi renovado pelas *Leyes Nuevas* em 1542, que exigia que o senhor de escravos indígenas provasse o seu título com base nas exceções anteriores a 1530¹³⁹.

Embora a escravidão indígena não tenha acabado em um dia, ela decresceu com rapidez. Em 1549 o sistema da *encomienda* foi duramente atingido por um decreto real que vedou a substituição do pagamento de tributos por trabalhos forçados nas minas, embora em algumas regiões, como o Paraguai e o Chile, o sistema tenha continuado a pesar do decreto. Em 1560 a proibição da escravidão indígena tornou-se efetiva na maioria das áreas, sendo substituída pela escravidão negra¹⁴⁰.

A coroa também temia o crescimento de instituições feudais na América, que limitaria o seu controle sobre o território americano, vendo o crescimento da escravidão e da *encomienda* como uma forte ameaça, buscando evitar a repetição do que ocorreu no primeiro período da *Reconquista*.

O crescimento da *encomienda*, entretanto, frustrou as intenções da corte. Houve uma série de requerimentos, nos primeiros anos da conquista, para o estabelecimento de senhorios indígenas, bem como para a perpetuação das *encomiendas*, nos moldes tipicamente feudais, que a corte contornou e denegou com habilidade, nunca permitindo a concessão de *encomiendas* em termos hereditários¹⁴¹.

Desta forma, a abolição da escravatura indígena e o enfraquecimento das *encomiendas* representam tanto uma vitória de Las Casas e seus seguidores como um amplo sucesso da coroa espanhola na imposição de sua autoridade sobre os remotos territórios americanos¹⁴².

¹³⁹ ELLIOT, 2002a, p. 73.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 74.

¹⁴¹ Ibidem, p. 74-75.

¹⁴² Ibidem, p. 75.

Há que ressaltar, entretanto, que os fundamentos religiosos da monarquia católica, ao mesmo tempo em que propiciavam uma discussão a respeito dos direitos dos índios, também propiciavam a utilização da Igreja como ferramenta do Estado, substituindo a fé pela determinação pura e simples com base no poder estatal, como se pode nas Leis nº IV, VII, IX e XII do Livro I, Título I, da *Recopilación de Leyes de los Reinos de las Índias*, de 1680¹⁴³.

A fé cristã deveria ser propagada pacificamente se possível (Lei IV), mas os ídolos das religiões pagãs deveriam ser destruídos à força (Lei VII), os índios propagadores do paganismo deveriam ser detidos em conventos (Lei IX) e a frequência diária ao culto, para os índios e os negros, não era matéria de fé, mas obrigação legal (Lei XII)¹⁴⁴.

Ley IV

Don Felipe II en la ordenanza 144 de poblaciones, en el Bosque de Segovia, à 15 de julio de 1573.

Que no queriendo los indios receber de paz la santa fé, se use de los medios que por esta ley se mandan.

Mandamos a nuestros gobernadores y pobladores, que en estas partes y lugares donde los naturales no quisieren recibir la doctrina cristiana de paz; tengan en orden siguiente en la predicación y enseñanza de nuestra santa fé. Conciertense con el cacique principal, que está de paz y confina con los indios de guerra, que los procure atraer a su tierra para divertirse, o a otra cosa semejante, y para entonces estén allí los predicadores con algunos españoles, e indios amigos secretamente [...]

Lei VII

El imperador don Carlos en Valladolid a 26 de junio de 1523. La imperatriz gobernadora allí a 25 de agosto de 1538. El príncipe gobernador en Lérida a 8 de agosto de 1551.

Que se derriben y quiten los ídolos, y proíba a los indios de comer carne humana. [...]

Lei IX

D. Felipe III en San Lorenzo a 16 de agosto de 1614.

Que los indios dogmatizadores sean reducidos y puestos en conventos.

Rogamos y encargamos a los prelados de nuestras Indias, que procuren por buenos y eficaces medios apartar de entre los indios y sus poblaciones y reducciones a los que son dogmatizadores y enseñan la idolatría, y los repartan en conventos de religiosos. [...]

Lei XII

El imperador don Carlos y la imperatriz gobernadora en Valladolid á 30 de noviembre de 1557. Don Felipe II en la ordenanza 81 de Audiencias de Toledo á 23 de mayo de 1596.

Que en cada pueblo se señale hora en que los indios y negros acudan a oír la doctrina cristiana.

Mandamos, que en cada uno de los pueblos de cristianos de nuestras Indias se señale por el prelado hora determinada cada dia, en la cual se junten todos los indios, negros y mulatos, así esclavos como libres que hubiere dentro de los pueblo, à oír la doctrina cristiana¹⁴⁵.

¹⁴³ ESPANHA. **Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias**: mandadas imprimir y publicar por la Magestad Católica del Rey Don Carlos II, nuestro Señor. Madrid: Boix, 1841, tomo I, p. 2-3.

¹⁴⁴ ESPANHA, 1841, tomo I, p. 2-3.

¹⁴⁵ Ibidem, tomo I, p. 2-3.

Como a aceitação do cristianismo, por parte da maioria dos indígenas era decorrente mais da força do que da fé, não é de se estranhar as tentativas dos mesmos de burlar as regras impostas, buscando manter suas práticas tradicionais¹⁴⁶. Os europeus do séc. XVII, incapazes de atribuir o seu fracasso à incompreensão que tinham do mundo cultural dos nativos americanos, conceberam a reação indígena como sinal de inferioridade¹⁴⁷. As reações dos índios às normas cristãs a eles impostas foram das mais variadas: desenvolveram interpretações e práticas que podem ser vistas como estratégias de adaptação e de apropriação; ou até como produto de um esforço dirigido para limitar um ordenamento visto como intromissor. Essa lógica confundia regras eclesiásticas e sociais, e caracterizavam a sociedade na Nova Espanha, simultaneamente rígida e móvel, no século XVIII. Contudo, de forma mais ou menos sistemática, os índios fugiam da maioria das obrigações impostas pelo cristianismo¹⁴⁸.

3.6 Como a Espanha administrou a América

Entre 1499 e 1508, as expedições da Espanha, enviadas para explorar a costa norte da América do Sul, buscavam certificar-se da existência da massa continental americana. A partir de 1508 o padrão das explorações começou a mudar.

Nesta época Hispaniola (Haiti) estava completamente sob o domínio espanhol e substituiria a Espanha como base para as futuras expedições para a descoberta e conquista de Cuba e das Antilhas. Os anos 1519 a 1540 marcam a fase heroica da conquista – os anos em que a Espanha conquistou o seu grande império americano, construído nas ruínas de dois impérios nativos: o Inca e o Asteca¹⁴⁹.

A vitória Espanhola sobre os Incas e os Astecas foi obtida por poucos homens. Cortés destruiu o Império de Montezuma com apenas 600 soldados e 16 cavalos. Pizarro conquistou o império Inca com 37 cavalos e apenas 180 soldados.

Os conquistadores eram em sua esmagadora maioria de Castela, principalmente de Andaluzia e Estremadura. A América era legalmente uma possessão de Castela, e os moradores de Navarra ou de Aragão eram considerados estrangeiros¹⁵⁰.

¹⁴⁶ GRUZINSKI, Serge. Normas cristianas y respuestas indígenas: apuntes para el estudio del proceso de occidentalización entre los indios de Nueva España. **Ensayos, Historias**, México, D. F., n. 15, p. 31-42, especialmente pp. 31-35, oct.-dic. 1986a. Disponível em <http://www.estudioshistoricos.inah.gob.mx/revistaHistorias/wp-content/uploads/historias_15_31-42.pdf>.

Acesso em: 02 jan. 2013.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 36.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 38.

¹⁴⁹ ELLIOT, 2002a, p. 62.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 62-63.

Os primeiros a chegarem ao novo mundo eram homens solteiros, muitos dos quais com experiência militar e provinham da baixa nobreza. O sistema do *mayorazgo* – direito da primogenitura – em Castela propiciava um forte incentivo à emigração dos filhos mais novos das casas aristocráticas e da pequena nobreza. Os *Hidalgos* estavam bem representados na conquista e estavam preparados para buscar a sua sorte em um mundo desconhecido. O próprio Cortés provinha de uma família nobre, mas empobrecida¹⁵¹.

Os conquistadores buscavam servir a Deus e ao rei, assim como enriquecer. Cortés terminou sua vida como Marquês do Valle de Oaxaca, seu filho e suas filhas casaram com membros da grande aristocracia de Castela¹⁵². A religião dos conquistadores lhes propiciava uma fé inabalável na correção de sua causa e a certeza do seu triunfo. Embora os conquistadores tivessem uma importante vantagem na superioridade do seu armamento, é nas suas características pessoais que reside o segredo do seu triunfo final. Uns poucos canhões pequenos e treze mosquetes dificilmente poderiam ter um papel decisivo na conquista de um império de mais de dez milhões de habitantes.

A conquista dos impérios Inca e Asteca representou apenas o primeiro estágio da conquista espanhola da América. O segundo era a efetiva posse da terra, com a construção de cidades e o enquadramento da população nativa nos padrões determinados pelos espanhóis. Essa era uma tarefa que exigiu várias gerações, na qual os conquistadores foram substituídos pelos burocratas.

Essa segunda fase envolveu o transplante das instituições e do modo de vida dos Castelhanos frente às diferentes condições do Novo Mundo, processo através do qual estas instituições foram modificadas, muitas vezes profundamente¹⁵³. A primeira tarefa do líder militar é a de recompensar os seus seguidores. Assim, como na *reconquista* da Península Ibérica o primeiro *repartimiento* ou distribuição de terras foi feito sob uma base temporária, retardando-se a divisão definitiva até a ocupação da terra. De um ponto de vista legal foi logo estabelecido que os índios fossem os proprietários de todas as terras que eles possuíssem e ocupassem na época da chegada dos espanhóis, enquanto o restante da terra e todo o subsolo eram propriedade do Estado. Esperava-se que a coroa recompensasse os conquistadores, seguindo precedentes da Castela medieval¹⁵⁴.

¹⁵¹ ELLIOT, 2002a, p. 63.

¹⁵² Ibidem, p. 65.

¹⁵³ Ibidem, p. 66-67.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 67.

Como os principais agentes para o estabelecimento nas terras recapturadas dos mouros na *reconquista* tinham sido as cidades, a conquista da América propiciou uma repetição deste padrão. Institucionalmente estas cidades eram réplicas daquelas da Castela medieval¹⁵⁵.

Na época da descoberta, a Espanha havia acabado de passar por uma série de reformas administrativas, em 1470-1480, que reestruturou o Conselho Real, o qual passou a ser composto por pessoas de confiança dos Reis e por juristas, orientando a escolha de funcionários pela capacidade e estruturando uma burocracia governamental eficiente¹⁵⁶. Apesar da existência de uma estrutura burocrática organizada, a administração da América logo exigiu novas reformas administrativas.

Já em 1522 ficou claro que o sistema de governo existente era inadequado para as novas demandas. O Grande Chanceler Gattinara, entre 1522 e 1524, reformou o Conselho de Castela, fundou o Conselho de Finanças, reorganizou o governo de Navarra e estabeleceu o Conselho para as Índias. Desde 1522, entretanto, ressalvada a remoção, em 1555, dos assuntos italianos da competência do Conselho de Aragão e a criação de um Conselho especial para lidar com eles, a estrutura do governo monárquico espanhol no século XVI permaneceu intocada desde 1524¹⁵⁷.

A mais importante das reformas de Gattinara, no que é pertinente à Administração governamental, foi a criação do Conselho das Finanças – *Consejo de Hacienda*¹⁵⁸. Além da Administração das finanças reais, o grande desafio Administrativo de Gattinara dizia respeito às novas possessões espanholas.

Nos primeiros anos das descobertas, todos os assuntos relacionados às Índias passavam por um clérigo que tinha a mente voltada para o direito – Juan Rodríguez de Fonseca, que posteriormente foi Bispo de Burgos. Quando Carlos V chegou à Espanha já era clara a necessidade da criação de um Conselho para administrar as Índias. Em 1524, ano da morte de Fonseca, foi criado o Conselho das Índias, composto por um presidente e por oito conselheiros que era, para as Américas, o equivalente ao Conselho de Castela¹⁵⁹.

Os órgãos do Conselho das Índias eram modelados nos órgãos da península, e foram substituindo gradualmente o sistema temporário de administração estabelecido pelos conquistadores. A autoridade real, ao invés de ser exercida temporariamente pelos conquistadores individuais ou pelos *cabildos*, era exercida, em caráter permanente, pelas

¹⁵⁵ ELLIOT, 2002a, p. 67-68.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 90-91 e 170.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 170.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 173.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 173-174.

instituições gêmeas das *audiências* e vice-reinados, tendo ambas, sofrido mudanças ao cruzarem o Atlântico. Essas *audiências*, das quais seis tinham sido estabelecidas em 1550, diferiam das peninsulares pela aquisição de funções políticas, administrativas e judiciais.

Os vice-reis, entretanto, tinham atribuições mais restritas que os seus equivalentes da corte de Aragão. Enquanto o vice-rei da Corte de Aragão era visto como o *alter ego* do Rei, acumulando poderes administrativos e judiciais, seus equivalentes no Peru e na Nova Espanha eram primordialmente governadores, gozando de enorme influência em função da distância da metrópole, mas exatamente por esta razão, destituídos dos poderes que poderiam exercer na península.

A administração da justiça não era atribuição direta dos Vice-Reis, mas das *audiências*, e ainda que a divisão das atribuições fosse confusa, na prática, em algumas situações, a política da Coroa para o novo mundo era a de, na medida do possível, separar governo e jurisdição para que cada uma delas pudesse checar a outra¹⁶⁰. As vastas distâncias no império – eram necessários oito meses ou mais para transmitir mensagens de Castela ao Peru – constituíam um desafio para a coroa Espanhola que não tinha precedentes na história. O segredo do sucesso residia na hábil combinação de um efetivo governo regional com um alto grau de centralização em um império com territórios remotos e dispersos.

Os vice-reis, a maioria deles pertencentes à grande nobreza de Castela - como Antonio de Mendoza, na Nova Espanha e Francisco de Toledo, no Peru - gozavam de enormes poderes, contudo, ao mesmo tempo, sentiam-se muito ligados ao governo central espanhol. Cada vice-rei era subordinado ao Conselho respectivo na Corte. Os Conselhos faziam um controle severo dos vice-reis no que tange a qualquer abuso de poder, pois os próprios interesses do Conselho estavam em jogo¹⁶¹.

O mecanismo para esse sistema de controle era o da *consulta*. Os Conselhos, no final do século XVI, reuniam-se nos dias úteis, para discutir os últimos despachos do vice-rei e todos os assuntos relevantes do território sob sua jurisdição. Os resultados dessas discussões eram incorporados em documentos denominados de *consultas*, que resumizavam a visão dos vários membros do Conselho sobre um determinado tópico, de modo que o rei fosse suficientemente informado para tomar a sua decisão, que poderia ser simplesmente a de acolher a recomendação da maioria ou, se a matéria fosse especialmente difícil, a de submetê-la ao Conselho de Estado ou a um corpo especial de ministros, cujas recomendações, também na forma de *consultas*,

¹⁶⁰ ELLIOT, 2002a, p. 174-175.

¹⁶¹ Ibidem, p. 175-176.

eram submetidas ao rei para decisão final, escrita, frequentemente de próprio punho, sobre a *consulta* original¹⁶².

3.7 A “Monarquia católica” como campo de observação para o estudo das instituições jurídicas na América conforme Gruzinski

A proposta de pesquisa historiográfica de Serge Gruzinski quebra os parâmetros da forma tradicional, nacionalista ou eurocentrista, à medida que concebe o estudo da história das instituições dos países de forma interligada. A título de exemplo, costumamos estudar a história do Brasil vinculada somente a Portugal e segregada da Espanha, quando na realidade esses dois reinos estavam, a partir de 1580, unidos ao Império Mundial de Carlos V. As historiografias que dividem Portugal da Espanha apontam que “várias gerações de historiadores escavaram entre os dois países fossos tão profundos, que hoje em dia é preciso muito esforço para entender a história comum a estes dois países e Impérios¹⁶³”.

A expressão “Monarquia católica”, utilizada por Gruzinski, é resgatada dos contemporâneos que a chamavam assim para configurar um sistema político mediante a associação de regiões e reinos europeus com outros Continentes, como as Américas, a África, a Ásia, com uma visão dinástica e una e não de forma nacionalista isolada por Países, como defende Gruzinski: “As coisas tornam-se distintas se fazemos da Monarquia católica, e não da Europa ocidental, a nossa base de pesquisa e de observação”¹⁶⁴.

Essa conexão de vários continentes é o berço da primeira globalização, que pode ser estudada desde várias perspectivas, dentre as quais as políticas, econômicas, culturais, jurídicas. Importa esclarecer que, embora tenha sido referida a expressão católica, essa não está vinculada exclusivamente ao aspecto religioso, mas sim ao conceito universal, uma Monarquia que é universal¹⁶⁵.

Chimalpahin foi um escritor mestiço, cronista, historiador, nascido em 1579, no Vale do México. Ao se mudar para capital da Nova Espanha, recebeu educação eclesiástica e se

¹⁶² ELLIOT, 2002a, p. 176-177.

¹⁶³ GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. **Topoi**. Rio de Janeiro, mar. 2001a, p. 175-195, especialmente p. 177.

¹⁶⁴ GRUZINSKI, 2001a, p. 191.

¹⁶⁵ Segundo Gruzinski, “a educação humanista, a sensibilidade pelo ‘local’ e a abertura a outros mundos, as elites mundializadas acrescentam uma flexibilidade que lhes permite afrontar a pluralidade e a diversidade dos reinos da monarquia. Mobilidade e nomadismo, flexibilidade nas relações, passagem de um mundo a outro, multiplicidade de referências e sinais incitariam a falar de um ‘cosmopolitismo católico’, dando ao adjetivo ‘católico’ esse duplo sentido que remete tanto a Igreja da Contrarreforma como a essência universal da monarquia” (GRUZINSKI, Serge. **Las cuatro partes del mundo**: Historia de una mundialización. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 310 – grifo nosso).

converteu em 1593. Não pertencia à aristocracia mexicana, nem estava inserido no meio dos notáveis indígenas que rodeavam os vice-reis, nem ao alto clero, nem a inquisição e nem aos juízes da audiência, os quais tinham acesso às informações políticas. Porém, mesmo assim, ele recolhe e escreve sobre tudo o que interessava e circulava pelo México, acessível a qualquer homem comum.

Em seu Diário, Chimalpahin escreve sobre a morte de Felipe II, e nesta ocasião, expressa claramente a consciência que tem de pertencer à monarquia católica ao traduzir para o nahuatl o nome deste rei como *cemanahuac tlahtohuani*, ou seja “soberano universal”. Combina e recicla termos da sua língua natal, tomados do passado e da cosmogonia pré-hispânica, para designar uma forma inédita de poder: “o que dispõe o rei da Espanha desde que governa o “reino universal” (*altepetl cemanahuac*), quer dizer a “Monarquia católica”¹⁶⁶.

A Monarquia católica, além de cobrir um espaço que reúne vários continentes, também aproxima ou conecta várias formas de governo, de exploração e de organização social. Confronta com tradições religiosas distintas do cristianismo, tais como os cultos americanos, africanos, asiáticos, do Islã, consideradas como idolatrias.

Nas artes, a Europa dos Habsburgos desenvolveu uma arte considerada maneirista, caracterizando um estilo europeu, mas teve difusão internacional. A título de exemplo podemos citar a pintura do macaco Ozomatli e da centaura Ocyroe em um afresco, numa casa antiga chamada “Casa del Dean”, no México, no final do século XVI. O macaco é de origem pré-hispânica, um dos signos do calendário divinatório asteca, estando associado à boa fortuna e a alegria, enquanto Ocyroe é filha do centauro Chironte, uma semi-deusa do paganismo grego que revelava os segredos dos destinos. Entre ambos está presente uma flor alucinógena poyomatli que era utilizada pelos índios e que foi difundida entre espanhóis, mestiços e mulatos¹⁶⁷.

Existem estudos desse afresco que consideram apenas o local indígena, ignorando possível relação com o Renascimento Europeu e a pintura maneirista italiana o que descontextualiza o objeto de estudo. Todavia, há que buscar o contexto geral, ainda que focando o particular, pois é justamente no horizonte da Monarquia católica que um macaco asteca pode dialogar com uma centaura greco-romana.

¹⁶⁶ GRUZINSKI, 2010, pp. 38-39.

¹⁶⁷ GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 321-342, set-dez 2003a, especialmente p. 321. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300020>. Acesso em: 12 jun. 2013.

Como já foi referido anteriormente, pode-se estudar este vasto império da Monarquia católica pelo seu aspecto político e extrair, através da arte, constatações desta ordem, pois os índios pintores deste afresco não realizaram a pintura de Ozomatli e Ocyroe aleatoriamente. Atuavam politicamente ao buscar conseguir para o seu passado religioso o estatuto privilegiado que a mitologia greco-romana tinha perante o cristianismo, era tolerada e às vezes até valorizada. Também buscavam construir para si mesmos uma relação aceitável com o passado ameríndio em vez de terem que absorver a ruptura radical com este passado que era imputado pela cristianização¹⁶⁸.

Em decorrência da aproximação de distintas realidades existentes nos continentes sob a égide da Monarquia Católica, ocorre uma série de mudanças em vários âmbitos, de urbanismo, de literatura e do direito, são descobertas outras línguas, outros saberes e outros modos de expressão¹⁶⁹.

Outro aspecto importante a ser destacado é a realização do estudo da História a partir dessa visão não eurocentrista, mas sim através de uma perspectiva universal que a Monarquia católica contempla. Isso porque esse estudo rompe com a ideia de que as “colônias” ibero-americanas ficam numa posição de inferioridade, subjugada ou a uma cultura opressora ou de dependência da metrópole, apresentando uma visão mais altruísta, com força e criatividade para criação de novas vias de organização política econômica e social¹⁷⁰.

Importante também lembrar que não se trata de um processo simples e homogêneo, mas sim complexo e singular, porque neste espaço da Monarquia católica se misturaram não só as raças pelo seu aspecto biológico, mas também as formas de existência social e do pensamento¹⁷¹. Por ser universal, a Monarquia católica está em uma dimensão planetária e interativa, que instaura espaços de circulações transitados pelos passadores, mediadores, mestiços, os quais

¹⁶⁸ GRUZINSKI, 2003a, p. 339. Em outro momento, Gruzinski anota que “Em meio a este espaço colonial, foram introduzidas instituições e práticas oriundas de outros continentes. O impacto das instituições europeias provocou efeito *em retour*. Estabelecido em Goa, o Santo Ofício teve de controlar povoações e extensos territórios que transformaram as modalidades e o alcance de sua ação” (GRUZINSKI, 2001a, p. 180).

¹⁶⁹ GRUZINSKI, 2003a, p. 181. Nesse sentido, recorda o autor que “...a aparição de um direito indiano – *Las leyes de Indias* – oferece outro exemplo de propagação de categorias e de valores oriundos do mundo ibérico”; e ainda: “é revelador, neste sentido, o fato de que um franciscano como Bernardino de Sahagún tenha estudado a *filosofia moral* dos Índios do México nos mesmos anos em que o agostiniano Juan González de Mendoza examinou a “filosofia natural y moral que se publicamente” entre os chineses. Na mesma época, os cronistas de Castela e de Roma examinaram as pinturas pictográficas mexicanas e os livros da China enviados à Europa” (loc.cit.).

¹⁷⁰ Explica ainda Gruzinski: “mas as coisas se complicam se aceitamos que a relação ‘colonial’ – que coloca estas sociedades uma posição de dependência política e de exploração econômica em relação a uma metrópole – não é mais que uma dimensão entre outras que caracterizam os mundos da Monarquia. Muitas vezes, as suas capacidades de autonomia, de reação e invenção foram subestimadas” (GRUZINSKI, 2003a, p. 339).

¹⁷¹ Assim: “complexidade e diversidade destes mundos: o inventário das grandes cidades mestiças da Monarquia católica mostra que cada lugar tem o seu destino particular: a cidade do México não é Lima, tampouco Lima confunde-se com Potosí nem com Salvador da Bahia” (Ibidem, p. 339).

realizam intercâmbios e conflitos e por isso não pode ser entendido como uma estratégia de dominação global. Desse modo:

O global que se manifesta na Monarquia não pode ser confundido com uma estratégia global de dominação que se enfrentaria com uma multidão de “histórias locais”, mesmo se a Igreja, a Coroa, as administrações e as economias ibéricas intervieram muito nos domínios que nos interessam aqui¹⁷².

A Monarquia católica rejeita a ideia de haver dominação dos habitantes da península sobre os brancos habitantes nas Índias, haja vista as defesas de Rodrigo de Vivero - filho de nobres espanhóis, nascido na Nova Espanha, que ocupou a presidência do Conselho das Índias, depois de reinar duas vezes na Nova Espanha e uma vez no Peru - que não admitia que na organização planetária da Monarquia houvesse dominação dos brancos da península sobre os brancos das Índias. Os espanhóis das Índias nada devem para os espanhóis da metrópole, porque os que de lá saíram são eloquentíssimos na língua latina, filósofos, artistas, teólogos, e possuíam a vantagem de conhecer as Índias e os indígenas com os seus idiomas, e por isso estavam mais aptos a governar¹⁷³.

A Monarquia deve repousar sobre princípios legalistas que exigem a aplicação das leis, a luta contra a fraude, que adota medidas repreensivas contra os incompetentes e que deve proteger as populações indígenas, conforme o entendimento de Rodrigo Vivero¹⁷⁴.

Desde a época da Monarquia católica constata-se a aproximação das distâncias, pois nesse processo “o desconhecido torna-se familiar, o inacessível disponível, enquanto o longínquo se aproxima de maneira espetacular”¹⁷⁵.

A título de exemplo, o testemunho do médico sevilhano, doutor Nicolás Bautista Monardes, possibilita ver a repercussão da chegada de uma planta medicinal - “raiz de Michoacan” - oriunda do México ao porto de Sevilha e sua difusão na península e na Europa ocidental. Gruzinski relata o depoimento deste médico que comprova a acessibilidade da planta em várias localidades do mundo:

Em tão grau tem-se estendido o uso da raiz que já é comum em todo o mundo, e se purgam com ela não só na Nova Espanha e províncias do Peru, mas na nossa Europa e toda a Itália, Alemanha e Flandres. Eu tenho enviado grandes relações dela a quase toda a Europa, assim em latim como na nossa língua¹⁷⁶.

A “raiz de Michoacan” deixa de ser uma erva utilizada pelos obscuros curandeiros de Colima, para ser utilizada pela medicina europeia e ganhar uma visibilidade mundial. Essa mobilidade ibérica que ocorre pelos continentes do mundo repercute no destino das pessoas e

¹⁷² GRUZINSKI, 2003a, p. 340.

¹⁷³ GRUZINSKI, 2010, p. 298.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 297.

¹⁷⁵ GRUZINSKI, 2003a, p. 328.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 328.

dos objetos onde será importante distinguir os três espaços, sendo o primeiro, o lugar de onde viemos e algumas vezes regressamos; o segundo, onde nos fixamos; o terceiro é o seio da esfera pela qual nós nos deslocamos¹⁷⁷. O lugar de onde viemos e que algumas vezes regressamos depois de ter percorrido os mares e os continentes é a pátria e o que correspondia ao global era o mundo. Com a expansão da Monarquia católica a emergência de um “global” se identificava cada vez mais com o espaço planetário¹⁷⁸.

Depois que os espanhóis conquistaram a América, eles e os indígenas, tiveram que redefinir o “local” à medida que, com o passar dos anos, os espanhóis criavam raízes no Novo Mundo e os laços familiares com a península esticavam-se ou desatavam-se. Surgiu o “neolocal” americano que se apresentou como uma realidade institucional:

A fundação da cidade de Vera Cruz pelos conquistadores, em 1519, materializa e oficializa esta reterritorialização de tipo castelhano no solo do Novo Mundo. Do lado dos vencidos, tanto a criação das “repúblicas de Índios”, que foram o resultado da articulação das instituições ibéricas com as tradições ameríndias, como a política das “congregações” provocaram um processo paralelo de “relocalização” no seio das comunidades indígenas¹⁷⁹.

Essas são algumas das características da Monarquia Católica, onde podemos perceber a existência de um processo hegemônico de globalização, no qual existiam realidades sociais complexas. Assim, tem-se que buscar categorias e métodos novos para poder pensar o mundo.

A micro-história concebida através do local, como a pintura do afresco do macaco e da centaura, deve ser analisada também considerando o aspecto global, relacionando a arte, a história, a política, para encontrarmos respostas sobre o nosso passado.

¹⁷⁷ GRUZINSKI, 2010, p. 86.

¹⁷⁸ GRUZINSKI, 2001a, p. 186.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 187.

4 FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICO-SOCIAIS E A QUESTÃO DO SIMBOLISMO E MISCIGENAÇÃO NA AMÉRICA ESPANHOLA

4.1 Visão antropológica da ordem jurídica nas sociedades Inca e Asteca

4.1.1. Incas

Os incas introduziram o direito e a ordem em seu império, que devia apoiar-se em três pilares básicos: as leis, o exército e a ideologia do império, que era o culto ao sol¹⁸⁰.

Não havia leis escritas. O direito era consuetudinário e transmitido oralmente. As normas embasavam-se em princípios muito claros e precisos. As disposições do direito consuetudinário abarcavam o direito penal e o que hoje chamaríamos de direito civil. Todavia, o direito penal possuía maior destaque porque os Incas não tinham propriedade privada, acumulação de capitais, empréstimos, usura¹⁸¹.

A desobediência às leis era muito mais do que um delito, era uma blasfêmia, uma alteração da ordem que estava embasada no culto ao sol, era a desobediência ao próprio Inca, considerado uma pessoa sagrada e fonte de toda lei do Estado¹⁸².

Dentre os princípios estava consagrado o de que se um membro da elite cometesse um delito, a ofensa era muito mais grave do que se fosse cometida por um membro do *Pueblo*. O adultério era condenado com a pena de morte. Quando alguém instigava ao outro cometer um delito se condenava o instigador e não o autor do delito. O juiz tinha que relevar a capacidade de compreensão do delinquente, analisando até que ponto o mesmo estava consciente do significado do seu ato¹⁸³.

O juízo por todo delito incluía a autoridade responsável do grupo ao qual pertencia o delinquente, o Decurião, conforme o marco decimal de administração estabelecido no Império. Os Decuriões eram obrigados a apresentar acusação do delito cometido por um membro da sua decúria. Para os delitos menos graves, a competência era atribuída aos juízes locais, enquanto os mais graves eram julgados pelos “inspetores estatais” que visitavam regularmente todas as comunidades do Império. Os crimes que atentavam contra a segurança do Estado ou que fossem

¹⁸⁰ STINGL, Miloslav. *El Imperio de los Incas*. Buenos Aires: Losada, 2007.

¹⁸¹ Ibidem, pp. 242-243.

¹⁸² Ibidem, p. 243.

¹⁸³ Ibidem, p. 243.

cometidos pelos membros das elites incaicas eram julgados pelo próprio Inca e por destacados integrantes do Supremo Tribunal que se reunia em Cuzco¹⁸⁴.

O processo penal iniciava com a denúncia, que podia ser apresentada pela vítima ou por qualquer pessoa do povo, ante um funcionário do Estado dotado da devida jurisdição. O réu era detido até o começo do julgamento propriamente dito, que devia iniciar dentro de cinco dias da detenção. Ao final do julgamento o tribunal ditava sua sentença¹⁸⁵.

A punição mais comum era a morte, executada de diversos modos, como o apedrejamento, o enforcamento e o arremesso em um precipício. Além da pena de morte os juízes incas impunham outros castigos aos condenados, como o exílio, as chibatadas, a tortura e a admoestação pública. Interessante observar que quando o delito era cometido por um menor de idade, castigava-se o pai e quando o delito era particularmente perigoso para o Estado, todos os habitantes de sua comunidade eram punidos¹⁸⁶.

Nos capítulos XI e XII do livro segundo da primeira parte dos seus *Commentarios Reales*, publicados em 1609, Inca Garcilaso de Veja, nascido em 1539, um mestiço culto, filho do conquistador e capitão espanhol Sebastián Garcilaso de la Vega e da princesa Inca Isabel Chimu Ocllo, relata a existência, no império Inca, antes da chegada dos espanhóis, de uma estrutura de controle administrativo de cada membro da população.

Este controle era efetuado pelos decuriões, que também tinham o encargos de proteger os membros de sua decúria, bem como atuar como acusador diante de qualquer delito cometido pelos membros de sua *esquadra* ou *decuria* perante o decurião superior, que os julgava e punia, mas, conforme a gravidade da infração, a competência seria alterada, como mostra o trecho abaixo.

Para principio y fundamento de su gobierno inventaron los Incas una ley, con la cual les pareció podrían prevenir y atajar los males que en sus reinos pudiesen nacer. Para lo cual mandaron que en todos los pueblos grandes o chicos de su Imperio se registrasen los vecinos por decurias de diez en diez, y que uno dellos, que nombraban por decurión, tuviese cargo de los nueve. Cinco decurias destas de a diez tenían otro decurión superior, el cual tenía cargo de los cincuenta. Dos decurias de a cincuenta tenía [n] otro superior, que miraba por los ciento. Cinco decurias de a ciento estaban sujetas a otro capitán decurión, que cuidaba de los quinientos. Dos compañías de a quinientos reconocían un general, que tenía dominio sobre los mil; y no pasaban las decurias de mil vecinos, porque decían que para que uno diese buena cuenta bastaba encomendarle mil hombres. De manera que había decurias de a diez, de a cincuenta, de a ciento, de a quinientos, de a mil, con sus decuriones o cabos de escuadra subordinados unos a otros, de menores a mayores, hasta el último y más principal decurión que llamamos general.

CAPITULO XII DOS OFICIOS QUE LOS DECURIONES TENÍAN

¹⁸⁴ STINGL, 2007, p. 244.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 244.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 245.

LOS DECURIONES de a diez tenían obligación de hacer dos oficios con los de su decuria o escuadra: el uno era ser procurador para socorrerles con su diligencia y solicitud en las necesidades que se les ofreciesen, dando cuenta dellas al gobernador o a cualquier otro ministro a cuyo cargo estuviese el proveerlas, como pedir semilla si les faltaba para sembrar o para comer, o lana para vestir, o rehacer la casa, si se le caía o quemaba, o cualquiera otra necesidad mayor o menor; el otro oficio era ser fiscal y acusador de cualquiera delito que cualquiera de los de su escuadra hiciese, por pequeño que fuese, que estaba obligado a dar cuenta al decurión superior, a quien tocaba el castigo del tal delito, o a otro más superior, porque conforme a la gravedad del pecado así eran los jueces unos superiores a otros y otros a otros, por que no faltase quien lo castigase con brevedad y no fuese menester ir con cada delito a los jueces superiores con apelaciones una y más veces, y dellos a los jueces supremos de la corte. Decían que por la dilación del castigo se atrevían muchos a delinquir, y que los pleitos civiles, por las muchas apelaciones, pruebas y tachas se hacían inmortales, y que los pobres, por no pasar tantas molestias y dilaciones, eran forzados a desamparar su justicia y perder su hacienda, porque para cobrar diez se gastaban treinta. Por ende tenían proveído que en cada pueblo hubiese juez que definitivamente sentenciase los pleitos que entre los vecinos se levantasen, salvo los que se ofrecían entre una provincia y otra sobre los pastos o sobre los términos, para los cuales enviaba el Inca juez particular [...] ¹⁸⁷.

4.1.2. Astecas

Através dos Poemas indígenas e relatos de Zurita, informador de Sahagún, pode-se extrair algumas ideias de como estava conformado o sistema jurídico asteca.

Os juízes não recebiam salários, apenas o suficiente para viverem dignamente. Recebiam alimentos que vinham do Palácio. Após se alimentarem descansavam um pouco e logo se dedicavam a escutar as queixas e reclamações dos indígenas. Reuniam-se até duas horas antes do sol se por ¹⁸⁸.

Da decisão podia haver apelação dirigida a doze juízes que tinham preferência sobre todos os demais. A sentença era pronunciada com a opinião do senhor. A cada doze dias o senhor presidia uma reunião em que perguntava a todos os juízes quais eram os casos difíceis ou criminais que tinham para julgar. Tudo era examinado com a máxima cautela. As testemunhas prestavam juramento e diziam a verdade face ao temor de possíveis repreensões muito severas aplicadas pelos juízes ¹⁸⁹.

Os juízes deviam tratar a todos da mesma maneira, grandes ou pequenos, ricos ou pobres, cujos veredictos tinham que ser mostras de grande retidão. Esse comportamento de retidão também era exigido de todas as pessoas envolvidas na persecução da Justiça. Se fosse

¹⁸⁷ VEGA, Inca Garcilaso de la. **Commentarios Reales**, que tratan del origen de los Yncas, reyes que fueron del Peru, de su idolatria, leyes, y gobierno en paz y en guerra: de sus vidas y conquistas, y de todo lo que fue aquel Imperio y su Republica, antes que los Españoles passaran a el. Lisboa: Pedro Crasbeek, primera parte, 1609, pp. 37 (Livro II, capítulos XI e XII).

¹⁸⁸ LEÓN-PORTILLA, Miguel. La pensée aztèque. Paris: Seuil, 1983, *apud* GRUZINSKI, Sergé. **El destino truncado del Imperio azteca**. Barcelona: Blume, 2011, p. 137.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 137.

descoberto que um juiz havia recebido algum presente, ou que havia se embriagado ou que tivesse atuado com negligência, se tais atos fossem desculpáveis, os demais juízes lhe repreendiam severamente. Se não fossem desculpáveis as falhas do delito, a punição era a morte. Se o juiz não se corrigisse, na terceira advertência lhe era raspada a cabeça. Ao sofrer essa vergonha ele era destituído do seu cargo, o que era a culminação da ignomínia. Por de exemplo, em um processo, um juiz favoreceu um nobre em detrimento de um plebeu e enviou uma informação falsa ao senhor de Texcoco, este mandou enforcar o juiz e mandou que o processo fosse revisado, de forma que a vitória da causa fosse dada ao plebeu.¹⁹⁰

4.2 A escrita, seu simbolismo e impacto social

Os códices, os glifos, a escrita alfabética, os cantares, a contabilidade à lá europeia deram nascimento a uma cultura mista com muitas características encontradas no Ocidente Moderno¹⁹¹.

4.2.1 A escrita mexicana

Os livros de pinturas maias e astecas se configuravam, na maioria das vezes, como texto, como escritura. Eram escritos em papel de amate, uma árvore do gênero do fícus, enquanto os mistecas eram escritos em pele de veado¹⁹².

Nos códices ou livros aparecem três tipos de signos, ou glifos, dessas escrituras: os glifos pictográficos, os ideográficos e os fonéticos. Os glifos pictográficos reproduzem a imagem do objeto a que aludem e eram desenhados de perfil. Identificavam não a pessoa, mas o personagem que representavam, como por exemplo um sacerdote era sempre pintado com a face negra e a orelha sangrando pelo autosacrifício¹⁹³.

Os glifos ideográficos representam uma ideia imediatizada, como por exemplo um olho fechado no céu para indicar a noite, uma fita saindo pela boca de uma pessoa indicando que ela fala ou canta ou que é um intérprete.

¹⁹⁰ LEÓN-PORTILLA, Miguel. La pensée aztèque. Paris: Seuil, 1983, *apud* GRUZINSKI, Sergé. **El destino truncado del Imperio azteca**. Barcelona: Blume, 2011, p. 137.

¹⁹¹ GRUZINSKI, 1986b, p. 413.

¹⁹² REYES, Luis Alberto. 2ª ed. **El pensamiento indígena em América: los antiguos andinos, mayas y nahuas**. Buenos Aires: Biblos, 2009, pp. 42-43.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 43.

Os glifos fonéticos também utilizam o desenho, mas não para representar o objeto desenhado, mas sim o som que nomeava este objeto. Podia se compor uma palavra a partir de vários objetos desenhados. A vogal “a” era indicada com o glifo agua (*atl*), a letra “o” com o glifo caminho (*olli*)¹⁹⁴.

Tanto os maias como os nahuas e os mistecas desenvolveram uma escrita composta, logossilábica, combinando glifos que representavam um conceito com outros que foneticamente indicavam sílabas ou letras¹⁹⁵.

A antiga plástica indígena possui ícones¹⁹⁶ que possuem caracterização convencional abstrata¹⁹⁷. A leitura ou deciframento desses glifos era privilégio dos nobres educados no *calmecac*¹⁹⁸.

Conforme Gruzinski, no século XVI a escultura e a arquitetura colonial e cristã serviram de base para inserção de alguns glifos antigos, que ficavam à vista de todos, embora tivessem sido oficialmente banidos pelos religiosos. Os glifos eram inseridos com motivos de inspiração europeia, ficavam despercebidos e só eram reconhecidos por aqueles que sabiam decifrar o seu simbolismo¹⁹⁹.

A partir da Colonização, os glifos adaptam-se às novas realidades, sendo incluídos signos novos como a igreja com seus átrios e sinos, o esquema quadriculado dos *pueblos*, *estancias*, *haciendas*, *rodas-d’agua* e *carros de boi*.

Apesar de inéditos, estes signos respeitam os cânones da iconografia indígena. A *estancia* (geralmente uma fazenda de criação) é um desenvolvimento do glifo “casa”, ao qual se acrescenta um teto pontiagudo, enquanto a igreja é representada de modo estabilizado, bidimensional, retomando, aqui e ali, elementos decorativos autóctones²⁰⁰.

Especialmente a partir do final do século XVI, as pinturas dos glifos perderam sua maestria e foram corrompidas. O rio se reduz a duas linhas onduladas, a uma espiral ou até a uma única linha; nas montanhas, as pegadas são transformados em borrões imprecisos²⁰¹.

O cromatismo dos glifos também acaba sendo corrompido, embora muitas vezes não se soubesse seus significados e funções. A cor e o desenho da água são o símbolo e o atributo da Deusa aquática Chalchiuhtlicue, que acaba se perdendo²⁰².

¹⁹⁴ REYES, 2009, p. 43.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 43.

¹⁹⁶ Entende-se por ícones as composições que representam um personagem de forma estereotipada, um objeto ou uma situação.

¹⁹⁷ REYES, 2009, p. 44.

¹⁹⁸ Escola destinada aos filhos dos nobres mexicas.

¹⁹⁹ GRUZINSKI, 2003b, p. 68.

²⁰⁰ Ibidem, p. 71.

²⁰¹ Ibidem, p. 71.

²⁰² Ibidem, p. 72.

O uso de dois códigos iconográficos ou cartográficos, pelos pintores indígenas, a partir da segunda metade do século XVI, comprova a capacidade de assimilação e de adaptação dessa sociedade pré-colombiana²⁰³.

O Códex Sierra traz uma inovação dos espanhóis: a escrita e o ato de escrever para o *tlacuilo* misteca, que apreende com agudeza, demonstrando o quanto a história colonial da expressão pictográfica é indissociável da assimilação da escrita alfabética²⁰⁴.

Importante esclarecer que, em momento algum, no período colonial, a escrita substituiu a pintura. No século XVI o termo *tlacuilo*, que em náuatle significa pintor, também se aplicava ao mundo da escrita²⁰⁵.

A ideia de que a escrita teria conferido superioridade aos espanhóis e vantagens sobre os nativos é uma falácia, pois os membros das companhias de invasores não liam e não escreviam melhor do que os membros das sociedades nativas mais letradas como a dos Maias²⁰⁶. A maioria dos conquistadores do Peru era iletrada, com exceção de Soto²⁰⁷.

4.2.2 A escrita andina

Os índios do Peru não sabiam escrever, possuíam, entretanto, correios que funcionavam de forma oral, como se pode ver no trecho a seguir: “*El recaudo o mensaje que los chasquis llevaban era de palabra, porque los indios del Perú no supieron escribir*”²⁰⁸.

Os incas não tinham letras, mas para efetuarem registros importantes utilizavam um sistema de laços que eram dados em fios de diversas cores, chamado quipu. O arranjo que era feito com a combinação de laços e fios coloridos que representavam cifras²⁰⁹, como se observa no trecho abaixo, extraído da obra de Inca Garcilaso de la Vega.

Otros recaudos llevaban, no de palabra, sino por escrito, digámoslo así, aunque hemos dicho que no tuvieron letras, las cuales eran ñudos, dados en diferentes hilos de diversos colores, que iban puestos por su orden, mas no siempre de una misma manera, sino unas veces antepuesto el un color al otro, y otras veces trocados al revés; y esta manera de recaudos eran cifras, por las cuales se entendía el Inca y sus gobernadores, para lo que había de hacer, y los ñudos y los colores de los hilos significaban el número de gente, armas, o vestidos, o bastimento, o cualquier otra cosa que se hubiese de hacer, enviar o aprestar. A estos hilos añudados llamaban los indios

²⁰³ GRUZINSKI, 2003b, p. 78.

²⁰⁴ Ibidem, p. 79.

²⁰⁵ Ibidem, p. 81.

²⁰⁶ RESTALL, Matthew. **Sete mitos da conquista espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 81.

²⁰⁷ GRUZINSKI & BERNAND, 1997, p. 506.

²⁰⁸ VEGA, Inca Garcilaso de la. **Commentarios Reales**, que tratan del origen de los Yncas, reyes que fueron del Peru, de su idolatria, leyes, y gobierno en paz y en guerra: de sus vidas y conquistas, y de todo lo que fue aquel Imperio y su Republica, antes que los Españoles passaran a el. Lisboa: Pedro Crasbeek, primera parte, 1609, p. 135 (Livro VI, capítulo VII).

²⁰⁹ VEGA, 1609, p. 135 (Livro VI, capítulo VII).

quipu (que quiere decir añudar, y ñudo, que sirve de nombre y verbo), por los cuales se entendían en sus cuentas. Os ñudos representaban números e no palabras²¹⁰.

A contabilização pela escrita através dos nós era utilizada para várias finalidades, como o controle fiscal e a arregimentação militar, e era bastante precisa em sua quantificação, como é mostrado no trecho abaixo, extraído de Garcilaso de la Vega.

Éstos asentaban por sus ñudos todo el tributo que daban cada año al Inca, poniendo cada cosa por sus géneros, especies y calidades. Asentaban la gente que iba a la guerra, la que moría en ella, los que nacían y fallecían cada año por sus meses. En suma, decimos que escribían en aquellos ñudos todas las cosas que consistían en cuenta de número, hasta poner las batallas y recuentos que se daban, hasta decir cuántas embajadas habían traído al Inca, y cuántas pláticas y razonamientos había hecho el rey. Pero lo que contenía la embajada, ni las palabras del razonamiento, ni otro suceso historial, no podían decirlo por los ñudos, porque consiste en oración, ordenada de viva voz o por escrito, la cual no se puede referir por ñudos, porque el ñudo dice número, mas no la palabra. Para remedio desta falta tenían señales que mostraban los hechos historiales hazañosos, o haber habido embajada, razonamiento o plática hecha en paz o en guerra²¹¹.

4.2.3 A escrita guarani

Eduardo Neumann demonstra que os índios guaranis também tinham uma escrita própria. Cita como exemplos da escritofilia – o apego à escrita – guarani os textos dos secretários, corregedores e alcaides, quando desempenhavam as funções de *cabildantes* em suas respectivas reduções, desenvolvendo formas de expressão para registrar suas opiniões ou para intervir nos acontecimentos²¹².

Os guaranis utilizaram comunicação escrita em algumas circunstâncias para se comunicarem com seus companheiros e para recordar importantes feitos. Conhecedores do valor da escrita nas sociedades pré-colombianas, os guaranis buscaram, em algumas ocasiões, registrar suas experiências e inquietações. Os documentos “de letra de índios” são prova cabal de que a cultura escrita e a memória estavam inter-relacionadas no cotidiano da população das reduções jesuíticas, em um jogo social por meio do qual buscavam proteger uma versão indígena dos fatos transcorridos nas reduções do Paraguai²¹³.

A pesquisa desenvolvida demonstra a existência de alguns documentos escritos pelos indígenas guaranis, como escreveu o Professor Eduardo Neumann nos trechos abaixo.

Um dos capítulos mais originais na história do Novo Mundo é a obra de gramaticalização dos idiomas nativos realizada pelos missionários no século XVI. Na América de colonização hispânica o início dos trabalhos de catequese facultou aos

²¹⁰ VEGA, 1609, pp. 135-136 (Livro VI, capítulo VII).

²¹¹ Ibidem, p. 137 (Livro VI, capítulo IX).

²¹² NEUMANN, Eduardo S. De letra de índios: cultura escrita e memória indígena nas reduções guaranis do Paraguai. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.177-196, especialmente p. 182, jan/jun 2009.

²¹³ Ibidem, p.196.

ameríndios o contato com a cultura escrita. No Paraguai colonial a ‘conquista espiritual’ estava na estrita dependência de uma transliteração do idioma Guarani à escrita, condição *sine quo non* para a construção de categorias que inexisteriam no léxico indígena, resultando na criação de uma linguagem cristã nas reduções.

[...]

A conquista do alfabeto pelos indígenas foi o resultado das modalidades de evangelização praticada e, a participação dos indígenas, permite compreender a rápida difusão e aceitação da tecnologia do escrito. Assim a aquisição da escrita entre os guaranis deve ser dimensionada a partir do impacto da “razão gráfica”, ou seja, uma possibilidade efetiva de domesticação do pensamento selvagem.

[...]

Como a escrita figurava em todas as estratégias catequizadoras, tal fato facultou aos guaranis a “conquista letrada” do seu idioma. Essa maneira própria e peculiar de relacionar-se com a sua língua, agora reduzida à escrita, foi uma experiência social singular que perpassou o cotidiano dos índios instalados nessas reduções durante os séculos XVII e XVIII²¹⁴.

4.3 A Educação: o domínio da leitura e da escrita

Segundo as informações dos religiosos, a aprendizagem da leitura e da escrita, pelos indígenas, foi sem dificuldades. A experiência de alfabetização dos indígenas iniciou em Texcoco por volta de 1523 com os franciscanos e, dentre eles, Pedro de Gante, que os ensinou a ler e a escrever, a cantar e a tocar, para que aprendessem a doutrina cristã. O processo inverso também ocorreu, pois os primeiros franciscanos também aprenderam a língua náuatle com os indígenas²¹⁵.

O desenvolvimento da educação da nobreza indígena, pelos franciscanos, foi ampliando progressivamente. Em 1524 se estendeu para os arredores de Texcoco; em 1525 para região de Huejotzingo e em 1527 às regiões de Tlaxcala. Em 1536, foi criado o colégio de Santa Cruz de Tlatelolco que oferecia às elites indígenas uma educação com muita qualidade, aulas ministradas pelos mais insígnies franciscanos²¹⁶. Assim:

No colégio, aprendia-se gramática, retórica, poética, filosofia e medicina. Lia-se Plínio, Marcial, Juvenal, Tito Lívio, Cícero, Boécio, os Padres da Igreja, Nebrija, Erasmo, Luis Vives, etc. Do Colégio de Santa Cruz saíram vários índios que se iniciaram com brio na cultura letrada dos europeus²¹⁷.

Facilmente os indígenas dominaram o gesto gráfico e escreviam todas as letras, pequenas e grandes, cursivas e góticas, sendo excelentes imitadores dos modelos apresentados pelos seus mestres. Com relação ao aprendizado do latim, no início tiveram certa dificuldade,

²¹⁴ NEUMANN, Eduardo S. Documentos escritos por indígenas: as duas mensagens de Hilário Yrama (1757) **Corpus. Archivos virtuales de la alteridad americana**, Vol. 3, N° 1, p. 2, 1er. semestre 2013, ISSN 1853-8037. Disponível em: <URL: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/corpus>>. Acesso em 02 fev. 2014.

²¹⁵ GRUZINSKI, 2003b, p. 79.

²¹⁶ Ibidem, p. 80. No mesmo sentido NEUMANN, Eduardo S. **O Trabalho Guarani Missionário no Rio da Prata Colonial, 1640-1750**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996, p. 62: Os jesuítas sempre centraram suas atenções para formar uma “elite”, como ficou evidenciado através da cooptação dos caciques e de seus descendentes diretos.

²¹⁷ GRUZINSKI, 2003b, p. 96.

tendo em vista que não encontravam o significado de algumas palavras e regras gramaticais em náuatle. Contudo, com o passar de alguns anos, superaram essa dificuldade e se tornaram hábeis latinistas²¹⁸.

Desde o final de 1530 o alfabeto latino passou a fazer parte do cotidiano da nobreza indígena, sendo que nesse período eram aproximadamente seiscentos jovens índios que se iniciavam na escrita²¹⁹. Os mesmos indígenas, que receberam essa educação ocidental sofisticada, também eram os detentores do conhecimento antigo e da tradição pré-colombiana²²⁰.

O primeiro objetivo do Colégio de Santa Cruz foi a catequização e a formação dos índios para o sacerdócio, mas acabou sendo abandonado face a hostilidade da igreja e o desapontamento de alguns clérigos diante das fraquezas dos indígenas. Entretanto, esses indígenas contribuíram com os meios intelectuais e linguísticos para os religiosos penetrarem no mundo americano e realizarem a catequização com o apoio das obras cristãs traduzidas para o náuatle²²¹.

Na segunda metade do século, a igreja, preocupada em atingir a população carente de recursos, tendeu a não levar em conta as distinções sociais, até mesmo porque, com o passar do tempo, a estratificação social indígena passou a ser mais fluida. Nobres e plebeus começaram a aprender a ler e a escrever juntos. Dessa forma, os plebeus também tiveram a qualificação necessária para desempenhar funções importantes na sociedade²²².

Os plebeus, *macehuales*, diante da instrução recebida dos religiosos, se qualificaram para ocupar funções importantes na sociedade, tornando-se *alcades*, *regidores*, *escribanos* e até governadores²²³. Houve difusão da escrita e dos escritos, que acabou se esvaindo a partir da abdicação de Carlos V, em 1556 e do término do Concílio de Trento em 1563, porque a Espanha tornou-se defensora da Contra-reforma, apresentando reflexos na Nova Espanha com a criação do Tribunal do Santo Ofício, em 1571²²⁴.

Estabeleceu-se, então, um aumento no controle sobre a impressão e circulação de livros escritos em língua indígena pelos próprios indígenas. A Igreja fechou as portas para os indígenas em relação à possibilidade de se tornarem padres, retirou-os da competência da

²¹⁸ GRUZINSKI, 2003b, p. 80.

²¹⁹ Ibidem, p. 81.

²²⁰ Ibidem, p. 97.

²²¹ Ibidem, p. 99.

²²² Ibidem, p. 106.

²²³ Ibidem, p. 106.

²²⁴ Ibidem, p. 108-109.

Inquisição e, no Colégio de Tlatelolco foram reduzidas as matérias para que, no início do século XVII, fosse apenas uma escola em que se ensinava a ler e a escrever²²⁵.

4.4 A estrutura das sociedades

Para compreender a estrutura das sociedades na América espanhola, no período da conquista ao final do século XVII, faz-se necessário analisar as classes sociais, os *barrios*, *pueblos* e cidades bem como as alianças formadas entre os índios e os espanhóis.

4.4.1 As classes sociais

A civilização mexica estava regida por uma rigorosa organização social. No vértice estava situado o tlatoani, “o que tem a palavra”; era eleito entre os seus iguais, os tecuchtli, os “príncipes”. Na parte inferior cumpriam as ordens os macehualtin, os “homens comuns”. Lado a lado estavam os pochteca, que comerciavam e eram informantes do Imperador como também os artesões que levavam o nome de seus antepassados toltecas²²⁶.

A aristocracia era formada pelos Caciques e por seus descendentes que exerciam a função de Governadores. Segundo Gruzinski:

A Coroa procurou defender o status dos nobres, concedendo-lhes privilégios, favores e bens, e o fez por tanto por respeito à ordem estabelecida – qualquer que fosse a sua origem – como porque não podia dispensar esses preciosos intermediários, de quem dependiam a coleta dos tributos e a obediência das massas. Aos descendentes dos senhores pré-hispânicos e aos que tinham se infiltrado em seu meio, a Coroa concedeu o título de *cacique* e ofereceu a função de Governador²²⁷.

Na prática, os nobres não possuíam nenhuma garantia dos seus privilégios, pois não podiam contar apenas com a proteção da Coroa, tendo em vista que o acesso às autoridades locais dependia mais da boa vontade dessas do que do título de nobreza que os índios ostentavam. O apoio dos espanhóis, de um *encomendero* ou de um padre, era muito importante e a simples acusação de idolatria poderia retirar todos os privilégios que anteriormente lhes havia sido concedidos²²⁸.

Os *Principales* não pertenciam à aristocracia, mas às elites de províncias ou senhorias mais modestas. Buscavam preservar a sua herança e escrever a história que acontecia diante de

²²⁵ GRUZINSKI, 2003b, p. 109.

²²⁶ GRUZINSKI, 2011, p. 140.

²²⁷ GRUZINSKI, 2003b, p. 104.

²²⁸ Ibidem, p. 105.

seus olhos. O *principal* era um notável indígena²²⁹. De Tapeapulco e de Huexotla saíram arquivistas, compiladores e informantes que coligiam os manuscritos pictográficos e os conservavam, redigiam relatos em náuatle e liam espanhol. Utilizavam essas pinturas e faziam cópias e transcrições para juntar provas da legitimidade de pertencerem a uma elite, assegurando seus privilégios que as transformações causadas pela Conquista os estavam ameaçando de perderem²³⁰.

Rapidamente se dispuseram a ocupar as funções de *escribano* e intérprete (*nahuatlato*) que garantia a comunicação entre as duas sociedades, como recorda Gruzinski:

Sobreviver socialmente, conciliando o que era apenas um passado em parte proibido e a inevitável realidade colonial, foi aparentemente o procedimento constante, materializado nas inter-relações entre a pintura e a escrita, desses nobres vencidos, mas ainda plenamente conscientes de serem a ligação indispensável entre os conquistadores e a população autóctone²³¹.

Os Macehuales eram os índios plebeus, camponeses, artesãos, agricultores, mineiros, serviçais domésticos²³². Estudavam nas escolas para macehuales denominadas *telpochcalli*, que eram de caráter obrigatório²³³. A partir de uma segunda fase, porém, os religiosos passam também a conferir-lhes educação e formação, juntamente com os nobres indígenas. Essa formação permite que ocupem funções importantes na sociedade, tornando-se *alcades*, *regidores*, *escribanos* e até governadores²³⁴. Trata-se de uma forma de ascensão social através do exercício de atividades burocráticas.

Essa ascensão social tinha várias vantagens, dentre elas o fato de não precisarem pagar tributos. Além da ascensão social dos *macehuales*, através do recebimento da educação dos padres que os instruíram para assumirem funções burocráticas, a igreja também propiciou outras formas de ascensão para os indígenas que sequer tinham recebido tal instrução. No final de 1530, ao redor dos conventos fundados pelas ordens mendicantes, havia muitos indígenas sem qualificação que passaram a exercer a função de porteiros, jardineiros, cozinheiros, aprendiam novas técnicas do cultivo de árvores frutíferas e rudimentos da culinária monástica. Esses eram dependentes dos religiosos que exerciam sobre eles uma jurisdição e autoridade discricionária, também gerando suporte fático para serem isentos do pagamento de tributos²³⁵.

²²⁹ GRUZINSKI, Serge. **Les Hommes-dieux du Mexique**: pouvoir indien et société coloniale XVIe – XVIIIe siècles. Paris: Archives Contemporaines, 2005b, p. 212.

²³⁰ GRUZINSKI, 2003b, p. 100-101.

²³¹ Ibidem, p. 101.

²³² Ibidem, p. 217.

²³³ Ibidem, p. 255.

²³⁴ Ibidem, p. 106.

²³⁵ Ibidem, p. 106.

Alguns desses indígenas apresentaram uma vocação para as atividades da igreja e se tornaram sacristãos, cuidando dos objetos de culto: os *topiles* e *aguaciles*. Esses se encarregavam da segurança das famílias, juntavam os fiéis para a missa, os músicos e *chantres* que participavam dos ofícios²³⁶. Os *chantres* ou *fiscales*, que surgiram através das camadas mais baixas da população indígena, assumindo essas funções. Ficavam felizes por se livrarem do pagamento do tributo e por ostentarem posição social mais elevada do que antes da conquista²³⁷. O crescimento significativo do número de músicos que emergiu foi alarmante para o Concílio de 1555, considerando que cada *pueblo* chegava a ter em média 12 músicos, até mesmo nos menores vilarejos²³⁸.

Na nova sociedade em formação destacou-se outro grupo que também detinha contato com a cultura ocidental. Eram os escultores, pintores, construtores, que laboravam em mais de 300 locais, onde estavam sendo construídas igrejas, conventos, esculpidas fachadas, pintados afrescos. Inventaram um estilo próprio que denominaram *tequitqui*, com ares românticos, góticos, manuelinos, moçárabes, renascentistas ou platerescos²³⁹.

Esses artistas também estavam divididos entre os que eram aristocratas na cidade, que trabalhavam, por exemplo, nos ateliês de São José de los Naturales do México, de Santiago de Tlatelolco e de Tlaxcala e os pequenos notáveis, artesãos das províncias. Os artistas formados nos ateliês das cidades se inspiraram muito nas formas ocidentais²⁴⁰. Na segunda metade do século, os plebeus iam abandonando os seus empregos subalternos para se posicionarem nos escalões da hierarquia como anteriormente exposto, o que gerou significativa transformação no corpo social. Formou-se um grupo de poder que não tinha raízes pré-hispânicas e que não estavam ligados a casas senhoriais. A proliferação desses *principales* nada devia ao sangue ou a antiguidade²⁴¹.

4.4.2 *Barrios, Pueblos* e Cidades

O segundo procedimento legalista da Conquista era a fundação de uma cidade, que era antecedido pela leitura do requerimento, o qual visava dar uma aparência de legitimidade ao

²³⁶ GRUZINSKI, 2003b, p. 107. Explica ainda Gruzinski: “Os *chantres* e *fiscales* preparavam os agonizantes para a confissão ou para a morte, ajudavam-nos a redigir os seus testamentos, realizavam batizados na ausência do padre, registravam esmolas e oferendas e cuidavam dos objetos de culto e dos enfeites da igreja, com zelo comparável a que outros tiveram ou tinham ainda em preservar seus ídolos”.

²³⁷ Ibidem, p. 107.

²³⁸ Ibidem, p. 107.

²³⁹ Ibidem, p. 107.

²⁴⁰ Ibidem, p. 108.

²⁴¹ Ibidem, p. 108.

procedimento. Esse gesto estava imbuído de um simbolismo tranquilizador para os conquistadores, que identificavam a urbanização com a civilização, o *status social*, a segurança. A cidade era um pré-requisito para a fundação de um conselho municipal, a partir do qual se poderia formular determinados tipos de resoluções, outorgar leis e tomar outras decisões com validade jurídica²⁴².

Os conquistadores costumavam “fundar” vilas e cidades no decorrer das explorações que sequer chegavam a ser construídas na realidade, mas apenas fundadas de uma maneira figurada, para assegurar que a região fora legalmente objeto de reivindicação e apropriação pelos líderes expedicionários²⁴³

A fim de marcarem a sua presença no Novo Mundo, franciscanos, agostinianos e dominicanos realizaram, no México, campanhas de construções de edifícios em substituição aos antigos templos destruídos pelos conquistadores. Embora eles fossem os mestres-de-obras, tiveram que contar com a colaboração da população local²⁴⁴.

A América espanhola era uma réplica da Castela real ou ideal, da Europa imperial e romana, porém com inovações, porque na medida em que as cidades eram construídas adaptavam-se livremente ao que subsistia dos substratos indígenas²⁴⁵. As cidades eram erguidas com as quadras e as ruas com o formato de um tabuleiro de xadrez. No centro das Cidades eram construídas a igreja, a sede da prefeitura e do representante do rei, a fonte da praça principal, como símbolos da supremacia dos espanhóis, o triunfo do poder e da fé²⁴⁶.

A própria arquitetura das cidades era uma das estratégias adotada pelos conquistadores a fim de converter a população indígena à fé cristã, pois esse urbanismo à europeia significava uma ruptura física e uma substituição dos antigos símbolos nativos pela nova arquitetura que denotava a supremacia espiritual e técnica dos conquistadores²⁴⁷. Todo o procedimento nas Índias, desde a fundação das cidades à tomada de posse de uma casa - tal como ocorria com os romanos - revestia-se de formas solenes e simbólicas²⁴⁸.

²⁴² RESTALL, Matthew. **Sete mitos da conquista espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 51.

²⁴³ A fundação de Vera Cruz no litoral do Golfo do México por Cortés e as primeiras cidades caribenhas como Santo Domingo e Havana são exemplos dessa fundação fictícia (RESTALL, 2006, pp. 51-52).

²⁴⁴ GRUZINSKI, 2003b, p. 67. Recorda ainda Gruzinski em outro lugar: “por volta de 1530, olhando a cidade do México do alto das ruínas ainda maravilhosas da pirâmide do Templo Mayor, teríamos descoberto uma espécie de monstro urbano, uma arquitetura heterogênea feita de vestígios de desabamentos e de edifícios sendo construídos” (GRUZINSKI, 2001b, p. 70).

²⁴⁵ GRUZINSKI, 2003b, p. 96. Comenta Gruzinski: “cruzadas por ruas regulares formando um ângulo reto, cidades e vilas ofereciam uma forma de ordem perfeita, em que a sociedade colonial teria apenas de se encaixar”.

²⁴⁶ Ibidem, p. 96.

²⁴⁷ Ibidem, p. 98.

²⁴⁸ Segundo explica Levene: “En general, todo el procedimiento en Indias, revestíase de formas solemnes y simbólicas. De este modo se materializaba la vida del derecho – como explica Ihering respecto de los pueblos antiguos [...] En el derecho romano, era necesario pronunciar una palabra determinada o realizar algún gesto para

Os *pueblos* eram formados pelas *Cabecera* e *sujetos*. A *cabecera* era uma localidade de médio porte, que dependia de núcleos mais modestos e habitações dispersas, os *sujetos*²⁴⁹. Os *Barrios* eram pequenos vilarejos²⁵⁰. Os *pueblos* eram formados por *Cabecera* e *sujetos*²⁵¹.

4.4.3 Alianças entre índios e espanhóis

É comum a história ser contada sob a ótica dos vencedores, como se houvesse apenas um ponto de vista, assim como se a história fosse algo simples. Parte da população entende que os índios apenas sofreram sob o jugo espanhol, como se houvesse apenas índios oprimidos e espanhóis opressores.

A realidade histórica, entretanto, é muito mais complexa. Não há posições maniqueístas, como atesta Gruzinski:

Passadas as duas primeiras décadas a visão política se transformou. Novas gerações surgiram, produzindo obras importantes, como a que, mais de trinta anos após a Conquista, ilustrava e exaltava a colaboração tlaxcalteca à invasão espanhola, o *Lienzo de Tlaxcala*, provavelmente pintado a pedido do vice-rei don Luis de Velasco 1550 1564. [...]

Para estes índios, era também um manifesto político, que não exitava em maquiar os fatos passíveis de contradizer a lealdade indefectível dos índios de Tlaxcala à causa dos conquistadores. Até a chegada dos espanhóis, os nauas de Tlaxcala linham conseguido resistir às investidas dos mexicas e da Tríplice Aliança²⁵².

Tlaxcala era um Estado poderoso que, embora no início tenha combatido a expedição de Cortés, acabou se aliando aos espanhóis e foi, justamente graças a essa aliança, que Cortés obteve a vitória e liquidaram a dominação mexicana²⁵³. O apoio prestado pelos Tlaxtecas foi estratégico porque os próprios espanhóis reconheceram a importância desses aliados para efetivarem a conquista da Nova Espanha. Em troca os indígenas garantiram os seus privilégios no seio desta sociedade durante os três séculos de dominação espanhola²⁵⁴.

Houve uma confluência até mesmo em relação aos símbolos de poder que evidenciam uma fusão entre o ocidente e o ameríndio:

Ao associar a águia bicéfala dos Habsburgos à garça de Mazihcatzin, o senhor de Ocotelulco, o *Lienzo* manifesta de modo espetacular o encontro de dois simbolismos

que e lacto jurídico se consumasse. Tal formalismo sobrevive en el derecho indiano. Al tomar posesión de una casa se imponía que el nuevo propietario entrara a la misma y abriera y cerrara la puerta; el fundador de una ciudad, debía arrancar yerbas para adquirir posesión del terreno, tirar cuchilladas y proclamar en el desierto ante sus compañeros, con quienes había ido a hacer la fundación, que si existía alguno que se opusiese que y el acta dejaba constancia que no apareció nadie” (LEVENE, Ricardo. **Introducción a la Historia del Derecho Indiano**. Buenos Aires: Valerio Abeledo, 1924, p. 129-130).

²⁴⁹ GRUZINSKI, 2003b, p. 185.

²⁵⁰ Ibidem, p. 213.

²⁵¹ Ibidem, p. 185.

²⁵² Ibidem, pp. 42-43.

²⁵³ Ibidem, p. 43.

²⁵⁴ Ibidem, p. 43.

do poder, sem deixar de marcar a submissão dos índios aos vencedores. Justaposição de dois olhares e constatação espetacular de uma inegável relação de forças²⁵⁵.

Embora tenha ocorrido uma submissão, verifica-se que isso se deu em face da colaboração dos nauas de Tlaxtelolco para com espanhóis, sendo diferente de uma sujeição humilhante. A conquista espanhola ensejou na destruição da Tríplice Aliança e na possibilidade de maior expressão de vontades de autonomia local, observando-se os limites da nova dominação²⁵⁶.

A expansão dos maias chontal, no final do século XVI, ocorreu sob a liderança do seu rei Don Pablo Paxbolon, que dos anos de 1560 até sua morte em 1614 dedicou-se a campanhas contra comunidades maias adjacentes que ainda não estavam sob o domínio colonial. A presença espanhola, na maioria destas expedições, era pífia ou quase inexistente. Um título maia chontal escrito durante o seu reinado relatava a existência de campanhas anteriores e posteriores a invasão hispânica, revelando que suas campanhas nada mais eram do que a continuação de conflitos ancestrais para a captura de escravos²⁵⁷.

Na esfera mais alta da liderança nativa, a dos imperadores asteca e inca, a cooperação com os espanhóis serviu para ganhar tempo, pois suas políticas de colaboração e apaziguamento ajudaram a salvar a vida dos seus súditos, prevenindo guerras em escalas mais amplas²⁵⁸.

Os descendentes de Montezuma, mesmo privados do poderio político que tinham antes da Conquista, foram preservados pela sua relevância social e econômica no âmbito local, mantendo-se como elite em face da confirmação dos títulos e das honrarias outorgadas pela Coroa Hispânica. O mesmo ocorreu com as famílias nobres maias, que preservaram o status de governantes locais comunitários em troca da submissão à autoridade governante espanhola no âmbito regional²⁵⁹.

A maioria dos nobres descendentes da família mais tradicional de Yucatan, Xiu, foram *batabobs*²⁶⁰ entre os séculos XVI a XVIII, o que indica o florescimento da comunidade indígena municipal nesse período²⁶¹.

4.5 As Mestiçagens

²⁵⁵ GRUZINSKI, 2003b, p. 46.

²⁵⁶ Ibidem, p. 47-48.

²⁵⁷ RESTALL, 2006, pp. 212-213.

²⁵⁸ Ibidem, p. 213.

²⁵⁹ Ibidem, p. 215.

²⁶⁰ Batabobs eram governantes locais ou municipais (RESTALL, 2006, p. 215).

²⁶¹ RESTALL, 2006, p. 215.

A proposta de estudo das mestiçagens realizada por Gruzinski está afastada da sociologia da cultura e da antropologia, quando analisadas de forma isolada. Pega caminhos oblíquos, se valendo da própria História não como um estudo superficial das coisas contemporâneas e do passado, mas de forma profunda em relação a um período anterior, que tem relações com o mundo contemporâneo face à complexidade do fenômeno²⁶².

Uma única disciplina, por si só, não esgota o estudo das mestiçagens. Seria necessária a realização de um estudo multidisciplinar que Gruzinski chamou de ciências “nômades”:

Ciências nômades, preparadas para circular do folclore à antropologia, da comunicação à história da arte. A demografia histórica, a genealogia e a história da família, a história social, enfim, também tem tanto a ver com a questão quanto a história das religiões ou a linguística²⁶³.

A compreensão da mestiçagem choca-se com hábitos intelectuais que levam a preferir os conjuntos monolíticos aos espaços intermediários, como a narração da conquista da América a um enfrentamento destruidor entre bons índios e maus espanhóis, uma visão sedutora face à simplicidade. Todavia, esse modo de ver as coisas imobiliza e empobrece a realidade²⁶⁴.

O autor revela a atualidade do estudo das mestiçagens: “Essa volta ao passado é apenas um modo de falar sobre o presente, pois o estudo das mestiçagens de ontem levanta uma série de indagações que permanecem atuais”²⁶⁵. Seria importante aceitar os mundos mesclados tais como eles são e não como os imaginamos, submetendo-os a triagens que supostamente se localizariam e depois isolando os elementos que formam o conjunto. Não podemos realizar análises desses mundos com os preconceitos da nossa concepção ocidental, acreditando que tudo o que se refere ao indígena é arcaico.

A análise dessa realidade mesclada deve ser realizada no seu todo, com uma visão de globalidade²⁶⁶. Ao compararmos as mestiçagens dos Andes e do México com as mestiçagens da Amazônia, vamos verificar que as mestiçagens naqueles países ocorreram muito cedo enquanto na Amazônia demorou para acontecer face às próprias características da Floresta densa e dos seus rios que a tornam quase impenetrável, permitindo a vida isolada de várias tribos indígenas²⁶⁷. Por isso, Gruzinski trata do tema mestiçagem como um fenômeno: “A mistura dos seres humanos e dos imaginários é chamada de mestiçagem, sem que se saiba

²⁶² GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b, p. 18. Nessa linha, questiona ainda Gruzinski: “será o caso de dizer que, nos campos que aqui nos interessam – o estudo e a compreensão das misturas –, a criação estética, concebida na forma de um pensamento figurativo ou poético, tem tanto a nos ensinar quanto as ciências sociais, frequentemente atoladas nos caminhos batidos do discurso e da teoria?” (GRUZINSKI, 2001b, p. 38).

²⁶³ GRUZINSKI, 2001b, p. 44.

²⁶⁴ Ibidem, p. 48.

²⁶⁵ Ibidem, p. 19.

²⁶⁶ Ibidem, p. 26.

²⁶⁷ Ibidem, p. 29.

exatamente o que o tema engloba, e sem que nos interroguemos sobre as dinâmicas que ele designa”²⁶⁸.

A palavra “mistura” remete à ideia de que se mistura o que não está misturado e, portanto, a passagem do que é homogêneo a heterogêneo, do singular ao plural, da ordem a desordem, mas se trata de um fenômeno complexo e não se pode adotar essa visão maniqueísta. A mestiçagem biológica pressupõe a existência de grupos humanos puros, fisicamente distintos e separados por fronteiras que, a mistura dos corpos através da sexualidade, viria pulverizar. A mestiçagem cultural implica em ambiguidades ligadas ao conceito de cultura que também é bastante polêmico.

4.6 Os *Passeurs Culturels*

4.6.1 Ideia e função dos *passeurs culturels*

Os “*passeurs culturels*” foram os homens que cruzaram as fronteiras de um mundo a outro, da Europa à Ibero-américa, os quatro cantos do planeta e realizaram as mediações: cultural, econômica, política, diplomática, jurídica entre a realidade que conheciam na origem com a que encontravam no outro mundo.

Serge Gruzinski define os mediadores culturais como:

hombres que se desplazaron entre las “Cuatro partes del mundo”, estableciendo lazos de comunicación entre ellas, llevando cosas, ideas, proyectos de un mundo a otro y, a veces, creando herramientas para pensar los inmensos espacios que la Monarquía Ibérica pretendía controlar²⁶⁹.

Através da movimentação intercontinental desses homens, surgiram mesclas ocorridas entre as sociedades e os seres, mestiçagens não só de raças no sentido biológico, mas também nos outros aspectos anteriormente referidos, como políticos, religiosos, artísticos, jurídicos, econômicos.

O termo “*passeurs culturels*” foi traduzido no livro de Gruzinski “A Passagem do século 1480-1520”, por Rosa Freire D’Aguiar pela expressão “passadores”²⁷⁰.

²⁶⁸ GRUZINSKI, 2001b, p. 42.

²⁶⁹ GRUZINSKI, Serge. *Passeurs y elites “católicas” en las Cuatro Partes del Mundo. Los inicios ibéricos de la mundialización (1580-1640)*. In: GODOY, Scarlet O’Phelan & SALAZAR-SOLER, Carmem (editoras). **Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX**. Lima: Instituto Riva-Agüero, 2005a, p. 13-29, especialmente p. 16.

²⁷⁰ GRUZINSKI, 1999a, p. 104.

Alguns dos mediadores culturais que tiveram o poder de tomar decisões e influenciar o desenvolvimento das ligações entre as quatro partes do mundo, foram políticos, diplomatas, clérigos, poetas, letrados, cronistas que contribuíram para “pensar o mundo”.

Não foi, porém, apenas a elite que participou dessa circulação internacional provocada pela expansão Ibérica, outros homens e mulheres também participaram na busca de melhor destino. Ainda existiram grupos que participaram dessas migrações como vítimas da expansão ibérica, a exemplo dos negros escravos e por fim os “degradados” exilados²⁷¹.

Os primeiros *Passeurs* planetários foram os próprios navegadores, ibéricos ou italianos bem como os viajantes solitários, emigrantes²⁷².

Estima-se que, entre os anos de 1497 e de 1530, cerca de 25 mil espanhóis tenham emigrado para o Novo Mundo²⁷³.

Os navegadores e viajantes são, entretanto, meros visitantes de passagem. Não são eles que tecem, dia após dia, a trama das relações entre os mundos. Os homens e as mulheres que de fato realizam estas conexões são pessoas anônimas, degradados, abandonados em praias anônimas, tangonautas e pombeiros²⁷⁴.

Como exemplo podemos citar o caso de Aleixo Garcia, sobrevivente de um naufrágio, em 1526, que levou um exército de indígenas até os confins do império Inca, sendo o primeiro europeu a chegar lá.

O cronista Bernal Diaz Castilho relata a história de dois naufragos, sobreviventes que em 1509 chegaram a Yucatan, e se integraram na sociedade maia. Jerónimo de Aguillar foi encontrado 8 anos depois por uma tropa de Cortés e aceitou retornar com os espanhóis, embora tivesse assumido as características de um indígena maia. Utilizou o conhecimento adquirido da língua maia para a evangelização dos indígenas.

O outro naufrago, Gonzalo Guerrero, casou-se com uma índia maia e teve três filhos. Guerrero assumiu por completo a identidade maia, recusando-se a voltar com os companheiros de Cortés e assumindo o partido dos maias, liderando a resistência à conquista espanhola. Por mais que tenha mergulhado no mundo maia, é incontestável que introduziu neste mundo novos elementos, a começar pelos seus três filhos mestiços²⁷⁵.

²⁷¹ GRUZINSKI, 2005a, p. 16.

²⁷² GRUZINSKI, 1999a, p. 105.

²⁷³ *Ibidem*, p. 106.

²⁷⁴ “*Pombeiros e tangonautas são cobiças que aprendem a viver simultaneamente com vários sistemas de crenças e valores. Sempre próximos dos Africanos, cujas mulheres eles apreciam, sempre dispostos a se substituírem aos europeus de passagem, elaboram um savoir-faire que logo se transforma numa cultura da margem e da ambiguidade, na qual desempenham ao mesmo tempo o papel de “passadores” e de filtros entre mundos*” (GRUZINSKI, 1999a, p. 106).

²⁷⁵ GRUZINSKI, 1999a, pp. 107-8.

Gruzinski relata os feitos de alguns dos “*passeurs*” que integraram as elites “católicas”. A expressão “católicas” não deve ser meramente interpretada pelo sentido religioso, mas sim com a concepção de universal, de elites globalizadas.

O papel dos “*passeurs culturels*” consistia em conectar mundos, imaginários e recursos²⁷⁶. É de se ressaltar o protagonismo que alguns desses mediadores tiveram e o impacto que geraram no processo civilizatório, na criação e ordenamento de uma nova sociedade com várias dicotomias, pois se depararam com uma realidade pré-existente que refutava meras teorias. Por essa razão:

Converter em mediador cultural a Pando implica revelar um protótipo intelectual com uma sólida preparação acadêmica e uma mesma linha diretriz: **a criação da ordem política, partindo sempre da preexistência de uma circunstância e comunidade prévia, que seriam medianamente transformadas**²⁷⁷(grifamos).

O Autor relata sobre a vida e o papel de alguns mediadores como Rodrigo de Vivero, Martín Ignacio de Loyola, Bernardo de Balbuena, Juan de Torquemada, Juan de Palafox y Mendoza, Inca Garcilaso de la Vega, como os portugueses Henrique Garcés, Diego Couto, Salvador Correia de Sá, Cristóvão de Lisboa, ou como o italiano Francesco Carletti que, aparentemente, pouco ou nada tiveram em comum.

Se analisarmos a vida desses homens sistematicamente a partir de um ponto de vista nacionalista, ou com um enfoque religioso, social, econômico ou institucional, não vamos encontrar nada em comum entre eles, apenas indivíduos que perseguiram distintos objetivos em diferentes lugares no mundo.

Todavia, a realização de um estudo concentrado sobre sua função de “*passeurs*”, apresenta outra dimensão, podendo ser percebido que existe uma dinâmica comum que anima todos esses homens e que se relaciona com a de um universo em via de mundialização sob o impulso da Península Ibérica²⁷⁸.

Gruzinski propõe o estudo desses personagens através de um método comparativo, porém não com uma visão nacionalista e sistemática, mas sim a partir de uma visão global e a partir da *função de “passeurs”* que todos exercem em comum.

Os *passeurs* não eram apenas os Espanhóis ou Portugueses que chegavam ao Novo Mundo ou em outro continente, mas também os *criollos* - filhos de pais espanhóis nascidos no Novo Mundo - e os mestiços, como Inca Garcilaso de La Vega, filho de um Espanhol e de uma

²⁷⁶ GRUZINSKI, 2005a, p. 19.

²⁷⁷ GÁLVEZ, José Francisco. Entre dos mundos: José María del Pando, el hombre del orden. In: GODOY, Scarlet O’Phelan & SALAZAR-SOLER, Carmem (editoras). **Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX**. Lima: Instituto Riva-Agüero, 2005, p. 249-268, especialmente p. 249.

²⁷⁸ GRUZINSKI, 2005a, p. 17.

princesa Inca o qual levou suas obras para a Península. A comunicação entre os mundos não ocorria apenas diante de assuntos políticos, religiosos, econômicos ou diplomáticos, mas também através das artes, através dos cronistas, literatos, poetas, pintores. Para os *passeurs* o lugar de nascimento não era fator determinante, mas sim a mobilidade entre continentes que era fomentada através das redes internacionais de parentes, amigos, confrades, bem como através das redes institucionais constituídas pelas ordens religiosas.

4.6.2 Alguns exemplos de *passeurs culturels*

A seguir analisaremos alguns exemplos dos laços que unem esses homens através dos continentes e oceanos, bem como as funções que exercem.

FREI MARTÍN IGNACIO DE LOYOLA

Nasceu em meados do século XVI, de origem vasca e pertencia a Ordem religiosa Franciscana. Era sobrinho-neto de Santo Inácio. Seu primo, Martín García de Loyola, morreu sendo governador do Chile em 1598 e foi casado com Beatriz Clara Coya de Mendonza, herdeira da família imperial. Um de seus tios era duque de Lerma. Na qualidade de membro da Ordem Franciscana exerceu vários cargos, como por exemplo o de “Custódio de Macao e Malaca” e “Custódio do Rio da Prata”. Também foi Comissário do Santo Ofício no Rio da Prata. Esses laços familiares, religiosos e políticos formaram redes internacionais que viabilizaram a atuação do frei Martin em cenários distintos como China, Califórnia, Chile e o Rio da Prata.

Pode-se dizer que o frei Martin levou duas vidas sendo a primeira, de 1582 à 1588, desenvolveu-se na parte asiática da Monarquia católica onde se dedicou a preparar a cristianização na China²⁷⁹. Depois de ter vivido na China, entre os anos de 1582 e 1583 escreveu um relato que se tornou livro sob o título *Itinerario del custodio fray Martín Ignacio* em sua famosa *Historia de la China*.

A segunda fase de sua vida se deu em outro hemisfério, no Rio da Prata, entre os anos de 1595 à 1606 onde desenvolveu duas metas principais: a conversão da gentilidade no Paraguai e em Tucuman e a defesa dos interesses de Buenos Aires. Em 1600 o frei partiu para a Corte de Felipe III na qualidade de procurador do *cabildo*, quando obteve a conquista de resultados

²⁷⁹ GRUZINSKI, 2005a, p. 17-18.

concretos com a abertura do porto de Buenos Aires, decretada por uma cédula real de 1602. Nessa ocasião recebeu o Bispado do Rio da Prata²⁸⁰.

Verifica-se uma atuação globalizada do Frei Martin Ignacio de Loyola cujos campos de atividade ilustram bem o movimento contínuo de mundialização que animava as elites “católicas”, dando ao adjetivo “católico” o *sentido duplo* de sujeito da *Monarquia católica e universal*²⁸¹.

Frei Martin buscou conectar os negócios asiáticos e rio-pratenses através da abertura do porto de Buenos Aires, estabelecer a liberdade de comércio entre Buenos Aires, Brasil e Guiné. Assim, enfrentou os conflitos que dividiam portugueses e castelhanos dentro da Monarquia católica. Observa-se, contudo, que embora os portugueses e espanhóis estivessem separados institucionalmente, estavam unidos debaixo da mesma Coroa, porque eram todos súditos do Rei Felipe II²⁸²

RODRIGO DE VIVERO

Nasceu no México em 1564 e morreu em Tecamachalco em 1636. Era criollo, oriundo de família nobre, sua mãe havia herdado a encomenda de Tecamachalco e seu avô era casado com a irmã de Luís de Velasco, segundo vice-rei de Nova Espanha. Ocupou a presidência do Conselho das Índias, depois de reinar duas vezes na Nova Espanha e uma vez no Peru. Sua esposa era da família de Martin de Yrcio, que foi um dos primeiros descobridores e conquistadores da Nova Espanha. Possuía um irmão que era qualificador do Santo Ofício e um filho natural na Companhia de Jesus.

Rodrigo de Vivero foi diplomático no seu comando, um alto burocrata, um soldado e um homem de negócios que deixou no dia de sua morte uma fortuna de mais de 360.000 pesos²⁸³. Foi governador *ad interim* nas Filipinas em 1608. Em 1609, quando deixava as Filipinas, seu barco naufragou, quando conheceu o Japão e desenvolveu projetos que estabeleciam aliança entre o Japão e a Nova Espanha. Realizou intercâmbios econômicos e tecnológicos entre ambos os reinos. Havia 300.000 japoneses cristãos que estavam inseridos no contexto da Monarquia católica. Interveio na esfera militar preconizando a expulsão dos

²⁸⁰ GRUZINSKI, 2005a, p. 17.

²⁸¹ Ibidem, p. 18.

²⁸² Ibidem, p. 19.

²⁸³ Ibidem, p. 21.

holandeses hereges da Virgínia. Na América, a partir de 1620, ocupou o cargo da Audiência do Panamá e reorganizou as rotas econômicas entre Peru, América Central e o Caribe.

Preocupava-se tanto com o global quanto com o local, o que se evidenciava na defesa dos indígenas do México, que deviam ser tratados como homens livres e os *criollos*, a quem dava preferência para ocupação de cargos de empregos americanos, por conhecerem melhor as Índias²⁸⁴. Para Vivero, a Monarquia deve repousar sobre princípios legalistas que exigem a aplicação das leis, a luta contra a fraude, a persecução dos incompetentes e a proteção das populações indígenas²⁸⁵. Esse *criollo* opõe-se às práticas de “repartimento”, a política das “congregações”, que em seis anos havia causado o desaparecimento de mais de 500.000 indígenas.

SALVADOR CORREIA DE SÁ

Português, nascido em Cádiz em 1602, atuou no Peru, na África, nas minas de Potosi a Angola e também no Rio de Janeiro. Era filho e neto de governadores do Rio de Janeiro e também foi encomendero em Tucuman. Sua atuação intercontinental se baseava em uma reivindicação local, que era reforçar o controle dos portugueses do Rio de Janeiro sobre o sul da América e o Atlântico Sul²⁸⁶.

Em 1637 foi governador da capitania do Rio de Janeiro, onde sucedeu ao seu pai. Em 1643 foi nomeado por Juan IV governador das frotas do Brasil e, logo em seguida, membro do Conselho de Ultramar. Quatro anos mais tarde organiza uma expedição militar rumo à África a fim de reconquistar Angola, que estava em poder dos Holandeses desde 1641.²⁸⁷ Em três meses reconquista Angola e realiza um tratado de paz com o rei do Congo e governa essa terra até 1652. Contudo, como era carioca, não deixa de reforçar as forças territoriais do governo do Rio de Janeiro e, em 1659, obtém o título de capitão geral da repartição do Sul²⁸⁸.

Os “passeurs” não se limitaram a difundir a mundialização ibérica no âmbito da guerra, da diplomacia e da cristianização, mas também a difundiram na área das artes, da literatura, da

²⁸⁴ GRUZINSKI, 2005a, p. 23.

²⁸⁵ GRUZINSKI, 2010, p. 297.

²⁸⁶ GRUZINSKI, 2005a, p. 24.

²⁸⁷ GRUZINSKI, 2010, p.299.

²⁸⁸ Ibidem, p. 300. Na sequência, afirma o autor que “esse carioca híbrido, habituado a evoluir entre os continentes, oferece uma ilustração espetacular das elites mundializadas cujo florescimento favoreceu à monarquia. Sua extraordinária capacidade de iniciativa se alimenta de uma aguda percepção das relações que havia de se desenvolver entre as diferentes partes do mundo. A exploração das três principais fontes de riqueza do hemisfério sul, a prata dos Andes, o açúcar do Brasil e o ébano da África – exigia para estabelecer a conexão platense; e sua articulação com a conexão africana” (Ibidem, p. 301).

poesia e, como exemplo, o poeta Bernardo de Balbuena, Henrique Garcés, Luís de Camões, dentre outros.

HENRIQUE GARCÉS

Foi chamado de “múltiplo homem do Renascimento” por Theodoro Hampe. Nasceu em 1525 e realizou sua obra até o fim do século XVI. Foi mineiro e teve um papel crucial na difusão e no melhoramento das técnicas de extração da prata e na técnica de amalgamação. Também foi livreiro, tradutor, mercador de papéis e livros²⁸⁹.

Dentre as obras que traduziu em sua estada na América, estão as de Petrarca e de Camões. Difundiu suas traduções em Lima e em Madri. Destaca-se o fato de que essas traduções se deram fora da Península Ibérica, fora da Europa, dentro de um contexto radicalmente novo e, por isso, sua obra não pode ser considerada estritamente europeia. Seu trabalho é considerado como uma obra “ocidental”.

BERNARDO DE BALBUENA

Nasceu em 1562, em La Mancha, Valdepeñas. Ainda jovem viveu vários anos no ocidente da Nova Espanha, como San Pedro Lagunillas, Guadalajara, San Miguel de Culiacan. Foi poeta e em 1604 publicou, no México, a obra “Grandeza Mexicana” e dois anos mais tarde retornou para Espanha, onde publicou “Siglo de Oro en las selvas de Erífle”. Recebeu cargos nas Índias até obter o bispado em 1619.

4.7 A Ocidentalização

O processo de colonização da América Espanhola não foi apenas um processo de hispanização ou de aculturação. Ocorreu de forma mais complexa, levando Gruzinski a utilizar as expressões de projeção e de ocidentalização. Trata-se de um mundo caótico com realidades contraditórias, uma sociedade fractal²⁹⁰ *lato sensu*.

²⁸⁹ GRUZINSKI, 2005a, p. 25.

²⁹⁰ Sociedade fractal *stricto sensu* refere-se ao México no período de 1520 (a guerra e a conquista) a 1530-31. (GRUZINSKI, Serge. Do Barroco ao Neobarroco: fontes coloniais dos tempos pós-modernos. In. CHIAPPINI, Lígia & AGUIAR, Flávio Wolf de (orgs.). **Literatura e História na América Latina**: Seminário Internacional, 9 a 13 de setembro de 1991. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993, p. 75-89 (palestra) e 94-98 (resposta às perguntas, especialmente p. 96).

O conceito de ocidentalização não significa o êxito da cultura ocidental; significa estudar quais foram as respostas, as reações dos vencidos, dos mestiços e dos próprios europeus que viviam esse processo na América; significa uma visão dinâmica. Gruzinski fala de ocidentalização para não falar de aculturação²⁹¹.

Aculturação é um termo neutro; já quando se fala em ocidentalização é preciso reconhecer que a finalidade desse processo é o de tornar a população mais ocidental que o próprio ocidental, queira ela ou não.

Aculturação é um processo segundo o qual a cultura de uma sociedade é modificada pelo contato com outra cultura: uma aculturação pode ser dirigida mas pode igualmente acontecer de forma espontânea e a revelia dos grupos envolvidos²⁹².

A ocidentalização não foi apenas a irrupção destrutiva ou um empreendimento normalizador, já que participou da criação de formas mestiças de expressão. Durante a colonização, os espanhóis realizaram negociações ininterruptas, uma sequência de compromissos com a realidade indígena²⁹³.

Como exemplos destas negociações pode-se citar a questão dos cantos e das danças indígenas que os evangelizadores consideravam indispensáveis à vida social. Era, porém, necessário encontrar um elemento balizador para que essas práticas, profanas ou sagradas, fossem aceitáveis. A Cartografia colonial é outro exemplo, no qual os espanhóis mandaram que os pintores indígenas realizassem seus mapas, admitindo que neles fossem escritos símbolos indígenas característicos da região, que representavam bem os territórios.

Os mapas indígenas da segunda metade do século XVI sintetizam os esforços dos diferentes grupos, caciques, *encomenderos* espanhóis, “colonos” europeus e funcionários da Coroa - que procuravam repartir o controle do território, já que os espanhóis deixavam uma margem de manobra considerável aos interlocutores indígenas, e estes garantiam a inserção de suas comunidades no sistema jurídico castelhano e nas novas circunscrições administrativas²⁹⁴.

A ocidentalização inexoravelmente está associada ao processo de mestiçagem²⁹⁵. Lembre-se que a mestiçagem está para além do aspecto biológico, como o demonstra o impacto que as mestiçagens, através da arte, geraram no imaginário de todos habitantes deste Mundo Novo.

O poeta castelhano Gonzáles de Eslava apresentou Jesus Cristo com traços de uma licorne, na melhor tradição ocidental. Na mesma época e na mesma cidade, inspirando-se na tradição pré-hispânica, a *Psalmódia*, do franciscano Bernardino de Sahagún, faz do Menino

²⁹¹ GRUZINSKI, 1993, p. 95.

²⁹² GRUZINSKI & BERNAND, 1997, p. 593.

²⁹³ GRUZINSKI, 2001b, pp. 294-295.

²⁹⁴ Ibidem, pp. 295-296.

²⁹⁵ Ibidem, p. 297.

Jesus um jade precioso cintilando como o sol e da Virgem Maria uma flor que brilha nos clarões da aurora. Os anjos que acolhem Jesus no céu anjos colheiros róseos divinos²⁹⁶.

Essas associações de Sahagún dão-se em conformidade com a fórmula *teoyotica*, que em náuatle significa “à maneira divina”, ou seja, “num sentido sagrado”²⁹⁷.

Explícita ou implícita, a fórmula liga todas as evocações tiradas da tradição ameríndia a uma transcendência cristã, que conduz diretamente ao Deus único e todo-poderoso, desde que os neófitos tenham previamente assimilado as noções cristãs da divindade, do sagrado e do sobrenatural²⁹⁸.

No meio desta hegemonia, as primeiras esferas que ficaram expostas à ocidentalização foram as da nobreza indígena, porque as certezas, os pontos de referência, de identidade em que esta classe dominante estava apoiada teve grande impacto com os espanhóis que lhes inculcavam o seu próprio enfoque da realidade²⁹⁹.

A execração e a proibição da Idolatria, por exemplo, não foi a oposição de um culto (cristianismo) contra o outro (idolatria), mas sim através da disseminação da dúvida e da descrença inculcada nos sacerdotes indígenas com relação à autenticidade dos seus deuses, rompendo então com os costumes do passado e com toda cultura anterior que os deixou sem identidade. As estruturas de viabilidade do mundo indígena foram quebradas até mesmo com a adoção de novo calendário³⁰⁰.

Todavia não houve uma reação uniforme em relação à casta dos sacerdotes indígenas frente ao cristianismo, alguns escolheram a via do rechaço e da clandestinidade, enquanto outros se opuseram ao cristianismo, dando continuidade aos seus ritos religiosos, assumindo uma nova identidade de idólatras.

Os sacerdotes indígenas que não se conformaram com o choque da ruptura e da perda da identidade ancestral opuseram-se ao cristianismo, utilizando os próprios argumentos ocidentais para “denunciar” o Deus cristão, pois diziam que assim como o clero espanhol estava dividido entre as ordens franciscanas, augustianas e dominicanas, eles também possuíam o direito à diferença, cada um podendo viver conforme à lei que escolhesse e da forma que quisesse.

²⁹⁶ GRUZINSKI, 2001b, p. 298.

²⁹⁷ Ibidem, p. 299.

²⁹⁸ Ibidem, p. 299.

²⁹⁹ GRUZINSKI, Serge. La red agujereada. Indentidades etnicas y occidentalización en el México Colonial (siglos XVI-XIX). **América Indígena**, Buenos Aires, Vol. XLVI, n. 3, jul-sep. 1986b, p. 411-433, especialmente p. 412. Disponível em: <http://www.fmmeduccion.com.ar/Bibliotecadigital/Gruzinski_redagujereada.pdf>. Acesso em 10 fev. 2014.

³⁰⁰ GRUZINSKI, 1986b, p. 412.

Assim, pela primeira vez, houve um rompimento da homogeneidade religiosa do mundo mesoamericano, dividindo-o entre cristãos e idólatras³⁰¹.

Após a fase da conquista, por volta de 1550, novas gerações dos nobres indígenas chegaram ao poder. Eles foram educados pelos franciscanos e convertidos à fé cristã. Adaptaram-se às novas regras do jogo para salvaguardar o patrimônio, a memória e os privilégios que já gozaram no passado. Sabiam que eram indispensáveis para comunicação entre esses dois mundos, pois eram os intermediários e possuíam o apoio das ordens religiosas que neste período eram uma força poderosa no México, no século XVI³⁰².

Tiveram, assim, que construir uma dupla identidade, para conciliar a visão do seu mundo ameríndio com a realidade do mundo colonial, tanto quanto poderiam atuar e como os espanhóis também poderiam percebê-la, o de fidalgo ibérico ou o de vassalo do rei.

Tanto os nobres cristianizados quanto os nobres idólatras se questionaram sobre o que fazer em relação ao passado anterior à conquista, porque se o considerassem uma tábua rasa atentariam contra a origem, o fundamento e a gênese destes senhores³⁰³.

Os nomes que os indígenas adotavam assumiam essa dupla identidade indígena e cristã, conjugando o antigo e o novo, como no exemplo: “Don Domingo Francisco de San Antón Muñón Chimalpahin Cuauhtlehuanitzin.”

Don = título de pessoa que possuía uma linhagem;

Domingo Francisco = era nome de batismo;

San Antón = evocava a Santo Antonia Abad, capela a que pertencia o sujeito;

Muñón= aludia ao sobrenome dos seus protetores espanhóis;

Chimalpahin Cuauhtlehuanitzin = nome dos seus antepassados paterno e materno³⁰⁴.

Essa nova identidade que era estabelecida, “nós” os índios e “eles” os espanhóis, na realidade era um processo de classe com relação à nobreza, enquanto esses novos modos de expressão se distanciavam e eram alheios do grosso da população indígena³⁰⁵.

Todavia, no século XVII, todas as transformações que ocorriam neste cenário não foram tão simples com relação à identidade “nós e eles”, mas complexas, porque houve uma catastrófica redução da população indígena, um aumento da população espanhola e o aparecimento dos mestiços, que eram algo novo, surgindo novas preocupações para a Igreja e os caciques otomies entraram em franca decadência.

³⁰¹ GRUZINSKI, 1986b, p. 412.

³⁰² Ibidem, p. 413.

³⁰³ Ibidem, p. 413.

³⁰⁴ Ibidem, p. 413.

³⁰⁵ Ibidem, p. 414.

4.8 Identidades Étnicas

Com relação à identidade indígena, os espanhóis criaram a terminologia “índio” como uma forma de menosprezá-los. Foi uma invenção do Ocidente e continua sendo até os dias de hoje. Os europeus resumem em uma só palavra todo o processo paulatino de ocidentalização empreendido pela colonização espanhola, que se perpetuou até mesmo após a independência³⁰⁶.

As populações do altiplano do México não assumiram a identidade indígena com o mesmo menosprezo que os ocidentais assumiram, na realidade possuíam orgulho de serem índios, conforme se verifica através da leitura inicial do testamento de um otomí de Amanalco: “*Digo yo, Miguel de Santiago, que soy índio legítimo de nación porque fue gusto de mi Dios y Señor hacerme índio, por lo cual le doy infinitas gracias*”³⁰⁷.

Gruzinski questiona se os nativos tiveram consciência de que se tornaram “índios” De que forma se operou esta transformação? Como construíram uma nova identidade no meio dos processos de aculturação e ocidentalização?

As sociedades mesoamericanas eram tão complexas e estratificadas quanto as do Velho Mundo, as distâncias culturais e intelectuais que separavam as pinturas dos códices com a rusticidade dos indígenas, poderiam ser comparadas com o mesmo distanciamento que havia entre os clérigos europeus e as massas populares³⁰⁸.

4.9 Adaptações indígenas aos empréstimos culturais hispânicos

Os empréstimos de elementos culturais hispânicos pelos nativos não constituem perda ou declínio da cultura indígena, mas sim uma demonstração de adaptabilidade e vitalidade. Os nativos encaravam as incorporações de palavras, conceitos, métodos matemáticos, formas de culto, técnicas de construção e planejamento urbano oriundos dos espanhóis como parte integrante das práticas e costumes comunitários, de forma que estes não eram vistos como sendo nem hispânicos nem nativos, sendo compreendidos como locais³⁰⁹.

A partir de 1492 até o século XVII, houve um rápido declínio da população indígena em decorrência das epidemias. Houve a morte de aproximadamente quarenta milhões de

³⁰⁶ GRUZINSKI, 1986b, p. 411.

³⁰⁷ MÉXICO. Archivos General de la Nación. México: Ramo Tierra, v. 2554, expediente 14, s.d., *apud* GRUZINSKI, 1986b, p. 411.

³⁰⁸ GRUZINSKI, 1986b, p. 412.

³⁰⁹ RESTALL, 2006, pp. 216-217.

peças em apenas um século. Não se trata de uma campanha genocida adotada pelos espanhóis, até mesmo porque esses se preocuparam com tantas mortes de seus tributários. Foram promulgados vários éditos pela Coroa com o intuito de salvar os indígenas³¹⁰.

Na realidade, para aqueles que sobreviveram, surgiram várias oportunidades, sendo algumas de ordem política, gerando-se uma relativa estabilidade para a elite governante de Yucatán e em várias regiões da América espanhola³¹¹.

A retração demográfica não implicou um declínio cultural. Ao contrário, as culturas nativas desenvolveram-se mais rapidamente e de forma mais radical em decorrência da exposição à cultura hispânica e à necessidade de adaptação às novas tecnologias, demandas e procedimentos³¹².

Os indígenas não mergulharam na depressão e na inatividade em virtude da Conquista. Pelo contrário, empenharam-se com tenacidade por maneiras de dar continuidade aos seus estilos de vida locais e aprimorar sua qualidade de vida, mesmo em face das transformações e dificuldades coloniais³¹³.

Os espanhóis que vieram para América não visavam propriedades, queriam obter uma encomenda. No século XVI havia muito mais terras à disposição dos indígenas do que antes da conquista. A incorporação das ferramentas de ferro e aço, de produtos agrícolas e de animais domesticados introduzidos pelos espanhóis geraram novas oportunidades para trabalhar a terra³¹⁴.

4.10 Fatores que elucidam o resultado da Conquista

Matthew Restall atribui o resultado da Conquista espanhola a cinco fatores: **as enfermidades e as epidemias, a desunião entre os nativos, o aço espanhol, a cultura bélica dos espanhóis era ignorada pelos povos mesoamericanos e o contexto de expansão ultramarina.**

O primeiro fator que muito contribuiu para a vitória da conquista são as **enfermidades e as epidemias**, dentre elas a varíola, o sarampo e a gripe, que foram trazidas pelos europeus e pelos africanos a partir da sua chegada nas Américas. Os europeus e os africanos tinham desenvolvido maior imunidade do que os indígenas, que ficaram sem esse contato por mais de

³¹⁰ RESTALL, 2006, p. 217.

³¹¹ Ibidem, p. 218.

³¹² Ibidem, p. 219.

³¹³ Ibidem, p. 219.

³¹⁴ Ibidem, p. 219.

dez mil anos. **A capital asteca caiu não pela força das armas hispânicas, mas sim devido a doença e à praga³¹⁵.**

O segundo fator que contribuiu para a vitória da conquista é **a desunião entre os nativos** em suas inúmeras formas de manifestação. A identidade indígena era um fenômeno extremamente localizado, porque os nativos viam-se como membros de determinada comunidade ou cidade-estado, sem consciência de sua pertença a um grupo étnico maior. Os espanhóis se valeram dessa desunião e a fomentaram inúmeras vezes, obtendo vantagens sobre seus adversários³¹⁶.

A desunião apresentava-se de diversas formas, dentre elas a atuação dos intérpretes e a colaboração dos governantes nativos que buscavam beneficiar as suas próprias dinastias e comunidades em detrimento das comunidades vizinhas³¹⁷.

O terceiro fator que contribuiu para a vitória espanhola foi **o aço espanhol**. Fala-se que os espanhóis tiveram cinco vantagens militares, quais sejam: as armas de fogo, o aço, os cavalos, os cães de guerra e a competência tática. Todavia, na medida em que o tempo foi passando, houve um decréscimo da importância destas vantagens, uma vez que os indígenas que não haviam sido subjugados adquiriram a mesma tecnologia³¹⁸.

A teoria dos benefícios auferidos pelo armamento bélico que os espanhóis possuíam era muito diferente de sua aplicação prática. As armas de fogo eram difíceis de serem transportadas e não eram práticas. Além disso o clima tropical ou subtropical gerava muita umidade, o que deixava a pólvora molhada demais para explodir. **As únicas armas que de fato tiveram uma eficácia indubitável foram as espadas de aço que valiam mais do que os cavalos, armas de fogo e um mastim juntos.**

Essa trilogia – doenças, desunião e o aço espanhol – responde por boa parte do resultado da Conquista. Basta remover um de seus elementos para que a probabilidade de fracasso das expedições lideradas por Cortés, Pizarro e outros fique muito alta³¹⁹.

Também vale acrescentar mais dois fatores que contribuíram para a vitória dos espanhóis: **a cultura bélica dos espanhóis era ignorada pelos povos mesoamericanos**. Os astecas tinham uma visão sazonal da guerra, pois havia tempo de plantar, tempo de colher e tempo de guerrear. Realizavam certas cerimônias antes das batalhas, o que eliminava a possibilidade de ataques surpresa. Ao invés de matar o inimigo espanhol no ato, capturavam-

³¹⁵ RESTALL, 2006, p. 235.

³¹⁶ O número de nativos aliados à causa hispânica, crucial para a Conquista, quase sempre superava muitas vezes o de membros espanhóis e africanos de cada expedição. Sua participação, salvaguardando companhias do desastre e virando o jogo nas guerras da Conquista, não poderia ser mais significativa (RESTALL, 2006, p. 237).

³¹⁷ RESTALL, 2006, p. 237.

³¹⁸ Ibidem, p. 238.

³¹⁹ Ibidem, p. 240.

no para posterior execução através de um ritual. Os guerreiros sentiam-se reciprocamente ultrajados; os espanhóis porque não compreendiam os sacrifícios e os astecas porque viam como desrespeito o assassinato em massa dos nativos, dentre eles não combatentes, bem como as mortes à distância³²⁰.

Além de os nativos estarem lutando em suas próprias terras, também estavam defendendo a vida de suas famílias e seus lares, ficando predispostos a evitar guerras e a negociar³²¹.

Por fim, **a Conquista espanhola só pode ser compreendida se analisada dentro de um contexto histórico mais amplo de expansão ultramarina** e sem o pré julgamento de que existe alguma superioridade dos espanhóis ou da Europa Ocidental. No caso, se vê um complexo fenômeno da história mundial que transcende as peculiaridades da Conquista espanhola das Américas³²².

A Conquista foi um processo demasiado amplo e complexo para ser entendido em termos de suposta e simples “superioridade” dos espanhóis sobre outros grupos de indivíduos.

³²⁰ RESTALL, 2006, pp. 241-242.

³²¹ Ibidem, pp. 241-242.

³²² Ibidem, p. 242.

5 INSTITUIÇÕES JURÍDICO-POLÍTICAS HISPANO-COLONIAIS

5.1 Os *Adelantados*

Adelantado era o título concedido ao descobridor ou ao futuro descobridor de um território particular cuja conquista ele efetuava³²³.

O termo *adelantado* designa, literalmente, “o que está adiante”. No início da colonização espanhola, esse era o cargo do chefe de expedições militares incumbido de tomar posse de territórios, mediante a celebração de um contrato, de iniciativa privada, com a Coroa espanhola³²⁴.

Como exemplo de *adelantado*, apresentamos Pedro Mendonza que era veterano comandante das tropas reais de Carlos V. Interessado em fazer fortuna na América, Mendonza realizou um contrato de *adelantado* com o Rei, no qual declarava que tinha muita vontade de servir à Coroa. Ficava, porém, ressalvado expressamente que, em nenhum momento, seria ressarcido das despesas que tivesse, ficando tudo a custas e expensas privadas³²⁵.

Como a busca da prata estava vinculada a uma relação monetária com o Rei, recebia em troca o reconhecimento da soberania através do título de “*nosso governador e capitão-geral das ditas províncias e povos*”, caracterizando um contrato feudal. Além do direito de governar possuía:

o controle da justiça, no cargo de *aguazil*; o direito de fundar três fortalezas de pedras, transformadas em feudo que ele cederia ao seu bel-prazer em troca de vassalagem; a cobrança de impostos de toda espécie, retirando 4.000 ducados anuais como salário; o senhorio sobre “dez mil vassalos na dita governação”, com a promessa de um título de conde; privilégios fiscais em caso de “tornar cativo ou prender algum cacique, o senhor de todos os tesouros de ouro e prata”; o produto dos resgates (escambo) com nativos sem impostos; a autonomia para conceder títulos de de senhor ou de vizinho (súdito com direito a voto nas eleições locais das vilas ao redor das fortalezas)³²⁶.

O contrato de *adelantado* tinha caráter híbrido, pois enquanto algumas franquias eram temporárias, como o prazo para cumprimento do contrato; outras eram permanentes, como a concessão do senhorio das fortalezas e, outras, ainda, eram por tempo indefinido, como a indicação do sucessor³²⁷.

³²³ GRUZINSKI, Serge & BERNAND, Carmem. **História do Novo Mundo: da descoberta à conquista, uma experiência européia, 1492-1550**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 731.

³²⁴ CALDEIRA, Jorge. **O Banqueiro do Sertão**. São Paulo: Mameluco, 2006a, v. I: Mulheres no Caminho da Prata, p. 16.

³²⁵ Ibidem, v. I, p. 15.

³²⁶ Ibidem, v. I, p. 16.

³²⁷ Ibidem, v. I, p. 16.

5.2 Os Cabildos

Cabildo é uma palavra de origem latina, cuja origem longínqua é a palavra latina *capile*, que significa “cabeça”³²⁸. Sua origem mais próxima é o termo latino *capitulum*³²⁹, forma como a Igreja Romana denominava as reuniões onde se juntavam seus dirigentes para discutir assuntos religiosos em conformidade com os seus cânones.

Os *cabildos* eram os conselhos municipais, onde se exercia a administração, sendo a primeira instituição utilizada como instrumento de governo pelos espanhóis na América³³⁰. Eles respondiam a uma necessidade natural de ordem e de organização local e nasciam com as comunidades, tanto que, em 1519, Cortés instituiu o primeiro destes institutos no México.

Em 1519, é fundado, em Vera Cruz, o primeiro conselho municipal, ou *Cabildo* do México. Cortés é nomeado por Velázquez como *alcalde, justicia mayor e capitán general*, conferindo-lhe amplos poderes para conduzir uma expedição de Cuba rumo ao México.³³¹

Cortés comporta-se como senhor feudal ao conquistar o México, pois ele designa os membros do Conselho da Cidade do México e das principais aglomerações, na Nova Espanha. Os membros desses Conselhos Municipais ou *Cabildos* eram também *encomenderos*, que exerciam o controle das populações indígenas por intermédio dos caciques.

Com o uso acoplado da *encomienda* com as instituições coletivas tradicionais - os *alcaldes*, os *regidores*, os *Cabildos* e os procuradores, que deviam representar os habitantes – Cortés pretende claramente criar enclaves que manipulará segundo a sua vontade. Na realidade, apesar de dizer que os indígenas eram vassallos do rei, buscou instaurar um enquadramento senhorial e municipal que colocasse as comunidades indígenas sob o controle dos novos senhores locais, que eram os conquistadores³³².

Dessa forma, a Coroa não possuía nem o controle direto que almejava sobre espanhóis e indígenas, nem em relação ao recebimento direto dos tributos. Como estratégia para obter

³²⁸ MONLAU, Pedro Felipe. **Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana (ensayo)**. Precedido de unos rudimentos de etimología. Madri: M. Rivadeneyra, 1856, p. 217.

³²⁹ OXFORD UNIVERSITY. **Oxford Dictionaries**. Oxford: Oxford University, 2013. Disponível em: <http://www.oxforddictionaries.com/us/definition/american_english/cabildo>. Acesso em: 01 mar. 2014.

³³⁰ RAMINELLI, Ronald. A Monarquia Católica e os Poderes Locais no Novo Mundo. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, jul. 2011, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANPUH, jul. 2011, p. 1-26, especialmente p. 4. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300565516_ARQUIVO_RRaminelli.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2013.

³³¹ GRUZINSKI, Serge & BERNAND, Carmem. **História do Novo Mundo: da descoberta à conquista, uma experiência europeia, 1492-1550**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997, p. 340.

³³² *Ibidem*, p. 372.

esse controle, envia um conselho de magistrados composto por cinco juízes e um presidente para colocar a autoridade do país sob a responsabilidade da 1ª Audiência³³³.

Face à corrupção desenfreada dos juízes da 1ª Audiência, essa é desconstituída, sendo criada, vários anos mais tarde, a 2ª Audiência, para corrigir os erros da primeira e para punir os corruptos.

Costumeiramente entende-se que somente a elite colonial, composta pelos senhores (*encomenderos*, militares, mineiros e fazendeiros) é que poderiam integrar os Conselhos Municipais, sendo que os indígenas ou mestiços estariam impedidos de participar deles.

Do *cabildo*, porém, estavam excluídos os índios, os mestiços e os afrodescendentes, pois não atendiam as condições necessárias para governar a cidade. O principal impedimento era impureza do sangue ou a falta de qualidade [...] Por lei, a mestiçagem, racial e étnica, não era tolerada nas elites locais espanholas³³⁴;

Todavia, nem sempre foi assim, pois na primeira fase da Conquista, nobres indígenas também integraram os *Cabildos*, haja vista que Cortés nomeia Rodrigo da Paz, filho de Montezuma, como *alguacil mayor* da cidade do México³³⁵.

Os *cabildos*, dependendo do tempo e da localidade onde foram instituídos, se moldavam com base nas necessidades reais, de forma heterogênea, em relação às atividades exercidas no mesmo para administração da comunidade haja vista que no sul, nas reduções administradas pelos jesuítas, foi utilizado como espaço para que os indígenas tivessem contato com a escrita.

Nas reduções administradas pelos jesuítas, o idioma guarani foi preservado devido à sua “redução gramatical”, sendo esta a única língua falada e escrita nas missões, com características de língua semi-oficial. O uso da língua guarani para a evangelização implicou na produção de uma enorme quantidade de textos e documentos nesse idioma. No início do século XVII, com a fundação das primeiras reduções administradas pelos jesuítas no Paraguai, logo começaram a funcionar os *Cabildos* indígenas, uma modalidade de conselho, ou seja, um espaço privilegiado para o contato com a escrita. Tais locais foram uma adaptação dos *Cabildos* espanhóis para acomodar a elite nativa e, assim, aproveitá-la no gerenciamento da população³³⁶.

Os nativos adotaram os *cabildos* como uma instituição local e não como produto do colonialismo³³⁷.

Matthew Restall sustenta que as elites indígenas apenas simularam criar *cabildos* ao estilo hispânico e que as eleições, quando ocorriam, eram na realidade uma mera formalidade, adotada para encobrir as manobras de alternância entre as diversas facções no poder. Foram adotados títulos espanhóis como o de *alcalde* e *regidor*, mas as funções de cada cargo seguiam

³³³ GRUZINSKI & BERNAND, 1997, p. 385.

³³⁴ RAMINELLI, 2011, p. 6.

³³⁵ GRUZINSKI & BERNAND, 1997, p. 267.

³³⁶ NEUMANN, Eduardo S. De letra de índios: cultura escrita e memória indígena nas reduções guaranis do Paraguai. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.177-196, especialmente pp. 181-182, jan/jun 2009.

³³⁷ RESTALL, 2006, p. 216.

as tradições locais, pois em muitos *cabildos* encontravam-se membros com títulos anteriores à Conquista³³⁸.

Em alguns casos os governadores municipais eram designados pelos espanhóis, mas era muito mais comum que os governantes nativos continuassem a operar do mesmo modo como antes da Conquista, chegando a manter títulos pré-coloniais e a vitaliciedade e legando o cargo aos filhos³³⁹.

Os empréstimos de elementos culturais hispânicos pelos nativos são na realidade uma demonstração de adaptabilidade à criação do Novo Mundo³⁴⁰.

5.3 Os *Repartimientos* e as *Encomiendas*

A *encomienda* praticada na América era diferente da *encomienda* ibérica pois essa consistia em distribuir vilas e terras mouras aos conquistadores cristãos, enquanto na América a encomenda deixou de corresponder a uma dotação de terras.

O *encomendero*, ao invés de receber terras, era beneficiário do trabalho forçado dos indígenas, recebendo tributos além do serviço pessoal. Em troca o *encomendero* tinha que prestar assistência material e religiosa³⁴¹.

O *repartimiento* e a encomenda podem ser utilizados como sinônimos, porém os *repartimientos* estão mais relacionados com a distribuição e as encomendas com as responsabilidades do titular.

Embora os primeiros conquistadores espanhóis, muitos dos quais se tornaram *encomenderos*, constituíssem embrião de uma “aristocracia natural”, houve grande dificuldade para a sua manutenção e desenvolvimento. Esta “aristocracia natural” necessitaria de contínuos reforços e substituições pelos que chegavam depois e que possuíam dinheiro ou conexões para adquirir terras e *encomiendas*, ou pelo casamento com a viúva ou com a filha de um *encomendero* ou conquistador³⁴².

Os descobridores logo verificaram que a prática da rapina era ineficiente, o que levou o governo a escolher, como conquistadores, pessoas com capacidade administrativa³⁴³.

Cortés, embora também tenha demonstrado, em algumas ocasiões, conduta brutal e implacável, evitou utilizar violência desnecessária. Falhou em várias ocasiões, por exemplo,

³³⁸ RESTALL, 2006, p. 216.

³³⁹ Ibidem, p. 216.

³⁴⁰ Ibidem, p. 216.

³⁴¹ GRUZINSKI & BERNAND, 2006, p. 275 e 606.

³⁴² ELLIOT, 2006, p. 163.

³⁴³ Ibidem, p. 21.

com Pedrarias Dávila, governador de Darien em 1513, que foi assassinado no istmo do Panamá juntamente com todo o seu bando de saqueadores³⁴⁴.

Cortés foi chamado, juntamente com seu parente distante Nicolás de Ovando, nomeado governador em 1501, para organizar Hispaniola (Haiti) e restaurá-la da anarquia em que havia sido deixada pelos irmãos Colombo. Oito anos depois, em 1509, tinham sido fundadas 17 pequenas cidades e os índios sido arregimentados para o trabalho pelo sistema do *repartimiento*³⁴⁵.

Cortés e Pizarro, assim como seus sucessores, utilizaram uma complexa rede de alianças com os índios, colocando-os uns contra os outros³⁴⁶.

A *encomenda* está envolvida na discussão acerca da capacidade racional dos índios e da legalidade de sua redução à escravidão.

Aristóteles tinha ensinado os europeus a ver o homem como um ser social, mas reconhecia que havia alguns homens tão selvagens e ferozes, que viviam solitários nas florestas, sem o benefício nem da religião nem das instituições sociais. Este conjunto de ideias sobre o homem e a sociedade proporcionaram o padrão imperfeito de referência utilizado pelos europeus para enquadrar os povos nativos da América³⁴⁷.

Desde o início havia franca discórdia acerca da natureza dos nativos americanos. No geral, a imagem do índio inocente era geralmente mantida pelos europeus que nunca tinham visto um nativo. Europeus que tinham mantido um contato prolongado com eles podiam tanto aceitar essa visão como passar abruptamente para o lado oposto. O tema da bestialidade dos índios, alternado com o da sua inocência, perpassa as obras produzidas logo após o descobrimento e a conquista, embora não seja claro que mesmo os maiores defensores da tese da bestialidade indígena chegassem ao ponto de negar-lhe a natureza humana³⁴⁸.

O Papa Paulo III, em sua bula *Sublimis Deus*, de 1537, proclamou claramente que os índios eram verdadeiros homens e, como tais, passíveis de serem convertidos. A tradição cristã definia *homem* como ser capaz de receber a graça divina e a tradição clássica o definia como um ser racional. Era geralmente aceito, especialmente após a bula *Sublimis Deus*, que os nativos americanos satisfaziam ambos critérios para serem incluídos na espécie humana, mas o grau com que estes critérios eram satisfeitos era objeto de contínuo debate³⁴⁹.

³⁴⁴ ELLIOT, 2006, p. 20.

³⁴⁵ Ibidem, p. 21.

³⁴⁶ Ibidem, pp. 63-64.

³⁴⁷ ELLIOT, 1992, p. 42.

³⁴⁸ Ibidem, pp. 42-43.

³⁴⁹ Ibidem, p. 43.

Católicos e protestantes concordavam que os índios davam amplas provas de desconfiança religiosa, por isso o grau de racionalidade encontrado entre os índios era objeto de discussão quanto a sua capacidade de receberem a fé³⁵⁰.

Os defensores da tese da inferioridade dos índios não se baseavam na sua cor, que não tinha, no século XVI, a conotação que adquiriria posteriormente, mas no tamanho e na espessura de seus crânios, que era vista como uma deformação, indicando a existência, pelo menos entre os colonos espanhóis, de uma teoria biológica que embasava a teoria aristotélica de Sepúlveda da servidão natural dos índios, em decorrência de sua inferioridade em relação aos espanhóis enquanto seres racionais³⁵¹.

A relação entre a bestialidade, a irracionalidade e o barbarismo era simples, e aqueles que a utilizavam puderam estabelecer uma doutrina aristotélica para justificar a dominação espanhola sobre os índios como natural e necessária³⁵².

Para contestar a visão dos índios como seres incapazes de conduzir-se conforme a razão era necessário produzir provas da racionalidade dos índios. Foi essa busca de provas que ajudou a moldar o conceito de homem civilizado. Las Casas apontava para a arquitetura mexicana, mas os feitos arquitetônicos eram apenas um dentre muitos indicativos da capacidade para a vida social e política que tanto impressionaram os vários observadores europeus do cenário americano³⁵³.

A Coroa hesitava em entregar *encomiendas* vitalícias, não aceitando a proposta de Colombo de escravizar os Índios, pois Isabel, sob a influência do seu confessor Cisneros, considerava que estes eram “*súditos livres e isentos de servidão*”³⁵⁴.

Uma junta especial, reunida em 18/01/1545, reformulou a lei XXX das *Leyes Nuevas*, proibindo a criação de novas *encomiendas* e a incorporação à Coroa de Castela dos índios cujos *encomenderos* fossem falecendo. Surgia a discussão acerca da perpetuidade das encomendas. Levando em consideração os pareceres da Junta, o Imperador Carlos V revogou a *Ley Nueva* XXX, em 20/10/1545, enfraquecendo as esperanças de Las Casas e muitos outros, e vedava a conversão à força, buscando garanti-la como ato de fé³⁵⁵.

³⁵⁰ ELLIOT, 1992, p. 43.

³⁵¹ Ibidem, pp. 43-44.

³⁵² Ibidem, p. 44.

³⁵³ Ibidem, pp. 44-45.

³⁵⁴ GRUZINSKI & BERNAND, 2006, p. 361 e 607.

³⁵⁵ RUIZ, Rafael. **Francisco de Vitória e os direitos dos índios americanos**: a evolução da legislação indígena castelhana no século XVI. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002, pp. 128-132.

5.4 As Audiências

Gruzinski define *audiencia* conforme segue:

Instituição de origem castelhana transposta para o Novo Mundo, a Audiência é o tribunal que exerce a maior autoridade nas Índias depois do vice-rei de quem constitui o contrapeso. Seus magistrados possuem o título de *oidores*.³⁵⁶

Da definição acima, verifica-se a importância das *audiencias* como órgãos de função preponderantemente judicial, que limitavam e controlavam os espanhóis com pretensões feudais, inclusive os vice-reis. As *audiencias* foram fundamentais na administração da América espanhola, especialmente na limitação de espanhóis violentos, cuja administração gerava anarquia, como os irmãos Colombo, ou que se dedicavam pura e simplesmente à rapina, como ocorria no Caribe com consequências funestas³⁵⁷.

As *audiencias* americanas diferiam das audiências da Península Ibérica pela assunção de funções políticas, administrativas e judiciais, mas a administração da justiça era sua função mais importante e característica, pois a política da coroa espanhola para o novo mundo era a de, sempre que possível, separar o governo da jurisdição, permitindo o controle mútuo³⁵⁸.

Gruzinski ensina que as *audiencias* eram também importantes órgãos administrativos, assumindo o governo na falta do vice-rei, tendo sido instaladas desde o início do século XVI.

Trata-se de uma peça fundamental da burocracia espanhola na América, assim como um elemento de estabilidade. A Audiência governa em caso de ausência do vice-rei ou na espera de sua nomeação ou de sua chegada. A primeira Audiência foi a de Hispaniola (1511). Foi criada sob a instigação de Rodríguez de Fonseca para conter a influência de Diego Colombo que tinha retomado as pretensões de seu pai, Cristóvão. Depois, foram fundadas as Audiências de México (1527), do Panamá (1538), da Guatemala (1543), de Lima (1543), de Guadalajara e Bogotá (1548), de La Plata de los Charcas (1559) e de Quito (1563)³⁵⁹.

A coroa buscou limitar tanto os descobridores como os conquistadores, retirando os grandes privilégios anteriormente concedidos a Colombo e afastando Cortés do caminho da coroa³⁶⁰.

Os conflitos entre os partidários de Cortés e os enviados da coroa ocorriam em um cenário onde a autoridade real era pouco presente, gerando uma institucionalidade incerta, na qual as ascensões e quedas se sucediam, passando do poder para a prisão e vice-versa, com muita facilidade. Com a expedição de Cortés para Honduras (1524-1526) o governo dos

³⁵⁶ GRUZINSKI & BERNAND, 1997, p. 596.

³⁵⁷ ELLIOT, 2006, p. 21

³⁵⁸ ELLIOT, 2002a, pp. 174-175.

³⁵⁹ GRUZINSKI & BERNAND, 1997, p. 596.

³⁶⁰ Ibidem, pp. 382-383.

européus na América começou a derivar, aproximando-se dos limites da anarquia e do golpe de Estado³⁶¹.

As *audiencias*, enviadas para reafirmar a autoridade real, por vezes se desviavam devido à corrupção dos seus integrantes. Em 1527, por exemplo, na instauração da primeira composição da segunda audiência instalada nas Américas, a audiência do México, presidida por Nuño de Guzmán e integrada por quatro juízes, que deveria moderar o poder de Cortés, decaiu diante de uma corrupção generalizada. O grupo do presidente Nuño de Guzmán lançou-se à caça de despojos e aproveitou-se dos bens de Cortés. Esta audiência foi encerrada em 1530, e o seu presidente abandonou a cidade para lançar-se à conquista da Nova Galiza, no noroeste mexicano. Os favores concedidos por Nuño foram anulados, o que gerou um caos indescritível, buscando retomar os índios para redistribuí-los, enquanto os *encomenderos* protestavam e pretendiam conservá-los³⁶².

Após a gestão desastrosa de Nuño de Guzmán, a coroa decide instalar uma segunda *audiencia*, um tribunal, sob a presidência do bispo de São Domingos, Ramírez de Fuenleal, em 1531. A *audiencia* buscou restabelecer a ordem, prendendo a administração anterior e devolvendo o montante extorquido. Para garantir o controle direto da coroa e cessar a outorga de *encomendas*, regulamentar (utilizou-se o termo *moderar*) o tributo e familiarizar os índios com o modo de vida espanhol, enquanto se respeitavam os costumes que ainda mereciam ser observados, Fuenleal foi o autor dos primeiros estudos etnográficos no México. A *audiencia* mostrou-se contrária à escravidão dos indígenas³⁶³.

As *audiencias* tinham a obrigação de amparar aos índios, considerados pelos espanhóis como “miseráveis no direito” e, portanto, como indivíduos de relativa incapacidade jurídica. Para tanto foram adotadas várias medidas concretas³⁶⁴.

Como as *audiencias* na América espanhola não tinham somente funções judiciais, mas também tarefas administrativas, o amparo aos indígenas operava em duas vertentes: na via judicial, envolvendo processos que versassem sobre interesses dos índios, e na via administrativa, buscando os magistrados velar por eles, como nas visitas às terras. A proteção aos índios era vista como um dever de piedade³⁶⁵.

³⁶¹ GRUZINSKI & BERNAND, 1997, pp. 383-384.

³⁶² Ibidem, pp. 385-386.

³⁶³ Ibidem, p. 402.

³⁶⁴ BRUNKE, José de lan Puente. Notas sobre la audiencia de Lima y la “protección de los naturales” (siglo XVII). In: GODOY, Scarlet O’Phelan & SALAZAR-SOLER, Carmen (editoras). **Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX**. Lima: Instituto Riva-Agüero, 2005, p. 231-248, especialmente p. 232.

³⁶⁵ BRUNKE, 2005, pp. 232-233.

As causas dos índios cabiam, em primeira instância, ao vice-rei. Buscava-se assegurar a prestação da justiça de modo rápido e eficaz³⁶⁶.

Apesar das *audiencias* terem a função de proteger aos índios, esta era apenas mais uma de suas muitas obrigações. Por isto, no final do século XVI foi criado o cargo de *Protector Fiscal*. Em 1591 foi ordenado que em todas as cidades em que houvesse uma *audiencia* o vice-rei ou o presidente nomeasse a um letrado que cuidasse das causas dos índios. A atuação dos protetores fiscais foi marcante, por exemplo, na questão da demarcação das terras e na legalização das terras tomadas irregularmente dos índios há mais de dez anos, em 1646³⁶⁷.

Os próprios índios, entretanto, tiveram notável habilidade para defender os seus interesses utilizando os recursos processuais do sistema jurídico vigente na América Hispânica³⁶⁸.

5.5 Os Vice-Reinados

Em meados do século XVI havia uma complexa cadeia de comando para o império espanhol das Índias. Iniciava no Conselho das Índias na Espanha, passando pelos vice-reinados na Cidade do México e em Lima, seguindo-se os oficiais do tesouro e os governos locais e municipais. Um sistema judicial paralelo descia de modo similar do Conselho das Índias aos vice-reinados e às várias audiências e oficiais judiciários. Todo esse sistema era fundamentado através de normas desenvolvidas em Castela, mas subsequentemente adaptadas, conforme a necessidade das ocasiões, às peculiaridades das índias³⁶⁹.

Na América Espanhola, apesar das índias serem um território conquistado, o Conselho das Índias não legislava em um vazio legal, pois as populações dos territórios conquistados, alguns deles aliados leais, como os Tlaxcalans do México central, que mereciam, em face desta aliança, um tratamento especial, possuíam seu próprio direito e costumes. Os espanhóis do século XVI tinham um comportamento naturalmente respeitoso diante do costume estabelecido³⁷⁰.

A posição inicial dos espanhóis foi a de reconhecer a validade dos arranjos e práticas jurídicas existentes entre os índios, quando essas não entrassem em confronto direto com a necessidade e as disposições do direito de Castela. Com o tempo o direito indígena sujeitou-se

³⁶⁶ BRUNKE, 2005, p. 235.

³⁶⁷ Ibidem, pp. 236-237 e 243-247.

³⁶⁸ Ibidem, p. 248.

³⁶⁹ ELLIOT, 2006, p. 127.

³⁷⁰ Ibidem, p. 127.

a um processo de erosão, enquanto a sociedade indígena adaptava-se ao Cristianismo e às pressões do regramento colonial. Registros anteriores à conquista continuam, entretanto, a serem utilizados em processos de índios contra outros índios, mas o direito espanhol começou a prevalecer sobre o indígena, tendo uma maior probabilidade de aplicação nas cortes, a partir da criação da Corte Geral Índia da Nova Espanha em 1585³⁷¹.

Quando o Conselho das Índias começou a promulgar regras jurídicas especiais para os territórios americanos, bem como quando os vice-reis aprovavam regulamentos e provimentos para os territórios por eles governados, o direito espanhol não mais era o de Castela. O direito resultante foi uma confusa rede de normas, que deixava os Conselheiros das Índias em dúvida sobre o conteúdo do direito³⁷².

Felipe II, que tinha uma preocupação especial com a regulamentação e a ordem, indicou Juan de Ovando para estudar o Conselho das Índias, promovendo uma grande reforma entre 1571 e 1575. Ciente do desconhecimento do direito vigente na América, tanto no Conselho das Índias como pelos funcionários espanhóis lotados na América espanhola, Ovando buscou codificá-lo, pondo parte de suas disposições no documento que ficou conhecido como Código Ovandino. Um século depois, dois Conselheiros das Índias, Antonio de Leon Pinelo e Juan de Solórzano y Pereira tentaram elaborar nova codificação, que não conseguiram completar em vida. Em 1680, sob o reinado de Carlos II, foi elaborado um vasto compêndio, a *Recopilación de las Leyes de Índias*, um trabalho comparável à Recompilação das Leis de Castela, publicada em 1567 por Felipe II³⁷³.

A fragmentação do direito indígena permaneceu, entretanto, mesmo após a codificação de 1680. O Peru respondeu com sua própria *Recopilación Provincial*, buscando consolidar o direito vigente nos territórios submetidos ao vice-reinado peruano. Cada território da América espanhola estava gradualmente adquirindo seu próprio direito, desenvolvido para adequar-se às suas necessidades³⁷⁴.

5.6 A Inquisição

A Inquisição constitui uma instituição comum à Castela e Aragão, porém também foi estabelecida nos Vice-Reinados do Novo Mundo, na segunda metade do século XVI, e embora

³⁷¹ ELLIOT, 2006, p. 127.

³⁷² Ibidem, p. 128.

³⁷³ Ibidem, p. 128.

³⁷⁴ Ibidem, p. 128.

tenha desencadeado vários protestos na Espanha, nunca foi pensado aboli-la no período colonial³⁷⁵.

A nova cristandade no Novo Mundo não podia ser a simples reprodução do modelo europeu, que havia sido dilacerado pelo luteranismo e pelas guerras religiosas. Ela exigia o estabelecimento rápido de uma estrutura material colossal, porque reunia, além dos próprios milhares de indígenas, populações novas que migravam da Europa e da África, envolvendo uma população muito superior a dos mouros da Espanha³⁷⁶.

Em menos de um século, dioceses e províncias monásticas, oficialidades, bispos, um clero secular e regular, juízes eclesiásticos desdobraram um tabuleiro humano e institucional, imitado da Península, sob o olhar vigilante da Coroa espanhola³⁷⁷.

Além de a Coroa visar uma missão espiritual, que convenientemente lhe confere um alibi nos aspectos políticos e religiosos, essa missão era, na realidade, a implantação de uma nova forma de vida para a população do Novo Mundo.

Por meio da Igreja, a Coroa pretende inculcar modos de vida, regras de sociedade, em suma, normas, uma “polícia” suscetível de introduzir no caos das Índias uma ordem progressiva³⁷⁸.

Dentre as atribuições da Inquisição estava a normativa, sendo a lei cristã o denominador comum em todas as possessões da Coroa espanhola. Através de suas normatizações, o modo de vida que a Igreja buscava implantar não se limitava aos indígenas, mas também aos europeus, aos mestiços, aos negros, aos mulatos, aos vagabundos e errantes, aos comerciantes, aos conquistadores e aos *encomenderos* em suas relações com os autóctones³⁷⁹.

A Espanha introduziu a Inquisição na América na metade do século XVI, sob uma forma monástica, depois episcopal, antes de instalar os tribunais do Santo Ofício, baseados no modelo Ibérico. Como a pura e simples reprodução do modelo institucional era impraticável, houve a necessidade de redefinição da competência da Inquisição, acrescentando-se a perseguição de índios idólatras³⁸⁰.

A inquisição era temida por sua rede de espões, por familiares que se valiam de delatores mal intencionados, por suas intervenções e por sua simples existência³⁸¹.

Como exemplo de atuação da Inquisição episcopal no Novo México é apresentado o exemplo do processo inquisitorial contra o texcoano Don Carlos Ometochtzin, ocorrido em 1539. A investigação foi presidida pelo franciscano Juan de Zumárraga e ganhou tamanha

³⁷⁵ GRUZINSKI & BERNAND, 1997, p. 612.

³⁷⁶ GRUZINSKI & BERNAND, 2006, p. 348.

³⁷⁷ Ibidem, p. 348.

³⁷⁸ Ibidem, p. 348.

³⁷⁹ Ibidem, p. 349.

³⁸⁰ Ibidem, p. 350.

³⁸¹ Ibidem, p. 142.

dimensão que as peças do processo foram submetidas à apreciação dos membros da Audiência, ao Vice-Rei e às autoridades eclesiásticas.

Don Carlos foi criado em contato com soldados espanhóis, escravos negros e princesas índias e descobriu o mundo dos vencedores. Por volta de 1524 foi batizado, recebendo o nome de Juan; estudou com os monges e aprendeu a escrever. Com a morte do seu irmão tornou-se senhor de Texcoco. Face ao seu caráter espalhafatoso e pouco diplomático, acabou sendo denunciado, pelos seus adversários e por alguns familiares, ao bispo Zumárraga, sob a acusação de práticas amorosas pagãs e de oposição ao cristianismo³⁸².

O processo desenvolveu-se segundo as regras de direito, sendo designado um defensor. Embora negasse todas as acusações, Don Carlos acabou sendo condenado por heresia, ficando entregue às autoridades civis para cumprimento da pena e queimado em praça pública na frente do vice-rei, do bispo-inquisidor, dos membros da Audiência e de uma multidão de indígenas³⁸³.

Essa execução gerou uma mudança, fazendo com que os indígenas idólatras se desfizessem das imagens dos seus ídolos, queimando seus códices pictográficos, a fim de que não fossem também condenados por paganismo. Por consequência esqueciam-se do seu passado³⁸⁴.

Através da análise de todo o contexto deste processo inquisitorial, constata-se que havia um cenário de dominação maior que o apenas estabelecido pelo Tribunal da Inquisição na Nova Espanha. Depois de uma série de processos inquisitoriais que culminaram com a condenação à morte, na fogueira, do cacique texcoano Don Carlos, os indígenas foram subtraídos da competência do Santo Ofício³⁸⁵.

5.7 As Confrarias

As ordens mendicantes fundaram confrarias e hospitais, que também estavam vinculados a elas. Eram instituições que visavam reforçar a catequização dos fiéis, familiarizá-los com os ritos e com as devoções do catolicismo. Em alguns textos era identificada como “*polícia cristã*”, pois o mau comportamento, a embriaguez e o concubinato levavam à expulsão e as despesas da confraria destinavam exclusivamente a cobrir os custos do culto³⁸⁶.

³⁸² GRUZINSKI & BERNAND, 2006, p. 142.

³⁸³ Ibidem, p. 144.

³⁸⁴ Ibidem, p. 144.

³⁸⁵ Ibidem, p. 350.

³⁸⁶ GRUZINSKI, 2003b, pp. 350-351.

As confrarias eram redigidas por uma constituição escrita, ditada pelos religiosos. Um exemplo é a confraria de Nossa Senhora de la Concepción, em Coatlán, que deveria, segundo as regras de 1577, eleger dois *mayordomos*, dois deputados e um escrivão, além de celebrar as festas de Nossa Senhora. Estabeleciam ritos, nos quais, cada celebração da missa, os confrades deveriam cantá-la portando velas acesas com três coroas. Os confrades deveriam ajudar os agonizantes a “morrer bem” e presenciar as obséquias do confrade morto³⁸⁷.

Algumas confrarias eram, para os regulares, uma forma de financiarem parte das missas que celebravam, enquanto eram utilizadas pelos notáveis dirigentes indígenas como um instrumento de dominação social e econômica, pois recebiam o produto da venda das colheitas e dos animais, recolhiam contribuições, compravam imagens e ornamentos e adiantavam as somas necessárias para as festividades e as procissões, sem prestar contas aos comuns³⁸⁸.

As confrarias, enquanto instituições, outorgaram uma identidade coletiva para os indígenas, tendo em vista que os espanhóis, os mestiços, os negros e os mulatos não podiam se tornar membros das confrarias e, por consequência, não podiam assumir cargos de direção como *mayordomos*. A instituição reunia bens que eram consideradas de propriedade do respectivo santo³⁸⁹.

As confrarias clássicas eram instituições sérias quando se sujeitavam às regras que determinavam a conservação dos seus arquivos, à manutenção do livro contábil atualizado e à elaboração da lista dos seus membros do modo mais oficial possível³⁹⁰.

As Confrarias iniciaram na Cidade do México, no século XVI, multiplicando-se ainda mais a partir do século XVII, quando passaram a serem fundadas por toda Nova Espanha, de diversas formas.

Na origem, normalmente havia o legado de um cacique, de um notável ou até mesmo de um simples índio tributável, que dedicava um pedaço de terra para algum santo. Com o arrendamento e exploração da terra eram levantados os fundos necessários para a celebração da festa anual do santo. Posteriormente, era necessário o reconhecimento oficial da Igreja.

Todavia, às margens da instituição oficial, surgiram confrarias irregulares, onde não era rezada missa para os mortos, os dirigentes não recebiam nenhuma patente e não pagavam nenhum direito, bastando o fato de que morassem todos no mesmo *barrio* ou *Pueblo* para que se considerassem confrades³⁹¹.

³⁸⁷ GRUZINSKI, 2003b, p. 351.

³⁸⁸ Ibidem, p. 352.

³⁸⁹ Ibidem, p. 352.

³⁹⁰ Ibidem, p. 352.

³⁹¹ Ibidem, p. 354.

Em nome de uma confraria ou simplesmente de uma imagem, índios cruzavam o México carregando a imagem com músicos e coletores, acompanhados por multidões durante a passagem, onde se organizavam danças. Os angariadores vendiam gravuras pias, rosários e santinhos de prata sem pedir licença ao *provisor de los naturales* e sem respeitar as ordens dos páracos das regiões que percorriam³⁹².

As Confrarias, tanto oficiais quanto extraoficiais, eram instituições impactantes para que os indígenas substituíssem a imagem dos seus antigos ídolos pelas imagens dos santos, gerando um processo de transformações e de ocidentalização.

5.8 As Uniões: Concubinato e Casamento

A ideia da composição de alianças através do casamento entre as índias guaranis e os espanhóis não partiu dos espanhóis. Os indígenas possuíam uma visão muito diferente da visão cristã sobre o casamento.

O casamento não era visto como uma união selada por sentimentos românticos e duradouros, nem como um assunto privado. Ao contrário, ele norteava todas as relações econômico-sociais e a posição social dos contraentes em relação aos membros do grupo, determinando os papéis sociais. O casamento era um sólido conjunto de obrigações mútuas da ordem econômico-social³⁹³.

O marido tinha a obrigação de abrir uma roça para a mulher e de fornecer a caça; a mulher controlava totalmente a distribuição dos produtos, a partir do monopólio que detinha da manipulação dos alimentos.

Não se tratava de um sistema rígido, podendo haver ruptura da relação a qualquer momento. Também não envolvia a obrigação de fidelidade sexual, embora houvesse um recato entre os parceiros. Jorge Caldeira diz que : “*O essencial não era o sexo, mas as obrigações mútuas de companheirismo, parentes e, especialmente trabalho*”³⁹⁴.

O uso dos bens produzidos estava relacionado às relações de parentesco, pois o sogro tinha o direito de receber uma parte da caça realizada pelo genro.

Havia uma ligação entre o valor guerreiro e o matrimônio, pois somente após a morte de um inimigo e sua deglutição é que se abriam as portas para o casamento.

³⁹² GRUZINSKI, 2003b, p. 355.

³⁹³ CALDEIRA, 2006a, v. I, p. 27.

³⁹⁴ Ibidem, v. I, p. 28.

Via de regra, os homens se mudavam para a casa das mulheres, porém os grandes guerreiros, que podiam abrir mais de uma roça e caçar mais do que o necessário para o sustento de sua família, podiam ter uma segunda esposa e montar a sua própria casa. Isso, porém, ocorria apenas com uma minoria dos indivíduos, que quase sempre eram os chefes. Caldeira diz que: “*a instituição matrimonial da poligamia é estreitamente articulada à estrutura política do poder*”³⁹⁵.

Antes da Conquista, os nobres indígenas eram polígamos, as uniões podiam ser rompidas e as pessoas do povo deviam passar pelos anciãos e pelas autoridades locais³⁹⁶.

Os missionários resolveram introjetar o cristianismo através da trama social, com a constituição da família monogâmica e indissolúvel dos cônjuges indígenas. A conversão colocou em perigo a coesão das famílias indígenas, porque ao exigir a monogamia, milhares de esposas secundárias e seus filhos então bastardos foram para as ruas, sem nome e deserdados³⁹⁷.

A Igreja desfazia e recriava o tecido social, que os invasores e as repetidas devastações das epidemias já haviam modificado consideravelmente³⁹⁸.

5.9 Os *Codices*

A expressão “códice” é utilizada usualmente para se referir às fontes originárias pintadas ou grafadas - com imagens ou dotadas de diferentes tipos de “glifos”. Também recebem essa denominação algumas crônicas ou compilações, elaboradas pelos espanhóis, como a relação em náhuatl de Sahagún chamada de *Códice Florentino*.

Os *Codices* são livros. São considerados como tais ainda que, em alguns casos, não tenham a mesma forma de encadernação nem utilizem o mesmo material – o papel - dos livros atuais. Os livros das pinturas mesoamericanas são códices, ainda que nem todos os códices sejam livros com pinturas³⁹⁹.

Codex Tlatelolco

³⁹⁵ CALDEIRA, 2006a, v. I, p. 29.

³⁹⁶ GRUZINSKI & BERNAND, 1997, p. 427.

³⁹⁷ GRUZINSKI, 2011, pp. 95-96.

³⁹⁸ GRUZINSKI & BERNAND, 1997, p. 428.

³⁹⁹ REYES, Luis Alberto. 2ª ed. **El pensamiento indígena em América: los antiguos andinos, mayas y nahuas**. Buenos Aires: Biblos, 2009, *passim*.

Foi pintado em 1565, descrevendo a história da cidade de Tlatelolco entre os anos de 1554-1564, mostrando o início da construção da nova catedral do México, a cobrança do tributo, a abdicação de Carlos V, a entronização de Felipe II, até a morte do vice-rei Luís de Velasco. Esse Codex representa a nova conjuntura política após a conquista, a fim de situar o poder dos indígenas em relação ao aparelho estatal instalado pela Coroa espanhola, bem como a visualização das regras que haviam sido modificadas⁴⁰⁰.

O jogo de escalas reproduzidas neste códex pelos *tlacuilos*, onde pintam o cacique de Tlatelolco com uma estrutura gigantesca diante dos membros da *Audiência* aos quais se dirige e onde pintam os cavaleiros espanhóis na expedição de Mixón, anões em comparação com os caciques que os acompanham, traduz a consciência do papel político e militar conservado pelos indígenas e a exaltação de uma grandeza local que os libertou da tutela do soberano mexica⁴⁰¹. O Codex apresenta uma série de emblemas europeus como as bandeiras do vice-rei, a heráldica, os assentos das autoridades, sinos, cálices e até um relógio que marca uma nova forma de medir o tempo. Os caciques mudam a forma de se vestirem para ficarem mais próximos dos notáveis espanhóis. Embora mantenham os aparatos indígenas, vestem meias, calças brancas, evidenciando o processo de ocidentalização⁴⁰².

As pinturas que eram realizadas pelos *tlacuilos* nos códigos com a inserção de representações europeias e com jogos de escala, operando uma dupla codificação, realizam uma estratégia cultural e política, haja vista que ao pintarem os cavaleiros-águias e os cavaleiros tigres dançando aos pés do vice-rei do arcebispo, reproduzem a lembrança da nobreza quanto à evocação das vestimentas com as peles de aves e das danças que exprimiam seu poder e valentia, como também a expressão da adesão a uma nova ordem política⁴⁰³.

Codex Sierra

As pinturas através dos “Codices”, além de falarem sobre a história imediata e sobre o regime colonial, também cumpriam tarefas materiais. Esse caráter não provinha de um atelier ou de uma das capitais do mundo nahua, mas de uma pequena senhoria, Tejupan.

O Codex Sierra é um livro contábil que descreve as despesas realizadas pelo Pueblo de Tejupan. Recorre às anotações antigas: glifos mixtecas indicam os anos, 7 Tecpalt (1552), 8

⁴⁰⁰ GRUZINSKI, 2003b, p. 47.

⁴⁰¹ Ibidem, p. 48.

⁴⁰² Ibidem, p. 48.

⁴⁰³ Ibidem, p. 49-50.

Calli (1553), 9 Tochtli (1554); outros servem para assinalar nomes e lugares ou as quantidades, como por exemplo, a bandeira *pantli* para vinte⁴⁰⁴. Antes da Conquista, os indígenas já se utilizavam desse expediente para registrar as dívidas, os tributos, as condições de quitação e, após a Conquista, para registrar as transformações econômicas, comerciais e financeiras introduzidas pelos invasores. Desde 1530 os comerciantes possuíam registros pictográficos em que aparecem as peças de algodão e moedas de ouro dos conquistadores⁴⁰⁵.

Aborda a vida material, a criação do bicho-da-seda, a cultura da vinha, a criação de carneiros, a alimentação (vinho e queijo), os utensílios de mesa (facas, colheres, pratos, toalhas, guardanapos), o mobiliário (mesa, escrivaninha)⁴⁰⁶. Surgem novos glifos: pregos, fechaduras, correntes, dobradiças, ferrolhos, rodas de fiar seda, enxada, peneiras, cálices de ouro, ornamentos litúrgicos, além dos escritos nos títulos, nas cédulas e nos mandamentos da administração espanhola, que comprovam a existência de um processo de ocidentalização e revelam uma nova forma de vida não só na capital, mas até mesmo em um *pueblo*, onde há portas que podem ser trancadas, novos modos à mesa, objetos de ferro, animais domésticos e a escrita⁴⁰⁷.

O Codex Sierra é contemporâneo ao Codex de Tlaltelolco⁴⁰⁸ e não é exclusivamente pictográfico, pois contém textos em língua náuatle:

Contém textos em língua náuatle – a língua franca da Nova Espanha até o século XVII – e, portanto, em caracteres alfabéticos que explicitam o conteúdo dos glifos e conferem ao conjunto do documento uma estrutura mista: cada página é dividida em faixas horizontais, nas quais as pictografias aparecem umas coladas as outras, algumas linhas em náuatle e o total em pesos e em algarismos arábicos. O conjunto parece um livro contábil europeu que recolhe os fragmentos diversos de uma “pintura” tradicional⁴⁰⁹.

Através da pintura do Codex Sierra podemos verificar que houve uma adaptação dos indígenas ao ambiente totalmente modificado, que foram capazes de entender o sistema espanhol e de atender às exigências dos seus novos senhores⁴¹⁰. Ocorre uma verdadeira mudança não apenas em relação à adoção da escrita, mas retratam o papel, o livro virgem, o

⁴⁰⁴ GRUZINSKI, 2003b, p. 50.

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 50.

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 51.

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 51.

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 50.

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 52.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 53. Recorda ainda o autor: “o pintor deste código retrata três espanhóis que estão sentados atrás de uma mesa coberta com um tapete verde; no centro um deles faz um montinho de moedas para contá-las, à sua direita o interprete traduz, à sua esquerda o escrivão anota as somas numa folha de papel. É o olhar indígena sobre outras técnicas contábeis, outros modos de expressão como a escrita e outros modos de pagamentos através de moedas”.

livro encadernado, o breviário, o livro de música, o documento oficial e o escribano em atividade⁴¹¹.

Codex Chavero

Em toda Nova Espanha os indígenas enfrentaram o mesmo desafio. Como a título de exemplo, o Codex Chavero, em 1579-80, período posterior ao dos códex já referidos, apresenta ao lado das medidas de grãos as somas em moeda que os indígenas de Huejotzingo deviam pagar anualmente à Coroa.

Houve um sistema de política fiscal com controle através das velhas pinturas que registravam os dados contábeis. Essas pinturas foram incentivadas pela Coroa com algumas adaptações às novas necessidades, quais sejam, o calendário europeu e as moedas, a fim de que os espanhóis pudessem exercer um controle efetivo dos tributos que deveriam ser pagos⁴¹².

Codex Mendonza

Foi pintado em 1541-42 a pedido do vice-rei Antonio de Mendoza, sob a direção do *maestro* de pintores Francisco Gualpuyoguálcá e exibe sequências de cenas da vida cotidiana do mundo nahua⁴¹³. Suas imagens evocam o nascimento, o casamento, a educação, a guerra, a justiça e a repressão dos delitos, como a embriaguez, o adultério e o roubo⁴¹⁴. As classes inferiores são retratadas com um lugar digno de nota, pois os tlacuilos antigos se preocupavam em registrar as imagens dos poderosos e dos deuses, esquecendo-se dos humildes. Há nesse códex uma pequena revolução iconográfica através da descontextualização da imagem. Antes era retratado o casamento de um príncipe e não a instituição do casamento; descrevia-se o castigo de um nobre, mas não a repreensão em si.

A terceira parte do Codex Mendonza oferece um olhar global e enciclopédico sobre o mundo e a sociedade, registrando justamente aquilo que outrora fora considerado banal para ser pintado⁴¹⁵. O Codex evidencia o processo de ocidentalização quando apresenta o andamento das

⁴¹¹ GRUZINSKI, 2003b, p. 79.

⁴¹² *Ibidem*, p. 53.

⁴¹³ *Ibidem*, p. 58.

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 58.

⁴¹⁵ *Ibidem*, p. 58.

sociedades indígenas confrontadas com modelos cristãos de comportamento e novas práticas familiares, matrimoniais, rituais⁴¹⁶.

Codex Colombino

Foi pintado em 1522 e pertencia aos senhores de Tututepec, contando a biografia de um personagem chamado 8 Cervo. Todavia não se preocuparam em transcrever ou glosar o seu conteúdo e passaram a utilizá-lo para consignar em letras latinas os limites de suas terras. Esse procedimento é um marco, pois altera a função do Codex, dando-lhe um sentido pragmático porque se tornava equivalente a um título de propriedade⁴¹⁷.

Codex de Florença

O Codex de Florença foi produzido após oito décadas da Conquista em 1578-79, mediante texto escrito em náuatle, legando a segundo plano os resumos em espanhol e também as imagens que de pictografias se transformam em ilustrações coloridas ou monocromáticas subordinadas à escrita⁴¹⁸. Augustín de La Fuente, perito em línguas, morto em 1610, foi o autor de várias ilustrações do Codex Florença⁴¹⁹.

5.10 A Propriedade Privada e os Mapas Pictográficos

Os mapas pictográficos foram uma fonte muito importante de informação para compreensão da história passada da América espanhola, no período colonial, tendo em vista o passar do tempo e as incertezas contextuais e cronológicas que envolvem a maior parte dos testemunhos que chegaram até nós⁴²⁰. Na análise comparativa entre o Codex Xólotl e o Mapa de Santa Cruz verificam-se várias transformações, porque esses desempenhavam um papel importante na sociedade colonial em que a propriedade privada era uma questão central, onde

⁴¹⁶ GRUZINSKI, 2003b, p. 59.

⁴¹⁷ Ibidem p. 81. Comenta ainda: “este objetivo pragmático privilegiava a autenticidade e a antiguidade do suporte em detrimento do conteúdo e modificava a função e o sentido do códex, que se tornava assim algo equivalente a um título de propriedade”.

⁴¹⁸ Ibidem, p. 83.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 99.

⁴²⁰ Ibidem, p. 69.

índios e espanhóis deviam delimitar seus direitos e territórios⁴²¹. A propriedade privada era reconhecida através dos mapas.

Como a administração espanhola não possuía o número de cartógrafos suficientes para confecção dos mapas entre os anos de 1570 e 1600, foi obrigada a reconhecer as pinturas e o trabalho dos *tlacuilos*,⁴²² sendo até mesmo mais fácil de identificação do que o croqui realizado pelos próprios espanhóis. Por essa razão:

Mais pessoal, mais subjetivo, portador de uma informação sumária e unívoca, traçado com a pena e não mais com o pincel, o croqui espanhol constitui uma forma de abstração da realidade que recorre a um conjunto de convenções menos estandarizadas e bem menos fáceis de identificar do que as do mapa indígena. [...] Trata-se de um código fraco que deixa amplo espaço para a intervenção individual, tanto que poderíamos nos perder, se não fosse pela legenda que comenta o traço⁴²³.

O croqui espanhol visa apenas a um objetivo limitado, o de localizar uma exploração ou uma dotação de terras sobre um espaço ao passo que o mapa indígena tradicional veicula um número bem maior de informações que denota a familiaridade com os lugares pintados⁴²⁴. A prática do croqui à espanhola, adotada pelos indígenas, supõe o perfeito domínio da escrita alfabética e assimilação de convenções pictóricas que só existiam em estado empírico e implícito.

Os testemunhos pictográficos eram reconhecidos pelas autoridades espanholas com um valor legal, todavia era necessário que fossem glosados ou acompanhados de uma interpretação em náuatle ou em espanhol. À medida que os indígenas vão aderindo e se adaptando ao traçado dos croquis, deixam para trás as informações contidas nas pinturas pictográficas e, conseqüentemente, vai ocorrendo o processo de ocidentalização.

5.10.1 Questionários e *relaciones* gráficas

Com o passar das décadas após a Conquista, no final do séc. XVI, a Coroa buscou obter informações sobre as terras que possuía, as *relaciones* topográficas, bem como os seus habitantes, tanto da península quanto na Nova Espanha, pois exercia um poder de “polícia”, sujeitando as populações a um gênero de vida uniforme, a definição precisa do casamento cristão, a pedagogia da confissão em grande escala. O novo Continente conquistado ainda era desconhecido e, para conhecê-lo, o rei em 1577, solicitou ao seu cronista e cosmógrafo Juan Lopez de Velasco que estudasse e criasse um questionário para Nova Espanha.

⁴²¹ GRUZINSKI, 2003b, p. 71.

⁴²² Ibidem, p. 71.

⁴²³ Ibidem, pp. 74-75.

⁴²⁴ Ibidem, p. 77.

Esse questionário era composto por cinquenta capítulos, subdivididos em vários assuntos, dentre eles: informações sobre a geografia física, a toponímia, o clima, os recursos agrícolas e minerais, a botânica, as línguas, a história política, a população, as epidemias, o comércio, o significado do nome *pueblo*, as circunstâncias de sua descoberta e conquista, o número de habitantes e sua variação, o habitat, os modos de vida, os caminhos e as distâncias, as circunstâncias, a data de fundação do *pueblo*, o seu estatuto e regime político na época pré-hispânica, o tributo, as adorações e ritos, os costumes bons e maus que tinham, as formas de governo, a guerra, as modificações na indumentária, a alimentação, a condição física dos indígenas, as doenças e os remédios utilizados para cura, as minas e pedreiras, o comércio ⁴²⁵.

Entre os anos de 1578 a 1585, em toda Nova Espanha, os *corregidores* e os *alcaldes mayores* convocaram os responsáveis pelos *pueblos*, governadores indígenas da região, os *principales* e todos os anciãos para explicarem sobre o questionário antes que fornecessem suas respostas, declarando o “lo más esencial y verdadero”⁴²⁶. Desde esse ponto de vista:

Os velhos que na época da investigação (1579-82) beiravam os oitenta anos, tinham nascido antes da Conquista espanhola (1519) e, portanto, tinham sido formados num meio pré-hispânico ainda isento de qualquer influencia ocidental. *Eram as últimas testemunhas de um mundo que terminara, portadores não só de informações preciosas como também das técnicas que garantiam a sua conservação e transmissão, quer se tratasse da aprendizagem da tradição oral, da rememoração – tal como praticavam as sociedades indígenas – ou da exegese das ‘pinturas’*⁴²⁷.

Os *corregidores* e os *alcaldes mayores* colheram as informações diretamente dos indígenas, passando pelos intérpretes, na frente de religiosos seculares ou regulares que assistiam ao inquérito e algumas vezes participavam dele. A abundância e a veracidade das informações colhidas dependiam, de certa forma, da relação de forças e da qualidade dos laços entre os notáveis indígenas e as autoridades espanholas⁴²⁸.

As 168 *Relaciones* geográficas da Nova Espanha que foram coletadas, referem-se a 415 *pueblos*. Algumas *Relaciones* nunca chegaram a ser compostas, outras se perderam e outras ainda precisam ser exumadas. Há um riquíssimo material que, conforme Gruzinski, até hoje só foi parcialmente explorado⁴²⁹. É importante lembrar que os informantes tiveram que buscar as informações dos fatos no fundo de suas memórias e, portanto, foram abstraídos do seu contexto, sem a observação da sequencia cronológica, reduzidos a eventos singulares⁴³⁰. As pinturas, os

⁴²⁵ GRUZINSKI, 2003b, p. 114-115.

⁴²⁶ *Ibidem*, pp. 115 e 119.

⁴²⁷ *Ibidem*, pp. 119-120, grifamos.

⁴²⁸ *Ibidem*, p. 116. Um pouco antes, Gruzinski anota: “A iniciativa foi levada a cabo com sucesso, e as *Relaciones*, enviadas para a Espanha, que nunca as estudou, num belo exemplo de abismo que separava a curiosidade do Estado e sua capacidade de “tratar a informação” que havia colhido” (*Ibidem*, p. 114).

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 114.

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 127.

mapas, auxiliaram no resgate da memória para reconstituição da história dos povos indígenas antes da Conquista. Diante das perguntas que haviam sido feitas aos *principales* e anciãos, foi incitada a reflexão sobre as diversas transformações que ocorreram ao longo dos anos e a fazerem um balanço baseado na oposição potencial entre o tempo da gentildade e a sociedade posterior à Conquista, evidenciando a ruptura essencial e indelével que havia ocorrido⁴³¹.

Questionados sobre os ritos e cerimônias que denotavam um passado pagão, alguns *principales* e anciãos, já acomodados com a nova forma de viver, preferiram negar esse passado, causando algumas dificuldades para a obtenção das informações corretas⁴³². Dificuldade maior se deu face à dizimação da população não só diante das mortes decorrentes das guerras com os espanhóis no início da Conquista, como também em relação às epidemias que foram introduzidas a partir do contato com os brancos e os negros.

De uns 25,2 milhões de habitantes (segundo os pesquisadores de Berkley), a população do México central tinha baixado para 16,8 milhões em 1532 e para 6,3 milhões em 1548, até chegar 2,6 milhões em 1568. Em 1585, não havia no país mais do que 1,9 milhões de indígenas e a estiagem ainda estava longe⁴³³.

Às vésperas das Relaciones, as populações tinham sido dizimadas por uma forte epidemia, a mais letal do século, diminuindo de forma significativa o número de informantes⁴³⁴. A significativa diminuição do número de indígenas também contribuiu para a perda da memória de um passado pré-hispânico e do início da Conquista.

5.10.2 Títulos *primordiales*

No final do século XVI, os índios que não tinham sido dizimados pelas epidemias, faziam um balanço do que haviam guardado na memória, através dos questionários das Relaciones Geográficas⁴³⁵. Um século depois, o número de pessoas passou a diminuir e surgiram novos grupos nos *pueblos* que começaram a registrar outras memórias a partir das constantes nas Relaciones. No século XIX, essas novas memórias passaram a ser denominadas de *Títulos Primordiales*⁴³⁶.

⁴³¹ GRUZINSKI, 2003b, p. 125.

⁴³² Ibidem, p. 128.

⁴³³ Ibidem, pp. 128-129.

⁴³⁴ Ibidem, p. 129. Assim: “os índios de Chimalhuacán Atenco reconheciam ter passado de 8 mil para quase nada, os de Coatepec Chales, de 10 mil guerreiros a setecentos tributários e quatrocentas crianças, na maioria órfãs. Cuzcatlán, entre os bispados de Puebla e Oaxaca, despencou de 40 mil para novecentos tributários; Xalapa, no atual estado de Veracruz, de 30 mil para 639 tributários. O povo mixteca de Mitlatongo tinha perdido três quartos de sua população durante as epidemias, e a província da Chinantla contava apenas 1000 tributários, quando antes da conquista afirmava possuir 100 mil guerreiros”.

⁴³⁵ Ibidem, p. 152.

⁴³⁶ Ibidem, p. 153.

Esses documentos anônimos, registrados em língua indígena no seio dos *pueblos*, tiveram por objetivo direto definir os seus limites territoriais e, indiretamente, de defender seus direitos de propriedade. Também poderíamos dizer que atualmente eles se assemelham aos títulos fundiários⁴³⁷. A autenticidade dos títulos era outorgada por um escrivão espanhol após analisar dossiês compostos de escrituras de doação, de venda, de concessão de jurisdição, laudos de reconhecimento – *as vistas de ojo* – interrogatórios e contraditórios e escrituras de confirmação que sancionavam a posse⁴³⁸.

Uma das formas interessantes de análise se dava, por exemplo, através dos títulos que se inspiravam nas pictografias, conforme as características das pinturas ou ilustrações, do tipo de traçado, a dimensão dos desenhos. Por isso, recorda Gruzinski: “Com efeito, a silhueta do corpo humano, as cabeças de perfil, a utilização das convenções e do espaço comprovam uma incontestável filiação autóctone, particularmente sensível num tipo de representação que vem de Cuijingo”⁴³⁹.

O título de San Matías Cuijingo, Século XVII, foi traçado com pena e, no centro do documento, inserida a igreja do *pueblo*. Nos quatro cantos, os descendentes dos conquistadores do *pueblo* proclamam, sob juramento, em náuatle, sua posse do território. O traço irregular e o traçado dos personagens revelam a influência espanhola e a estilização do espaço quadrilátero centrado com uma igreja e as volutas que representam a palavra que são de origem pré-hispânica. Os títulos autênticos se conformavam à norma espanhola e deixavam pouco espaço para intervenção dos índios ou para divergirem de algum entendimento da Coroa⁴⁴⁰.

Os *Titulos primordiales* são diferentes dos títulos autênticos, porque são falsos, foram produzidos muito após o acontecimento dos fatos que pretendem registrar, com relatos de fatos historicamente inexatos, inventados e, em alguns casos, foram criados para substituírem títulos autênticos que podem ter sido destruídos, extraviados, vendidos ou negligenciados pelos indígenas, por não saberem decifrar aqueles títulos que foram redigidos em espanhol no início do século XVI⁴⁴¹. Cumpre esclarecer que essa falsidade, na realidade, não se dá sob a ótica da historiografia e do direito colonial que podem apresentar uma visão distinta do passado, “uma apropriação única do evento e da historia”⁴⁴².

⁴³⁷ GRUZINSKI, 2003b, p. 153.

⁴³⁸ Ibidem, p. 153.

⁴³⁹ Ibidem, p. 164.

⁴⁴⁰ Ibidem, p. 153.

⁴⁴¹ Ibidem, p. 153.

⁴⁴² Ibidem, p. 154.

Os títulos foram redigidos a partir de meados do século XVII e constituíram a memória dos *pueblos* no século XVIII e início do século XIX. O domínio da escrita foi condição *sine qua non* chegando a afirmar como imperativo categórico: “*Ordeno que se faça este escrito [...] ordeno que se escreva isto e se registre isto neste papel*” tendo em vista que se busca transmitir informações com o objetivo de proteger os interesses do *pueblo*, para que não fique desconhecido o que ocorreu e o que constituiu um direito⁴⁴³.

A escrita é concebida com a forma e o modelo do discurso a ser adotado, do procedimento a ser seguido em caso de litígio diante dos tribunais. São papéis régios e quase sagrados, que devem ser guardados por determinados membros da comunidade, denominados *guardapapeles*⁴⁴⁴. Esses papéis fazem parte do patrimônio da comunidade tanto quanto o território, justificando o motivo pelo qual os índios tinham receio de emprestá-los aos espanhóis ou até mesmo de alugar as suas terras⁴⁴⁵.

É incrível que os títulos constituídos pelos indígenas fossem análogos aos que a administração colonial elaborava, que adotassem uma terminologia inspirada não só na linguagem administrativa, mas também na linguagem legal⁴⁴⁶.

É revelador que os Títulos de Sula sejam seguidos de escrituras autênticas que sancionam compras de terras realizadas por índios locais, três *cartas de venta* ou de *concierto* datadas de 1593, uma “petição” dirigida pelos índios ao juiz-governador, um “mandamento” deste último, um “empossamento” efetuado pelo *aguacil mayor* diante do *escribano de La república*. Os títulos de Sula e dos outros *pueblos* exibem uma verdadeira trama de fórmulas, de datas, de séries de assinaturas e listas de testemunhas, numa terminologia inspirada na linguagem administrativa e legal⁴⁴⁷.

A influência religiosa cristã também estava evidente nos títulos quando, no século XVII, esses documentos eram escritos com a invocação da Santíssima Trindade em breve oração que precede a *Mersed de Zoyatzinco*: “*Ó meu Deus e Senhor, pois nos deste a luz e gozamos a claridade das estrelas que são criação da divina Majestade de Deus Senhor de todo o mundo...*”⁴⁴⁸.

O tema da ressurreição também era utilizado pelos indígenas para afirmar a perenidade e continuidade do *pueblo* através da pessoa dos seus fundadores, como registrado na evolução dos títulos que a seguir são citados:

“E se Deus nos deixou o exemplo de Sua morte, apesar de ter morrido, não está morto enquanto Deus, morreu porque teve a nossa humana carne; e é assim que nossos

⁴⁴³ GRUZINSKI, 2003b, p. 155. Assim: Só as mais altas autoridades estavam habilitadas a conhecer o seu teor, só as “pessoas ilustres do México” e o “grande rei” podiam ler a sua tradução. Destinados a provar a autenticidade dos direitos adquiridos e a lembrar os privilégios concedidos, os *Títulos* dirigiam-se, portanto, à comunidade e aos senhores da Nova Espanha” (Ibidem, p. 156).

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 155.

⁴⁴⁵ Ibidem, p. 156.

⁴⁴⁶ Ibidem, pp. 156-157.

⁴⁴⁷ Ibidem, p. 157.

⁴⁴⁸ Ibidem, p. 157.

antepassados, apesar de estarem mortos, não morreram, hão de ressuscitar no Juiz Final. Então todos ressuscitaremos...⁴⁴⁹

Dentre os documentos que integravam os dossiês, havia um terceiro tipo especial que derivava tanto da ordem administrativa quanto da ordem espiritual, que eram os testamentos. Nos testamentos, muitas vezes, ocorria uma redação na primeira pessoa contrariando, a forma tradicional dos títulos⁴⁵⁰. Os Títulos de San Bartolomé Capulhuac se ordenam em torno de uma série de testamentos⁴⁵¹. Por regra, os títulos visam assegurar os direitos, a manutenção das terras do *pueblo* de forma coletiva. Expressam a voz do *pueblo* e, ao mesmo tempo, devem identificar essa coletividade que representa uma tradição e deve opor uma assinatura no título, sob pena de não serem aceitos pelos espanhóis⁴⁵².

Os discursos enunciam os princípios de comportamento dos nobres e notáveis antigos, exaltam o devido respeito à palavra dos anciãos, regulamentam o exercício da justiça e do poder⁴⁵³. Os anais, que eram os registros efetuados nos *pueblos* no século XVI a partir da tradição oral, também integraram os títulos e foram enfraquecidos nas duas últimas décadas do referido século, porque passaram a relatar exclusivamente as catástrofes se perdendo o conteúdo das informações de ordem política⁴⁵⁴.

As catástrofes, conseqüentemente, trouxeram um enfraquecimento à memória indígena. Não podemos dizer que os títulos iniciam a partir de quando cessam os anais mas sim que se inspiram nesses e os incorporam⁴⁵⁵. Como já referido anteriormente, os títulos não eram documentos exclusivamente escritos, pois alguns deles, como os de San Francisco Cuacuauzentlalpan, Santa Maria Nativitas Tetzcotzinco, se inspiram nas pictografias, das quais extraem ilustrações, mapas e genealogias⁴⁵⁶.

Fica manifesto que os *Títulos* foram a materialização e a fixação de práticas múltiplas que às vezes associavam inextricavelmente a oralidade, a escrita e a “pintura”⁴⁵⁷.

Os títulos dos indígenas se apropriam de fórmulas escritas jurídicas e religiosas dos espanhóis; remanejamento de anais em caracteres latinos ou que foram parcialmente pintados e glosados. “Os títulos” são denominados no plural porque reúnem textos de vários tamanhos e diversos teores e não correspondem a uma narrativa única⁴⁵⁸.

Gruzinski cita como exemplo os vários textos que compõem os *Títulos de Zoyatzingo*:

⁴⁴⁹ GRUZINSKI, 2003b, p. 158.

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 158.

⁴⁵¹ Ibidem, p. 172.

⁴⁵² Ibidem, p. 158.

⁴⁵³ Ibidem, p. 159.

⁴⁵⁴ Ibidem, p. 162.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 162.

⁴⁵⁶ Ibidem, p. 164.

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 169.

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 170.

- O primeiro documento se assemelha ao gênero dos anais, com datas anotadas na margem que pontuam seu desenrolar. ...Depois de passar pelas peripécias de uma época conturbada, a entrada em cena dos espanhóis, o anúncio da cristianização e da chegada de Cortés, o “grande marquês”, o relato evoca a origem da construção da igreja, a afirmação dos direitos dos ancestrais sobre o território e o reconhecimento dos limites; finalmente refere-se à visita de Cortés à *merced* que ele concedeu ao *pueblo*, à enumeração dos limites e à fixação dos marcos do território, para praticamente concluir com as palavras “*y pusimos estas memorias...*”, “e pusemos estas memórias”⁴⁵⁹.

- Vem em seguida um texto bem mais curto, de outro redator, intitulado *mesed Cihuatzincon (Mersed de Zoyatzingo)*, que é na verdade uma exortação à construção da igreja e à conversão: “*devemos nos tornar cristãos*”...⁴⁶⁰

Ainda dentre os textos, verifica-se que ocorria, desde aquela época, uma espécie de direito ao contraditório e à ampla defesa, quando antes de registrar o seu comparecimento e acordo, os *pueblos* vizinhos eram notificados dos direitos de Zoyatzingo: “- Depois se insere um texto que notifica os *pueblos* vizinhos dos direitos de Zoyatzingo, antes de registrar o seu comparecimento e seu acordo”⁴⁶¹.

Também se verificou a existência de outro texto que revela a luta contra os pagãos, a escolha de um padroeiro, a construção da igreja, a medição das terras realizadas por um juiz espanhol, o batismo dos índios que continuaram pagãos.

- Então, um texto dentro de um enquadramento negro, de outra autoria, intitulado, no espanhol dos índios, *Formalidad de la fundación*, aborda sucessivamente a luta contra os pagãos, a construção da igreja, a escolha do padroeiro, a redução e a conversão dos pagãos dispersos, a “congregação” de 1555 e a medição das terras do *pueblo* por um juiz espanhol...⁴⁶²

- Finalmente o último texto, de outra autoria, que retoma a o tema da medição do território e da enumeração de seus limites⁴⁶³.

Constata-se que a memória do *pueblo* se baseia muito mais numa nebulosa de dados do que numa rigidez de versão sintética⁴⁶⁴. Os índios adotavam o modelo oral para apresentarem os seus títulos e concebiam-nos como discursos dirigidos a um auditório e “interrogatórios” que em nauatle chamavam: *telocadorio*, *derocadorio*, *delogadorio*. Para os espanhóis, de forma diversa, o interrogatório estava vinculado essencialmente ao inquérito judiciário, que recolhia as declarações das testemunhas ou das partes em litígio⁴⁶⁵.

Além dos indígenas se valerem da adaptação de expressões coloniais, desenvolveram um tipo inédito de relato ao se apropriarem do discurso cristão inventando “o santo padroeiro”. Os notáveis do *pueblo*, de forma profética, narravam que tinham tido um sonho, ou uma visão,

⁴⁵⁹ GRUZINSKI, 2003b, p. 170.

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 171.

⁴⁶¹ Ibidem, p. 171.

⁴⁶² Ibidem, p. 171.

⁴⁶³ Ibidem, p. 171.

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 171.

⁴⁶⁵ Ibidem, p. 173.

e que um dos santos cristãos se revelava como o protetor do *pueblo*. Como consequência disso, construíam um santuário para o santo⁴⁶⁶.

Assim, a fundação do *pueblo* rompe com as tradições pré-hispânicas para se vincular à cosmogonia cristã. Havia relatos de que o Rei-imperador Carlos V, os dois vice-reis Antonio de Mendonza (1535-50) e Luis Velasco (1550-64), o então bispo do México Juan de Zumárraga e os anciãos dos *pueblos* integravam as cerimônias que pontuam e organizam a fundação do *pueblo*: batismo, confissão, profissão de fé, construção do santuário, escolha do santo padroeiro, empossamento das novas autoridades locais e demarcação dos limites⁴⁶⁷.

Cumprir registrar que toda autoridade emana de Castella, através do Rei-imperador Carlos V. Os *pueblos*, através dos anciãos, recebem as suas terras em nome de Sua Majestade e a Graça de deus através das *mercedes*. Em troca das *mercedes*, os índios realizam um pacto, se tornam vassallos do rei, se comprometem a pagar-lhe o tributo e a adorar o deus dos cristãos⁴⁶⁸.

Em Zoyatzingo é o próprio Cortés, assimilado a um Vice-rei - pois somente foi “governador-geral” da Nova Espanha⁴⁶⁹ - quem dá a “posse,” até porque estava presente nos *pueblos* e não distante na península, tendo condições de outorgar a posse direta⁴⁷⁰.

Em Zoyatzingo é o próprio Cortés quem “da posse”, estabelece as obrigações do *pueblo*, e reconhece os limites do território, e é um juiz espanhol, auxiliado por um *teniente general e intérprete*, que batiza com nomes indígenas os marcos de limite, tudo isso por ordem de um vice-rei fictício, Antônio de Valdes y Montolla...⁴⁷¹

Todas essas autoridades servem como testemunhas da soberana proteção dada aos *naturales*. Não só as autoridades, mas também os santos católicos se tornam fiadores da nova ordem estabelecida e dos direitos legítimos da população. Estrategicamente os índios colocavam a fundação sobre os mais nobres auspícios para garantirem a sua propriedade e fundamentarem uma identidade comunitária⁴⁷².

A cristianização do *pueblo* se dava à medida que a Espanha introduzia suas instituições: as formas de governo que deviam contar com as funções de governador, de *alcalde* e de *fiscal*. Após a dominação espanhola, os *pueblos* foram divididos em quatro *Barrios* e designado um responsável ou *merino* para encabeçá-los.

Os títulos relatam que o estabelecimento da administração local com os cargos civis eram títulos de glória para população, gerando ordem e justiça encarnadas pelos bastões da

⁴⁶⁶ GRUZINSKI, 2003b, p. 173.

⁴⁶⁷ Ibidem, p. 175.

⁴⁶⁸ Ibidem, p. 176.

⁴⁶⁹ _____ & BERNAND, Carmem. **História do Novo Mundo 2: as mestiçagens**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 737.

⁴⁷⁰ GRUZINSKI, 2003b, p. 177.

⁴⁷¹ Ibidem, p. 177.

⁴⁷² Ibidem, pp. 177-178.

justiça entregues às autoridades. Também gerava verdadeira mutação no habitat à medida que as casas e ruas passavam a ser organizadas como um tabuleiro de xadrez. Urbanismo, política e religião estavam intimamente mesclados⁴⁷³. A demarcação da fundação do *pueblo* passa por todo um ritual e o percurso dos limites passava por uma liturgia.

Concretamente a demarcação consistia em acompanhar as linhas limítrofes dos territórios para identificá-las em comum acordo com os *pueblos* vizinhos. Era uma longa caminhada que durava vários dias, uma série de escaladas e descidas ao fundo dos vales. Os índios iam marcando a divisa com montículos de pedras erguidos com suas próprias mãos. A operação possuía vários gestos de apropriação realizados à espanhola, cuspidando, jogando pedras, arrancando ervas e espalhando-as por toda parte em sinal de posse.

Durante a caminhada, determinados marcos eram pontuados por banquetes campestres, celebrações de missa para passarem a noite. O som das trombetas era acompanhado por confraternizações e trocas de flores com os *pueblos* vizinhos, exceto se houvesse algum incidente de enfrentamentos. Nos títulos também haviam armas desenhadas utilizadas na época da conquista, escudos, arcos e flechas, o que leva a crer que também faziam parte dos rituais de demarcação porque simbolizavam a força do *pueblo* e evocava a lembrança das antigas expedições da conquista.

O percurso só encerrava após o retorno ao ponto de partida⁴⁷⁴.

Os limites configuravam um círculo fechado, eram impermeáveis e impenetráveis.[...] Dentro, um círculo cujo centro é a igreja. Pensando agora nos mapas [...] eles marcam a unidade do *Pueblo*[...] Não surpreende que os índios dos *Títulos* sempre se apresentem como “a gente de... Cuijingo, Zoyatzingo, Atlautla” etc⁴⁷⁵.

Os *Títulos*, no século XVI, estão diretamente relacionados à instalação da Administração indígena, inspirada no modelo espanhol. Isso é percebido diante da construção de uma igreja no centro, a adoção do modelo urbano semelhante a um tabuleiro de xadrez, a escolha de um padroeiro, as “congregações” e as *Mercedes* concedidas pela Coroa aos indígenas. As *Mercedes* que eram concedidas neste período eram na realidade para legalizarem uma situação de fato pré-existente⁴⁷⁶.

Nesse período a Coroa começou a dismantelar o controle que a nobreza exercia sobre as populações indígenas, através da separação da *Cabecera* e *Sujetos* - que constituíam os *Pueblos*. Eles foram separados dos conjuntos tributários, étnicos e políticos aos quais

⁴⁷³ GRUZINSKI, 2003b, pp. 180-181.

⁴⁷⁴ Ibidem, p. 182-183.

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 183.

⁴⁷⁶ Ibidem, p. 184-185.

originariamente pertenciam. A *Cabecera* era uma localidade de médio porte, da qual dependiam de núcleos mais modestos, sendo que os *sujetos* eram as habitações dispersas.

Por volta de 1550 a 1564, durante o vice-reinado de Luís Velasco, a Coroa introduziu, no *pueblo* o *cabildo*, com seus cargos de governador, *regidores* e *alcades*, os quais eram eletivos e confirmados pelo vice-rei que entregava aos eleitos o “bastão da justiça”. Como no início ainda não havia tempo suficiente e condições para que os espanhóis pudessem tomar conta de todos os indígenas, os espanhóis deixaram, numa primeira fase, o *habitat* dos *naturales* como estava e, portanto, os índios continuaram vivendo espalhados⁴⁷⁷.

Quando a Coroa criou condições, por volta de 1551 e 1558, lançou várias campanhas de “congregações”, que consistiam justamente em deslocar os índios do seu *habitat* para os novos locais onde os espanhóis pudessem exercer efetivo controle. Essa mudança de moradia para os vilarejos formados à lá espanhola se dava mediante o convencimento dos indígenas ou, em caso contrário, era utilizada a força. Mesmo assim a Coroa não conseguiu por fim a dispersão dos indígenas⁴⁷⁸.

Novamente, entre 1593 e 1605, foi lançada uma segunda campanha a cargo dos “juizes de congregação”, as *estâncias* foram abandonadas, as casas dos índios foram queimadas, as suas capelas foram destruídas e milhares de localidades saíram do mapa⁴⁷⁹. Nos *títulos*, a menção ao passado pagão era unicamente para fundamentar e justificar a ocupação de um local reivindicado pelos indígenas e não para explicar as origens ou a fundação de um passado pré-hispânico como nas *relaciones*⁴⁸⁰.

Analisando os *títulos primordiales* e os mitos na análise das fontes, Matthew Restall esclarece que os títulos eram documentos que consagravam uma história comunitária que promovia os interesses locais, especialmente a posse da terra, comumente vinculado às famílias nobres dominantes na região. Foram escritos em ordem alfabética em conformidade com a língua nativa por toda Mesoamérica, no período colonial.

Os títulos escritos no final do período colonial baseavam-se em fontes anteriores, escritas ou orais, que representavam a continuidade das histórias que antecederam à Conquista.

Os relatos maias da Conquista no título de Yucatán revelam que não havia ponto de vista nativo único e homogêneo, os quais dependiam das diferenças de classe, famílias e região. A elite não dava ênfase à Conquista, mas sim à continuidade do seu status social, residência e

⁴⁷⁷ GRUZINSKI, 2003b, p. 185.

⁴⁷⁸ Ibidem, p. 186.

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 186.

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 187.

ocupação antes da Conquista. Interessante que compreendiam a invasão espanhola e a violência como algo insignificante, assim como as epidemias, quando vistas dentro de um contexto mais amplo dos ciclos históricos de calamidade e de recuperação⁴⁸¹.

Os títulos, em 1690, foram utilizados como instrumentos probatórios em tribunais face à disputa judicial de terras entre duas comunidades nativas do Vale de Oaxaca, no Sul do México, uma naua e a outra misteca. Nas duas versões, as identidades comunitárias locais permanecem supremas.

Não há uma aceitação da divisão colonial dos povos entre espanhóis e “índios”, nem se entende a Conquista como uma iniciativa dos espanhóis e muito menos seu triunfo. **Mesmo a expressão “derrota nativa” fica destituída de sentido dentro de um ponto de vista comunitário que enxerga todos os forasteiros mais ou menos da mesma forma, sejam eles espanhóis, mistecas, nauas ou zapotecas**⁴⁸².

5.11 O Processo para a Defesa da Propriedade

As pinturas também foram utilizadas em Tribunais e em instituições equivalentes. Desde a época de 1530 os índios entenderam como funcionavam os procedimentos civis e eclesiásticos dos espanhóis e, em algumas ocasiões, utilizaram esse mesmo sistema a seu favor⁴⁸³.

Em 1545, os índios traduziram para o náuatle as leis da coroa que os protegiam⁴⁸⁴.

A rapidez com que os índios se puseram a pintar a sociedade que se formava a sua volta, e entre eles, não pode deixar de causar perplexidade⁴⁸⁵.

Desde 1545, numa reunião secreta, nobres indígenas se vangloriavam de já terem aprendido tudo o que desejavam saber acerca dos espanhóis, “toda a técnica dos espanhóis, seu modo de combater, suas forças, sua arte da cavalaria e todo resto que ignorávamos e não sabíamos”. Foi essa mesma vontade de saber e de descobrir, ainda que para isso fosse preciso ir para a Espanha, que incitou os índios a reconstituir ou, antes, a constituir novas relações com os seres e as coisas, preenchendo assim progressivamente os vazios – a “rede furada” – deixados pela Conquista espanhola⁴⁸⁶.

Pintores registravam os litigantes com os seus caracteres e adotavam o seguinte roteiro: o pleiteante apresentava às autoridades espanholas, via de regra ao *corregidor*, uma pintura que mostrava o objeto do litígio, e com base nesse documento as testemunhas eram ouvidas e os interrogatórios conduzidos⁴⁸⁷. Em 1549 os índios da região de Cuernava apresentaram petição

⁴⁸¹ RESTALL, 2006, p. 210.

⁴⁸² Ibidem, p. 211.

⁴⁸³ GRUZINSKI, 2003b, p. 53.

⁴⁸⁴ Ibidem, p. 53.

⁴⁸⁵ Ibidem, p. 42.

⁴⁸⁶ Ibidem, p. 42.

⁴⁸⁷ Ibidem, p. 54.

através de uma pintura contra o filho de Hernán Cortés, pelo fato do mesmo ter usurpado as terras destes indígenas com as seguintes características: os glifos exprimem as medidas e a forma dos campos, os nomes de lugares, os tipos de árvores ou da planta cultivada, a duração da usurpação, os caminhos, a identidade dos pleiteantes.

Em 1558, os indígenas da região de Tepetzotlán apresentaram uma pintura se queixando dos maus-tratos com desenhos de moedas, porcos e uma poltrona espanhola em que está sentado um juiz indígena. Nesse mesmo ano, um processo de Cuautitlán foi aberto face ao desentendimento entre marceneiros indígenas e o *alcade mayor* quanto ao pagamento por um banco de sentar.

As pinturas tinham uma participação efetiva na defesa dos interesses dos indígenas, já que expressavam as novas situações que eles estavam constantemente se confrontando. O Códex Teteutzinco apresenta o registro de todas as queixas de uma comunidade indígena da região de Taxco em 1622⁴⁸⁸. As pinturas tentavam fixar as categorias, os seres e as coisas que eram impostas aos indígenas pelos recém-chegados e retratavam a nova sociedade, as instituições, os poderes, as relações políticas e econômicas que a colonização inventava e instalava⁴⁸⁹. Para que os indígenas pudessem apresentar suas queixas através das pinturas perante os tribunais era preciso que os requerentes fossem batizados⁴⁹⁰.

Era necessário poder transcrever um nome de batismo numa “pintura”, para que fosse aceito pelos tribunais espanhóis, era preciso encontrar meios para pintar o calendário cristão para assimilar a periodicidade das celebrações católicas e se familiarizar com o tempo dos vencedores⁴⁹¹.

A comunicação com a burocracia do vice-reino era através da escrita, acompanhada da interpretação em náuatle e em espanhol. Na segunda metade do século XVI, os regulamentos e as listas de *barrios* tornaram-se cada vez mais numerosos. Escrivãos indígenas e intérpretes – os *nahuatlato*s – redigiram petições, testamentos, escrituras de vendas e de doação bem como requerimentos e denúncias dirigidos aos juízes eclesiásticos, ao vice-rei, ao *corregidor* ou a algum visitador⁴⁹².

Os índios se adaptavam a formas estrangeiras e foram inteligentes para usá-las em benefício próprio. Em 1545 os índios obtiveram os textos das leis que os favoreciam e, com base nessas leis, pediam para alguém redigir as queixas e denunciavam o que sofriam e estava contra a lei⁴⁹³.

⁴⁸⁸ GRUZINSKI, 2003b, p. 55.

⁴⁸⁹ Ibidem, p. 57.

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 61.

⁴⁹¹ Ibidem, p. 62.

⁴⁹² Ibidem, p. 91.

⁴⁹³ Ibidem, p. 92.

Em 1556, os nobres do México e arredores enviaram uma petição com a descrição bastante sombria da condição indígena e pediam que Bartolomé de Las Casas fosse reconhecido como seu protetor de direito⁴⁹⁴.

5.12 Os Testamentos e as Notas Testamentárias

Os testamentos apareceram em meados do século XVI, servindo de elo com as gerações anteriores⁴⁹⁵.

Tratava-se de uma memória escrita através dos caciques e notáveis, que possuíam dezenas de páginas. Para as fortunas menores de “trinta pesos” existia a Nota Testamentária que continha, em uma única folha, o essencial ditado pelo testador⁴⁹⁶.

Através dos testamentos e das notas testamentárias verifica-se a disseminação de novas atitudes pelos indígenas, revelando o quanto o cristianismo estava fazendo parte do patrimônio cultural da comunidade e, muitas vezes, do familiar e individual. A alma era encomendada a Deus, o corpo era abandonado à terra e pedia-se a proteção da Virgem⁴⁹⁷.

Os testamentos dos nobres indígenas revelavam uma existência abastada, com vários bens, casas decoradas com quadros imponentes e estátuas de santos. Tinham, portanto, vários bens para testar. O funeral era solene, com a presença de nobres personalidades indígenas, brasões, armas e rufar dos tambores.

Os caciques eram generosos e piedosos nos seus testamentos, demonstrando devoções fervorosas e ostentatórias. Serviam de sustentáculo da atuação da Igreja através do sacerdócio⁴⁹⁸ e das fundações, as capelanias. Esses gestos eram fonte de prestígio e podiam ser utilizados como estratégia para ascensão social⁴⁹⁹.

Os legados modestos eram deixados para as imagens de santos, “*Para meu filho Antonio Nicolás deixo a casa, com todos os santos*”; “*A meu filho, Miguel Gaspar, deixo a casa e oratório...*”⁵⁰⁰.

Até mesmo miseráveis testavam, como se pode ver no trecho abaixo.

⁴⁹⁴ GRUZINSKI, 2003b, p. 92.

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 343.

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 344.

⁴⁹⁷ Ibidem, p. 345.

⁴⁹⁸ A carreira eclesiástica constituía para os caciques uma via de ascensão bastante valorizada. Os índios abastados que possuíssem uma capelania começaram a ingressar regularmente no sacerdócio no final do século XVII. Em meados do século XVIII havia aproximadamente 50 padres indígenas na Nova Espanha. Esses índios recebiam exclusivamente paróquias indígenas onde o domínio da língua local poderia ser bem aproveitado (GRUZINSKI, 2003b, p. 383)

⁴⁹⁹ Ibidem, p. 382.

⁵⁰⁰ Ibidem, p. 349.

A miséria de certos testadores – “nada tenho diante de Deus” – não lhes permitia qualquer donativo pio para garantir o repouso de suas almas. Caberia a outros, os parentes próximos, cuidar disso: “meu irmão Nicolás Salvador irá conseguir dinheiro para meu enterro [...] Suplico ao meu tio e ao meu irmão que não me esqueçam e façam rezar algumas missas por minha alma [...]”⁵⁰¹

Os testamentos, por toda a Nova Espanha, eram redigidos em nauatle e raramente em espanhol pelos *fiscales*, pelos *topiles*, pelos *aguaciles* ou pelos anciões que ajudavam a expressar a vontade do testador no documento. Mostravam a preocupação que os notáveis indígenas tinham de ser enterrados junto ao altar de seu santo favorito⁵⁰².

⁵⁰¹ GRUZINSKI, 2003b, p. 344.

⁵⁰² Ibidem, pp. 345-6.

6 CONCLUSÃO

O estudo levado a cabo no presente trabalho nos faz concluir que a metodologia das *Connected Histories* e da História das Sensibilidades é aplicável ao estudo do Direito Indiano e que a visão de Serge Gruzinski e a sua pesquisa sobre as mestiçagens, os *passeurs culturels* e a descentralização permitem uma visão ampla, integrada e profunda da Monarquia Católica.

Importante esclarecer que, embora Gruzinski utilize a denominação Monarquia Católica para referir-se à Monarquia Universal ou à Monarquia Hispânica, não a adota exclusivamente no sentido religioso, mas sim no sentido de universal⁵⁰³.

Os métodos propostos por nosso autor principal aprofundam a investigação, amadurecem e vão além da proposta metodológica do Professor Garcia Gallo nas décadas de 40 e 50. Nesta esteira, ele defendia que nem todo o direito era de origem legal e que não podia ser estudado analisando apenas as leis ou a prática do dia a dia. Ressaltava a existência de uma mescla jurídica e a importância do estudo do papel da mestiçagem racial⁵⁰⁴.

Embora o método das *Connected Histories* tenha sido criado pelo historiador Sanjay Subrahmaniam, Gruzinski o adota e o adapta para sua pesquisa. Gruzinski e Sanjay defenderam o método no 19º Congresso Internacional de Ciências Históricas, em Oslo, em agosto de 2000, cujo valor é notoriamente reconhecido por historiadores do mundo inteiro.

Dentre os pressupostos deste método são encontradas as mestiçagens, que transcendem o mero aspecto racial referido por García-Gallo, pois vão além, analisando o seu papel nos aspectos artísticos, sociais e jurídicos, culminando com a criação de instituições mescladas. Identifica-se também a importância da função dos *passeurs culturels*, que são aqueles homens e mulheres que conectam os mundos através da sua mobilidade entre um continente e outro, sendo os responsáveis pela realização dos processos de globalização e ocidentalização. São agentes ativos da história.

A partir da identificação desses *passeurs* e de suas atuações, pode-se analisar a história não como um fenômeno de massa, de forma simplista, uma vez que, na realidade, existem processos complexos, que precisam de vários elementos para serem compreendidos.

⁵⁰³ GRUZINSKI, 2010, p. 310.

⁵⁰⁴ Nem todo o direito é de origem legal, pois é também formado por costumes e pela jurisprudência. Querer estudar o direito das Índias tomando como análise apenas as leis ou a prática do dia a dia é o mesmo que querer apreciar algo que possui muitas cores utilizando-se de uma lente que nos faz ver em apenas uma cor⁷³. [...] **O direito hispânico e o indígena coexistem**, sendo o primeiro aquele que rege aos espanhóis e em parte aos índios e o segundo regendo somente os indígenas. Porém **não são sistemas radicalmente separados, mas comunicantes. Há uma mescla jurídica, como também há uma mestiçagem racial, especialmente nos ambientes populares, que é do mais alto interesse conhecer. Infelizmente a maior parte dos estudiosos americanos contemplou o indígena somente na sua fase pré-hispânica** (GARCÍA-GALLO, 1970, pp. 19- 20).

Além das mestiçagens e dos *passeurs culturels*, com relação aos desencadeadores do método das *Connected Histories* destaca-se a necessidade da descentralização da história, substituindo o polo único europeu ou ibérico por uma pluralidade de centros localizados nas diferentes partes do mundo. Neste trabalho foram identificados especialmente os centros da América espanhola.

Conclui-se, portanto, que o método das *Connected Histories* é perfeitamente adequado para o estudo da história do direito indiano. A Monarquia Católica serve de base para as pesquisas justamente por ser o seu campo de observação. Trata-se de um império que, durante a união das duas coroas (a de Castela e a de Portugal entre 1580 e 1640), estendia-se com efeito de Madri ao México e Manilha, de Lisboa a Goa e a Macao. É impossível realizar o seu estudo com base na perspectiva do Estado-nacional, pois não se pode delimitar, retrospectivamente, uma entidade social e cultural como se já estivesse presente antes mesmo do seu advento político.

Esta perspectiva de unidade com que a Monarquia Católica é construída possibilita a compreensão de vínculos espaço-temporais, fornecendo ao historiador os contextos e os quadros que legitimam o seu empreendimento. As “*conexões*” e as circulações tornam-se importantes porque a história global que se propõe não é apenas um programa de análise em um certo nível de generalidade, mas sobretudo uma tentativa de ultrapassar os limites habituais das perguntas, circunscritas a um ambiente cultural ou a uma entidade política particular.

Carmem Bernand e o nosso autor principal, Serge Gruzinski, em obra escrita em 1991 e editada no Brasil em 1997⁵⁰⁵, defendem que não se poderia reduzir o processo da descoberta às suas manifestações intelectuais ou técnicas, sendo importante fixar imagens e momentos para sugerir as reações afetivas e as sensações provocados por este Mundo Novo.

A História das Sensibilidades diz respeito a zonas ainda pouco estudadas, e nas palavras de Gruzinski: “*Ela toca o que se situa além da elaboração intelectual, mas nunca se separa dela. Ela coincide com os territórios do imaginário, mas tampouco se confunde com ele*”⁵⁰⁶. De fato as principais obras do autor⁵⁰⁷ desencadeiam-se dentro de uma investigação do imaginário criado na época da América Espanhola e das imagens como recurso para expressar reações difíceis de colocar em palavras.

⁵⁰⁵ GRUZINSKI & BERNAND, 1997.

⁵⁰⁶ GRUZINSKI, 2007b, p. 7-8, especialmente p. 7.

⁵⁰⁷ A Colonização do Imaginário, A Guerra das Imagens, “América: A Conquista Pintada pelos índios do México”, “A Águia e a Sibila afrescos indianos pintados nos conventos do México” foram publicados quase que paralelamente à publicação da obra História do Novo Mundo, Tomo I em 1991. A Águia e a Sibila foi publicada em 1994.

A História das Sensibilidades prospera entre a Europa e a América porque a experiência colonial ibérica e a globalização que a subentende não cessam de entrecruzar patrimônios étnicos e culturais, de misturar sensações, desejos, gostos e desgostos, de dar nascimento a novas maneiras de sentir e de perceber.

Conclui-se, na esteira de Matthew Restall, que para investigar a história do Direito Indiano e a criação de suas instituições Juspolíticas não podemos ser preconceituosos e partir do pressuposto de que os espanhóis eram superiores aos indígenas, sob pena de não termos alcance para compreender a complexidade da história gerada a partir do contato destes dois mundos que eram, até então, desconhecidos um do outro.

Ao contrário da crença dominante de que os indígenas não conheciam a escrita, na realidade, eles tinham seu próprio sistema de expressão simbólica, que utilizava a pictografia, os *quipus* relacionados à expressão numérica e os glifos. As elites indígenas, ao serem educadas pelos missionários, aprenderam rapidamente a dominar a escrita espanhola e, em alguns casos, até mesmo o latim, o que gerou um grande impacto na sociedade.

Esta alfabetização foi uma forma sutil de colonização do imaginário e o surgimento de uma nova forma de memória, enquanto controlar a escrita possibilitava preservar o passado indígena. Os indígenas puderam registrar, a partir de sua própria versão, os fatos históricos, por meio dos *Codices*, dos *Titulos Primordiales*, que também serviram como documentos jurídicos para a legitimação da propriedade nos *pueblos* pelas elites indígenas.

As metodologias acima, aplicadas ao estudo das instituições geradas pelo Direito Indiano, nos permitem ver que alguns povos indígenas da América pré-colombiana tinham instituições próprias e um sistema jurídico organizado e que a implementação do direito vigente em Castela foi simplesmente impossível, gerando-se instituições mistas.

Estas instituições mistas não foram resultado de um conceito e de uma concepção institucional imposta, mas antes o fruto de uma realidade em construção, adaptada a cada época e região. Como exemplo típico disto temos os *Cabildos*, que eram frequentemente administrados por membros das elites indígenas.

A própria inquisição não tinha como funcionar em moldes europeus, tanto pela dimensão populacional da América Espanhola, como pelo desconhecimento e inadaptação dos indígenas aos princípios católicos.

Os vice-reinados indianos também não tinham nem as mesmas atribuições nem o mesmo papel e autonomia dos seus congêneres no velho mundo, pois a monarquia católica buscava evitar a produção de modelos feudais e, dentro do possível, separar a Jurisdição e a Administração.

As *encomiendas* também sofreram profunda alteração ao serem transpostas para o Novo Mundo, pois não mais correspondiam a uma cessão de terras, sendo um meio de legitimar e regular o serviço indígena. A luta contra a escravidão dos nativos levou a uma grande evolução desta instituição ao longo dos séculos XV-XVII.

A condução do processo histórico não se deveu unicamente aos europeus, pois as elites indígenas tiveram um grande papel, sendo agentes ativos na construção deste Novo Mundo. Os índios não se viam como inferiores, orgulhando-se de sua ancestralidade.

Muitos dos *passseurs culturels*, que tiveram uma importância fundamental para a construção tanto das instituições do Novo Mundo como de comunicação com o Velho Mundo, eram mestiços, como *Inca Garcilaso de la Vega*, filho da princesa Inca Chimpu Ocllo e do capitão-conquistador Gómez Suárez de Figueroa. Garcilaso escreveu duas importantes obras – os *Commentarios Reales* e a História Geral do Peru - demonstrando a importância fundamental da compreensão do papel destes mediadores culturais.

Conclui-se que o direito, ao ser visto hoje apenas sob uma visão normativa e dogmática, gera uma compreensão limitada e empobrecida, esquecendo as complexidades existentes na formação e na evolução da sociedade, como se o direito pudesse pairar sobre a realidade social como um bloco de conceitos dissociado da realidade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Flávio Lemos. A unidade católica como fundamento da monarquia hispânica: algumas reflexões sobre as relações interétnicas e a diversidade cultural na formação das espanhas ultramarinas. **AQUINATE**, Niteroi/RJ, n. 15, p. 03-15, 2011.

ALTAMIRA Y CREVEA, Rafael. **Manual de Investigación de la Historia del Derecho Indiano**. México, D. F.: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1948.

BRUNKE, José de la Puente. Notas sobre la audiencia de Lima y la “protección de los naturales” (siglo XVII). In: GODOY, Scarlet O’Phelan & SALAZAR-SOLER, Carmen (editoras). **Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX**. Lima: Instituto Riva-Agüero, 2005, p. 231-248.

CALDEIRA, Jorge. **O Banqueiro do Sertão**. São Paulo: Mameluco, 2006a, v. I: Mulheres no Caminho da Prata.

_____. **O Banqueiro do Sertão**. São Paulo: Mameluco, 2006b, v.II: Padre Guilherme Pompeu de Almeida.

CHARTIER, Roger. La Conscience de la Globalité (commentaire). **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, Paris, ano 56, n. 1, p. 119-123, 2001. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_2001_num_56_1_279936. Acesso em: 4 jul. 2013.

ELLIOT, J. H. **The Old World and The New: 1492-1650**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. **Imperial Spain: 1469-1716**. 2. ed. London: Penguin Books, 2002a.

_____. **Richelieu y Olivares**. Barcelona: Crítica, 2002b.

_____. **El Conde-Duque de Olivares: El político en una época de decadencia**. Barcelona: Crítica, 2004.

_____. **Empires of the Atlantic World: Britain and Spain America 1492-1830**. New Haven and London: Yale University Press, 2006.

ESPAÑA. **RECOPIACIÓN DE LEYES DE LOS REINOS DE LAS INDIAS**: mandadas imprimir y publicar por la Magestad Católica del Rey Don Carlos II, nuestro Señor. Madrid: Boix, 1841, tomo I.

ETTER, Anne-Julie & GRILLOT, Thomas. History Speaks Many Languages. An interview with Sanjay Subrahmanyam. **La Vie des idées**, 27 January 2012. ISSN: 2105-3030. Disponível em: <<http://www.booksandideas.net/History-Speaks-Many-Languages.html>>. Acesso em: 1 out. 2013.

François Chevalier. In: WIKIPEDIA: la enciclopedia libre. 22 ago. 2013. Disponível em http://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Fran%C3%A7ois_Chevalier&oldid=69160640. Acesso em: 05 ago. 2014.

FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 36-50, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a04v1427.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.

GÁLVEZ, José Francisco. Entre dos mundos: José María del Pando, el hombre del orden. In: GODOY, Scarlet O'Phelan & SALAZAR-SOLER, Carmen (editoras). **Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX**. Lima: Instituto Riva-Agüero, 2005, p. 249-268.

GARCÍA-GALLO, Alfonso. **Metodología de la Historia del Derecho Indiano**. Santiago de Chile: Editorial Jurídica de Chile, 1970.

GRUZINSKI, Serge. Normas cristianas y respuestas indígenas: apuntes para el estudio del proceso de occidentalización entre los índios de Nueva España. **Ensayos, Historias**, México, D. F., n. 15, p. 31-42, oct.-dic. 1986a. Disponível em <http://www.estudioshistoricos.inah.gob.mx/revistaHistorias/wp-content/uploads/historias_15_31-42.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2013.

_____. La red agujereada. Indentidades étnicas y occidentalización en el México Colonial (siglos XVI-XIX). **América Indígena**, Buenos Aires, Vol. XLVI, n. 3, jul-sep. 1986b, p. 411-433. Disponível em: <http://www.fmmeduccion.com.ar/Bibliotecadigital/Gruzinski_redagujereada.pdf>. Acesso em 10 fev. 2014.

_____. **Painting the Conquest: the mexican indians and the european renaissance**. Paris: Flammarion, 1992.

_____. Do Barroco ao Neobarroco: fontes coloniais dos tempos pós-modernos. In: CHIAPPINI, Lúcia & AGUIAR, Flávio Wolf de (orgs.). **Literatura e História na América Latina: Seminário Internacional**, 9 a 13 de setembro de 1991. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993, p. 75-89 (palestra) e 94-98 (resposta às perguntas).

_____. **La Guerra de las Imágenes: de Cristóbal Colón a “Blade Runner”** (1492-2019). México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1994.

_____. **A Passagem do Século: 1480-1520: As origens da globalização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a.

_____. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. **Topoi**. Rio de Janeiro, mar. 2001a, p. 175-195.

_____. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b.

_____. Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres «connected histories». **Annales. Histoire, Sciences, Sociales**, Paris, ano 56, n. 1, p. 85-117, 2001c. Disponível em:

<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_2001_num_56_1_279935>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 321-342, set-dez 2003a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300020>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. **A Colonização do Imaginário**: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003b.

_____. **Les Quatre Parties du Monde**: histoire d’une mondialisation. Paris: Points, 2004.

_____. Passeurs y elites “católicas” en las Cuatro Partes del Mundo. Los inicios ibéricos de la mundialización (1580-1640). In: GODOY, Scarlet O’Phelan & SALAZAR-SOLER, Carmem (editoras). **Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX**. Lima: Instituto Riva-Agüero, 2005a, p. 13-29.

_____. **Les Hommes-dieux du Mexique**: pouvoir indien et société coloniale XVIe – XVIIIe siècles. Paris: Archives Contemporaines, 2005b.

_____. **A Guerra das Imagens**: de Cristóvão Colombo a *Blade Runner* (1492-2019). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. História dos índios na América: abordagens interdisciplinares e comparativas. **Tempo**: Revista digital de História do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, ano 11, p. 196-198, 2007a. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/v12n23a11.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013. Entrevista com Serge Gruzinski realizada por Maria Regina Celestino de Almeida.

_____. Por uma história das sensibilidades. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy & LANGUE, Frédérique (orgs). **Sensibilidades na História**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007b, p. 7-8.

_____. **Las Cuatro Partes del Mundo**: Historia de una mundialización. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

_____. **El Destino Truncado del Imperio Azteca**. Barcelona: Blume, 2011.

_____. **La Pensée Métisse**. Paris: Pluriel, 2012a.

_____. **Que Horas São ... Lá, No Outro Lado?** América e Islã no limiar da época moderna. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b.

_____. **L’Aigle et le Dragon**: Démesure européenne et mondialisation au XVI^e siècle. Paris: Fayard, 2013.

_____ & BERNAND, Carmem. **História do Novo Mundo**: da descoberta à conquista, uma experiência europeia, 1492-1550. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1997.

_____. & _____. **História do Novo Mundo 2: as mestiçagens**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

GRUZINSKI, Serge; ALENCASTRO, Luiz Felipe de & MONÉNEMBO, Tierno. **Rio de Janeiro, cidade mestiça: nascimento da imagem de uma nação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LES ANNALES. Une Histoire À L'Échelle Globale. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, Paris, ano 56, n. 1, p. 3-4, 2001. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_2001_num_56_1_279930. Acesso em: 4 jul. 2013.

LEVENE, Ricardo. **Introducción a la Historia del Derecho Indiano**. Buenos Aires: Valério Abeledo, 1924.

MARAVALL, José Antonio. **Teoría del Estado en España en el siglo XVII**. 2. ed. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

_____. **Carlos V y el pensamiento político del Renacimiento**. Madrid: Boletín Oficial del Estado: Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 1999.

MONLAU, Pedro Felipe. **Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana (ensayo)**. Precedido de unos rudimentos de etimología. Madri: M. Rivadeneyra, 1856.

NEUMANN, Eduardo S. **O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial, 1640-1750**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

_____. De letra de índios: cultura escrita e memória indígena nas reduções guaranis do Paraguai. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.177-196, jan/jun 2009.

_____. Documentos escritos por indígenas: as duas mensagens de Hilário Yrama (1757) **Corpus. Archivos virtuales de la alteridad americana**, Vol. 3, Nº 1, 1er. semestre 2013, ISSN 1853-8037. Disponível em: <URL: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/corpus>>. Acesso em 02 fev. 2014.

_____. & CÉZAR, Themistocles. Entrevista com o historiador Serge Gruzinski. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 18, p. 155-160, dez. 2003.

OTS CAPDEQUÍ, José Maria. **El Estado español en las Indias**. México, D. F.: El Colégio de México, 1941.

OXFORD UNIVERSITY. **Oxford Dictionaries**. Oxford: Oxford University, 2013. Disponível em: <http://www.oxforddictionaries.com/us/definition/american_english/cabildo>. Acesso em: 01 mar. 2014.

PAGDEN, Anthony. Heeding Heraclides: empire and its discontents, 1619-1812. In. KAGAN, Richard L. & PARKER, Geoffrey (editores). **Spain, Europe and the Atlantic World: Essays in honour of John H. Elliot**. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1995, p. 316-333.

PÉREZ-PRENDES, José Manuel. Algo más acerca de los perfiles conceptuales de la Monarquía Hispánica. **Foro. Revista de Ciencias Jurídicas y Sociales, Nueva Época**, Madrid, n. 10, p. 13-32, abr. 2010a. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/FORO/article/view/FORO0909220013A>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. Sobre las instituciones de gobierno de la Monarquía Hispánica en la segunda mitad del siglo XVI. **Anuario Jurídico y Económico Escurialense**, Madrid, n. XLIII, p. 23-40, 2010b. Disponível em: <<http://www.rcumariacristina.net:8080/ojs/index.php/AJEE/article/view/1>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy & LANGUE, Frédérique (orgs). **Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PLANAS, Javier Alvarado. La polémica de los justos títulos en la iconografía americana. In: SCHOLZ, Johannes-Michael & HERZOG, Tamar. **Observation and Communication: the construction of realities in the hispanic world**. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1997, p. 219-251.

RAMINELLI, Ronald. A Monarquia Católica e os Poderes Locais no Novo Mundo. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, jul. 2011, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANPUH, jul. 2011, p. 1-26. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300565516_ARQUIVO_RRaminelli.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2013.

RANKE, Leopold. **Fürsten und Völker von Süd-Europa im sechszenten und siebenzehnten Jahrhundert**: Vornehmlich aus ungedruckten Gesandtschaft Berichten von Leopold Ranke. Hamburgo: Friedrich Perthes, 1827, v. I. Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=TcZTAAAcAAJ&printsec=frontcover&dq=Leopold+von+Ranke+F%C3%BCrsten+und+V%C3%B6lker+von+S%C3%BCd+Europa&hl=pt-BR&sa=X&ei=73AFU-OAKaXb0wHQIYDgCw&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>.

RESTALL, Matthew. **Sete mitos da conquista espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REYES, Luis Alberto. **El pensamiento indígena en América: los antiguos andinos, mayas y nahuas**. 2ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2009.

RUIZ, Rafael. **Francisco de Vitória e os direitos dos índios americanos: a evolução da legislação indígena castelhana no século XVI**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

OS SERRANOS. **América Coração**. Porto Alegre: Letras, [s.d.]. Disponível em <<http://letras.mus.br/os-serranos/317856/>>. Acesso em 31 mar. 2014.

STINGL, Miloslav. **El Imperio de los Incas**. Buenos Aires: Losada, 2007.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, Cambridge, U.K., v. 31, n. 3: Special Issue: The

Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800, p. 753-762, jul. 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/312798>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

VEGA, Inca Garcilaso de la. **Commentarios Reales**, que tratan del origen de los Yncas, reyes que fueron del Peru, de su idolatria, leyes, y gobierno en paz y en guerra: de sus vidas y conquistas, y de todo lo que fue aquel Imperio y su Republica, antes que los Españoles passaran a el. Lisboa: Pedro Crasbeek, primera parte, 1609.